

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2026

NÚMERO 23.077 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00



Reprodução

Neymar fora do treino

Camisa 10 se apresenta ao técnico Carlo Ancelotti na Granja Comary, mas desfalca a primeira atividade da Seleção para saber o real quadro clínico da lesão na panturrilha direita informada pelo Santos. PÁGINA 19

Brasília busca final

Apoiado em solidez defensiva, equipe do Distrito Federal visita Franca no decisivo jogo cinco da semifinal do NBB. PÁGINA 20

Dimitar Dilkoff/AFP



Que venha o Djoko!

João Fonseca vence Dino Prizmic de virada e medirá forças com lenda sérvia no saibro de Roland Garros. PÁGINA 20

Alimentos e energia puxam alta da inflação

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 avançou 0,62% este mês. Oito de nove grupos pesquisados pelo IBGE registraram alta. Alimentos e energia elétrica tiveram maior peso no indicador conhecido como prévia da inflação oficial.

PÁGINA 8

Cerrado sofre com destruição

O desmatamento caiu abaixo de um milhão de hectares no Brasil, em 2025, mas o bioma Cerrado sofreu a maior destruição pelo terceiro ano consecutivo.

PÁGINA 6

Câmara aprova PEC que acaba com a escala 6x1

A Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição que põe fim à escala 6x1 no Brasil e reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. No plenário, em segundo turno, o texto recebeu 461 votos favoráveis e 19 contrários. Mais cedo, a PEC que modifica o regime laboral no país passou na Comissão Especial formada para tratar do tema por um placar de 34 x 4. Parlamentares da base aliada e o ministro de Relações Institucionais, José Guimarães (C), comemoraram o avanço do texto no Legislativo. “É uma reforma para o futuro deste país”, disse o relator da proposta, Leo Prates (Republicanos-BA), ao subir à tribuna. Por sua vez, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que a Casa deu início a uma mudança constitucional que beneficia a vida dos brasileiros. A PEC que encerra a escala 6x1 segue para o Senado.

Lula Marques/Agência Brasil



PÁGINA 2

Debate

A falsa informação

O **Correio** reúne, hoje, especialistas para discutir os impactos da desinformação no cotidiano da sociedade.

PÁGINA 16

Escorpião

Criança está na UTI

Menina de um ano e meio foi picada pelo animal e levada de helicóptero ao hospital. Ela foi extubada, mas permanece internada.

PÁGINA 18

Minervino Júnior/CB/D.A. Pres



Universo seguro

Terceira edição da Expedição Roblox na Estrada reúne estudantes de escolas públicas do DF e incentiva os jovens a criarem os seus jogos.

PÁGINA 18

Ed Alves/CB/D.A. Press



Susto, prejuízo e tristeza

Incêndio destrói apartamento no 9º andar de edifício, na Avenida das Castanheiras, em Águas Claras. Bombeiros encontram gato de estimação morto entre as cinzas. PÁGINA 18



Toque de mestre

Natal amargo, novo filme do diretor espanhol Pedro Almodóvar, mistura ficção e realidade em duas histórias entrelaçadas, com a marca do premiado cineasta. PÁGINA 22

GDF e União perto de acordo para BRB

Em nova audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal, representantes do GDF e da União devem definir, hoje, os termos do acordo para tirar o Banco de Brasília da situação crítica. A governadora Celina Leão está otimista. “Retiramos o BRB de qualquer tipo de risco, de liquidação, de intervenção”, disse.

PÁGINAS 13 E 14

Diana Ramos é a nova PGDF

Aprovada por unanimidade pela Câmara Legislativa, a procuradora disse que pretende tornar a Procuradoria “mais acessível à população”. Ao lado da governadora Celina Leão, Diana Ramos anunciou a criação da Escola Jurídica da PGDF. Segundo a governadora, a indicação para o cargo representa “um encontro de princípios”. PÁGINA 15

Tony Oliveira/Agência Brasília



Referência em Lisboa

Juristas, autoridades e ganhadores de Prêmios Nobel e Pulitzer estarão entre os participantes da XIV edição do Fórum de Lisboa de 1º a 3 de junho.

Data Venia

TST define lista tríplice que será enviada a Lula.

Artigo

Maurício da Veiga defende cautela no debate 6x1.

Carlos Alexandre — Facções criminosas invadem debate eleitoral. PÁGINA 4

Ana Maria Campos — Acionistas fazem carreata em defesa do BRB. PÁGINA 14

Denise Rothenburg — Fundo Constitucional do DF volta à berlinda. PÁGINA 5



9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



LEGISLATIVO

Com folga, Câmara aprova PEC do fim da escala 6 x 1

Deputados dão aval à proposta para redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Texto segue para o Senado

» FERNANDA STRICKLAND
» DANANDRA ROCHA

A Câmara aprovou, ontem à noite, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6 x 1. O texto recebeu aval com 472 votos favoráveis a 22 contrários, no primeiro turno, e de 461 x 19, no segundo, bem acima do mínimo de 308 votos exigidos para alterações na Constituição. Agora, a proposta segue para avaliação do Senado. A PEC reduz a jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas e amplia o descanso semanal para duas folgas, sendo uma delas preferencialmente aos domingos — sem redução do salário. Também estabelece uma transição de até 14 meses para a implementação das mudanças (veja quadro ao lado).

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que a mudança leva qualidade de vida aos trabalhadores. “Mais do que falar sobre horas trabalhadas, o debate que fizemos aqui foi sobre tempo de vida. É sobre o direito de viver e não apenas sobreviver”, enfatizou.

O parecer aprovado em plenário teve como base o substitutivo do deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), elaborado a partir da PEC 221/19, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), e da PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (PSol-SP).

Horas antes, a comissão especial da Câmara havia aprovado o texto-base da PEC por 34 votos favoráveis e quatro contrários.

Parlamentares ligados ao setor produtivo argumentam que a redução da jornada pode elevar custos para empresas, pressionar a inflação e dificultar o funcionamento de setores essenciais da economia.

Troca de farpas

Na queda de braço sobre a PEC, o PL tentou emparedar os apoiadores da 6 x 1, ao lançar proposta de jornada de 4 x 3 — quatro dias de trabalho e três de descanso semanal. A ofensiva provocou forte reação da base governista e transformou a tramitação da PEC em uma disputa de narrativas entre governo e direita sobre quem, de fato, representa os interesses dos trabalhadores.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Parlamentares comemoram aprovação: PEC estabelece dois dias de repouso semanal remunerado, um dos quais preferencialmente aos domingos

Na terça-feira, após reunião da bancada, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), anunciou que a legenda apresentaria destaque para a escala 4x3. Em discurso no plenário, o parlamentar afirmou que o partido quer “o trabalhador trabalhando menos, descansando mais e ficando ao lado da família” e provocou legendas de esquerda ao cobrar apoio ao texto. “Quero ver os petistas colocando a digital deles nessa proposta”, declarou.

Ao **Correio**, o deputado André Fernandes (PL-CE) disse que a oposição decidiu deixar de enfrentar diretamente pautas populares apresentadas pelo Executivo. “Chega de tentar barrar proposta populista do governo, e a oposição sair como vilã”, justificou. “O que eles querem é sair como defensores do povo trabalhador, e depois a rebordosa vir no ano que vem.”

Saiba mais

Sessão de oito minutos

» A Câmara realizou, ontem, uma sessão no plenário da Casa de apenas oito minutos para permitir a votação da PEC que põe fim à escala 6x1. A sessão foi aberta às 8h03, pelo deputado Charles Fernandes (PSD-BA), e teve apenas o pronunciamento do deputado Jorge Solla (PT-BA), em defesa da votação da redução da jornada de trabalho. Às

8h11, Fernandes encerrou os trabalhos e convocou outra reunião deliberativa no plenário para às 15h. » Embora curta, a sessão serviu para contar o prazo do pedido de vista apresentado pela oposição em relação ao relatório do deputado Leo Prates (Republicanos-BA) sobre a PEC da escala 6x1. Com isso, o texto pôde ser analisado pela comissão especial e seguir para o plenário.

A base governista revidou. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) classificou a proposta do PL como “cínica” e acusou a direita de tentar inviabilizar o acordo

construído entre governo, centrais sindicais e parlamentares. “A oposição não quer nem a 5x2. Quer manter a 6x1. Agora aparece defendendo três dias de descanso.

Isso é um jogo de cena parlamentar”, disparou.

Segundo a parlamentar, o modelo 4x3 nunca foi discutido com entidades sindicais nem possui respaldo suficiente para avançar no Senado. Para ela, a proposta foi apresentada apenas para dividir o plenário e dificultar a aprovação do texto negociado. “Dividindo o plenário, eles inviabilizam os dois dias de descanso”, declarou.

A deputada Erika Hilton elevou o tom contra a oposição e acusou o grupo de tentar “enterrar” a PEC por meio de uma manobra política. Segundo ela, parlamentares da direita passaram meses atacando a proposta de redução da jornada e mudaram de discurso apenas após perceberem o apoio popular à pauta. “Eles fizeram tudo para impedir. Agora querem enterrar a proposta de forma discreta para manter a 6x1”, afirmou.

Principais pontos

» A PEC reduz a jornada máxima de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução salarial e com dois dias de folga, não necessariamente consecutivos, além de uma transição gradual de 14 meses após a promulgação.

» Também foi incluída a determinação de que as regras de duração e controle da jornada não valerão para trabalhadores com ensino superior e que receberão acima de dois tetos e meio de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), hoje em R\$ 21.188,87. O controle só será feito por “liberdade do empregador ou se houver previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho”. Essa regra não será aplicada a funcionários públicos ou empregados de empresas estatais.

» Convenções coletivas entre empresas e trabalhadores devem ser atualizadas 60 dias após a promulgação da proposta de emenda à Constituição.

» Outro artigo estabelece que uma lei complementar “poderá estabelecer medidas transitórias, condicionadas à manutenção de níveis de emprego, de mitigação dos impactos” para os microempreendedores individuais (MEIs), para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

» O texto prevê ainda que contratos já firmados pela administração pública, que dependam diretamente de mão de obra, terão de passar por aditivos contratuais para recompor o equilíbrio econômico-financeiro após a redução da jornada de trabalho. O texto estabelece prazo de até 12 meses após a promulgação da emenda para que essa adaptação seja formalizada.

Alcolumbre coloca em vigor vale-tudo eleitoral

O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), promulgou, ontem, quatro dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que haviam sido alvo de veto presidencial. Um deles permite doação de bens, valores e benefícios como cestas básicas, tratores e ambulâncias a estados e municípios no meio da campanha eleitoral.

Na quinta-feira, o Congresso derrubou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de emenda à LDO. O chefe do Executivo havia avaliado que o dispositivo é “inconstitucional e contraria o interesse público”, pois cria uma exceção à legislação eleitoral e por tratar de um tema que não é competência da lei orçamentária.

A Constituição estabelece que o presidente da República tem até 48 horas, após ser comunicado oficialmente pelo Congresso,

para promulgar uma lei. Quando o prazo expira sem manifestação do chefe do Executivo, como nesse caso, a tarefa passa automaticamente ao presidente do Senado e do Congresso Nacional. Em caso de nova omissão, a responsabilidade é transferida ao vice-presidente da Casa.

Segundo a nova regra publicada, as doações de bens e valores não vão configurar descumprimento do chamado “defeso eleitoral” — que proíbe as transferências três meses antes da eleição. No entendimento de técnicos do Congresso, a medida alcança até mesmo o pagamento de projetos bancados com emendas parlamentares.

Os congressistas retornaram ainda dois trechos que liberam o envio de recursos para construção e manutenção de rodovias estaduais e municipais e à malha hidroviária de estados e municípios,

tirando restrições ao financiamento de ações que não são de competência da União com dinheiro federal.

Outro veto derrubado permite que municípios de até 65 mil habitantes que estejam inadimplentes celebrem convênios durante o período eleitoral. Antes da sessão conjunta que retomou as alterações, Alcolumbre defendeu a derrubada do veto ao discursar na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a “Marcha dos Prefeitos”, em Brasília.

“Hoje, são mais de 5.045 municípios que estão abaixo de 65 mil habitantes. Desses, mais de 3.100 estão hoje inadimplentes, portanto, sem poder acessar os convênios de recursos apresentados pelo governo federal, por programas do governo e também de recursos de transferências de emendas parlamentares”, disse.

Waldemir Barreto/Anência Senado



O senador promulgou trecho da LDO que autoriza repasses a estados e municípios em ano de eleições



O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO: Da saúde à democracia. É HOJE

A desinformação é um dos maiores desafios da democracia na era digital. Conteúdos falsos ou manipulados se espalham com rapidez, fragilizam o debate público e abalam a confiança nas instituições.

O Correio Braziliense promove debate essencial sobre o combate à desinformação. Proteger a verdade, lutar contra as fake news e abraçar valores humanos são missões coletivas.



Acompanhe a transmissão do evento
no YouTube do Correio Braziliense

CONFIRMADOS:



Nina Santos
secretária adjunta de Políticas Digitais na Secretaria de Comunicação da Presidência da República



Ilan Presser
juiz federal e Conselheiro Nacional de Justiça (CNJ)



Janara Sousa
chefe da Comunicação do Ministério das Mulheres e pesquisadora da UnB



Morgana Bruno
bióloga, doutora em Ecologia e professora da UCB



Daniela Garrossini
assessora de Comunicação do Gabinete da Reitora e professora da UnB



Profª Valéria Mendonça
coordenadora do Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde da UnB



Wagner Vasconcelos
assessor da direção e pesquisador da Fiocruz Brasília



Patrícia Blanco
presidente do Instituto Palavra Aberta



Eduardo Dantas
juiz auxiliar no Supremo Tribunal Federal (STF) e professor do IDP

Realização:



Promoção:



Operação Compliance Zero

PGR decidirá sobre delação de Vorcaro

Reunião de defesa e procuradores pode definir, nesta semana, a colaboração do banqueiro

» RENATO SOUZA
» RAPHAELA PEIXOTO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pode tomar uma decisão ainda nesta semana sobre um acordo de delação com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Em uma nova frente de negociação, a defesa do banqueiro busca fechar a colaboração premiada com a instituição, após acordo semelhante ter sido rejeitado pela Polícia Federal. Uma reunião deve ocorrer amanhã entre os advogados do empresário e procuradores.

A PGR decidiu oferecer mais uma chance para que o executivo conte tudo que sabe. A informação foi revelada pela coluna da Malu Gaspar, do jornal **O Globo**, e confirmada pelo **Correio**. Os procuradores do caso aguardam novas informações repassadas por Vorcaro, assim como documentos e provas relacionadas ao megas esquema de corrupção e os envolvidos.

A expectativa da PGR, no entanto, é de que Vorcaro não apresentará provas relevantes, tendo em vista o comportamento dele com os investigadores da PF. Apesar disso, fontes ligadas à apuração acreditam que, após a prisão do pai, Henrique Vorcaro, o banqueiro esteja mais propenso a falar. A ausência de nomes importantes na investigação pode resultar em penas maiores para os dois.

A rejeição ao acordo de colaboração por parte da Polícia Federal ocorreu por conta da ausência de informações relevantes e das suspeitas de que ele tenta proteger pessoas próximas. Na mesma semana em que a corporação rejeitou a proposta de delação, o advogado José Luís Oliveira Lima deixou a defesa de Vorcaro.

Para a PF, a possibilidade de um acordo de delação está praticamente descartada. Uma mudança só ocorreria diante de provas consistentes e de informações que permitissem o aprofundamento da investigação e a recuperação de parte relevante dos recursos desviados. O material colhido em sete celulares que estavam em poder do empresário já foi suficiente para dar o organograma do esquema, apontar os principais beneficiados e as práticas usadas para tentar mascarar os contratos ilegais e as fraudes envolvendo lavagem e desvio de dinheiro.

OPERAÇÃO SEM DESCONTO

PF apreende carros de luxo e R\$ 287 mil

A Polícia Federal encontrou R\$ 287 mil em espécie na casa de um servidor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão no âmbito da Operação Sem Desconto, que investiga fraudes na Previdência Social, em Pernambuco. O montante estava dentro de sacos de lixo armazenados em uma mala.

O montante era de notas de R\$ 200. A suspeita é de que façam parte do esquema ilegal. Além do dinheiro, foram apreendidos 10 carros de luxo, como Land Rover, Porsche, BMW e Mercedes-Benz. A operação visa apurar organização criminosa, estelionato previdenciário e atos de ocultação e dilapidação patrimonial.

Nessa fase, foram cumpridos 31 mandados de busca e apreensão e oito medidas cautelares de monitoramento eletrônico nos estados de Pernambuco, São Paulo e Paraíba, além do Distrito Federal. As ordens foram expedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A primeira fase da Operação Sem Desconto foi deflagrada em

Reprodução/STF



Vorcaro no depoimento em dezembro: por causa da prisão do pai, banqueiro estaria disposto a falar mais

Eduardo e o dono do Master

O deputado cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) tratou sobre o financiamento do filme *Dark Horse* com o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, por intermediação de Thiago Miranda, sócio do Portal Leo Dias. De acordo com mensagens divulgadas, ontem, pelo site Intercept Brasil, ele deu orientações sobre como facilitar o envio de dinheiro aos Estados Unidos para a produção a respeito da vida do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“O ideal seria haver os recursos já nos EUA. Que dos EUA para o EUA é tranquilo. Se a empresa brasileira a enviar aos EUA não tiver aquele grande orçamento que mencionamos como exemplo, será problemático, vai ser necessário fazer as remessas aos poucos e isto tardaria cerca de 6 meses, calculamos”, disse Eduardo em mensagem para Miranda, conforme publicou o site.

“Meu receio é que você seja só-lícito, bom coração, mas tenha essa dificuldade. Solução: enviar o máximo possível ainda neste sistema atual, com o remeteente atual e etc. Será que conseguimos?”, escreveu.

Eduardo também disse a Miranda que o corretor de Imóveis Altieiris Santana estava à disposição para se reunir “com quem quer que seja”. Santana é um dos controladores do Havengate Development Fund LP (fundo sediado no Texas), ao lado do advogado Paulo Calixto — ligado a Eduardo.

Parte do valor de R\$ 134 milhões negociado para filme entre a família Bolsonaro e Vorcaro foi transferida para esse fundo pela Entre Investimentos e Participações, que atuava em parceria com empresas do dono do Master. O Intercept Brasil procurou Santana, Calixto, Miranda e a defesa de Vorcaro, mas não recebeu respostas.

Eduardo está nos Estados Unidos desde fevereiro do ano passado, quando foi ao país para tentar uma interferência do governo de Donald Trump no julgamento da trama golpista no Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro foi condenado na Corte a 27 anos e três meses de prisão.

A reportagem do Intercept esteve na casa em que o ex-deputado mora nos EUA. O imóvel está localizado em Southlake, no Texas. O

repórter foi atendido na residência por Heloísa, mulher de Eduardo. Ela disse que o marido não estava em casa e que eles não dariam entrevista. Na semana passada, Eduardo gravou um vídeo dizendo que havia comunicado à polícia sobre um homem que estava rondando a casa dele.

Ainda segundo o site, a residência tinha um anúncio de aluguel no valor de cerca de R\$ 30 mil por mês até fevereiro de 2025. O imóvel, que tem quatro quartos e piscina, pertence o Bunce Family Trust, um fundo familiar privado registrado em nome dos administradores legais Christopher Bunce e Natalie Bunce, desde 2019. Eles não foram localizados pela reportagem.

A Polícia Federal investiga os acertos de pagamento entre Vorcaro e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, que pediu dinheiro ao banqueiro para o filme. Uma das linhas de apuração é se os recursos foram desviados para um fundo sediado no Texas ligado a Eduardo e usado para custear a permanência dele no país.

Reprodução/STF



O dinheiro estava dentro de uma mala na casa de um servidor do INSS

NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br



Flávio, Trump, Lula e o debate sobre facções criminosas

O giro de Flávio Bolsonaro nos Estados Unidos pode não ter arrefecido a crise provocada pela relação que o senador manteve com o banqueiro Daniel Vorcaro para financiar o filme *Dark Horse*. Mas trouxe de volta ao debate um tema com potencial para chamar a atenção do eleitor nos próximos meses: a segurança pública.

Em dois dias, Flávio, o irmão Eduardo e o aliado Paulo Figueiredo foram recebidos pelo mais alto escalão da Casa Branca. A começar pelo chefe do governo norte-americano, o presidente Donald Trump. Ontem, o trio brasileiro teve audiência com outros integrantes do núcleo duro trumpista: o vice-presidente JD Vance e o secretário de Estado, Marco Rubio.

Após os dois encontros, o senador disse ter reiterado o pedido para que o governo norte-americano declare como organizações terroristas as facções criminosas brasileiras, em particular o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Em discurso após a conversa com Trump, Flávio Bolsonaro defendeu a ação norte-americana, e aproveitou para renovar os ataques ao governo petista. “Enquanto o Lula veio fazer lobby para traficante na Casa Branca, eu vim fazer exatamente o contrário: pedir enfaticamente ao presidente Trump que designe, o quanto antes, o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas estrangeiras”, afirmou. Importante ressaltar: Lula disse que não tratou de facções criminosas no encontro com Trump na Casa Branca.

Flávio argumentou por que essas organizações devem receber tal denominação. “Elas são, sim, organizações terroristas. Controlam territórios inteiros no Brasil pela força, submetem populações ao seu próprio código e à sua própria lei, à sua própria Justiça paralela”, descreveu.

Embora Flávio procure se diferenciar de Lula, o presidente da República tem procurado mostrar que está atento e atuante contra o crime organizado. Há poucos dias, anunciou um pacote de R\$ 11 bilhões — R\$ 1 bilhão em investimentos e R\$ 10 bilhões em financiamento para estados e municípios —, no âmbito do Programa Brasil no Combate ao Crime Organizado. O chefe do Executivo também está ciente da questão territorial. Em entrevista ao programa *Sem Censura*, na semana passada, ressaltou: “O território em qualquer cidade, em qualquer estado, é do povo brasileiro e tem que voltar a ocupar o seu território”.

Preocupação maior

Ao longo das últimas décadas, a segurança pública passou a dominar a preocupação dos brasileiros. Em *O Brasil no Espelho*, o cientista político Felipe Nunes relata como a preocupação com a violência passou a predominar sobre outras aflições no cotidiano brasileiro. Na década de 1980, no período da hiperinflação, as maiores angústias eram a escalada de preços e o custo de vida. Com a estabilidade econômica, os brasileiros passaram a prestar mais atenção à saúde e ao emprego. A partir dos

anos 2000, com a expansão do crime organizado, o medo da violência passou a dominar a vida nacional.

No campo político, há uma clara divisão entre representantes da direita e da esquerda quanto ao modelo de enfrentamento ao crime organizado. E nenhum dos dois lados parece ter encontrado o modelo mais eficiente. Flávio integra o que se pode chamar de linha-dura. No Parlamento, preside a Comissão de Segurança Pública e atuou no movimento para aprovar o PL Antifacção, em uma parceria com o ex-secretário de Segurança do governo de São Paulo e deputado federal Guilherme Derrite (PP).

Mas, no próprio estado que representa, o discurso beligerante de Flávio enfrenta dificuldade. Foi no Rio de Janeiro, em outubro de 2025, que ocorreu a ação policial mais mortífera da história fluminense, com um saldo de pelo menos 120 mortos nos complexos do Alemão e da Penha. A ofensiva das forças de segurança recebeu apoio de maior parte da população carioca, mas trouxe efeitos limitados. Não se tem notícia de que as facções dominantes da região tenham recuado. Tampouco há registros de ações do governo fluminense para transformar o território tomado pelo crime em espaço de resgate da cidadania perdida dos cariocas.

Do lado do governo Lula, também há problemas. A tentativa de aprovar a chamada PEC da Segurança Pública se arrasta há meses, sem avanços significativos no Parlamento. Em um exagero retórico, o chefe do Planalto fez um apelo a Davi Alcolumbre (União-AP). Disse que criaria o Ministério da Segurança 15 dias após o Parlamento aprovar a proposta. Entre outros pontos, a PEC institui uma maior integração entre as forças de segurança da Federação — modelo fortemente criticado por quem já governou estados, como o pré-candidato à Presidência Ronaldo Caiado (PSD).

Direto dos Estados Unidos, Flávio traz na bagagem um tema que é caro à direita e tem apelo eleitoral. Resta saber se essa munição será suficiente para levá-lo ao Palácio do Planalto.



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Bolsonarista, pero no mucho

A bancada do PL não gostou de saber que o deputado General Pazuello (RJ) votou contra a convocação do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para explicar o leilão de termelétricas na Comissão de Minas e Energia. Parlamentares afirmam que o militar pediu ajuda, na semana passada, para conseguir um encontro com o ministro, mas ninguém sabe o assunto da conversa. Pazuello, inclusive, não apareceu na Câmara na sessão de ontem.

Interesses

Pazuello é fundador e presidente da Frente Parlamentar em Apoio ao Petróleo, Gás e Energia (Frepepen), que tem como braço técnico o Instituto de Petróleo, Gás e Energia (Ipegen). Congressistas dizem não saber quem está à frente do instituto, nem qual a atuação das instituições. Políticos estão ressabiados com a votação contra a convocação de Silveira. Contatado, Pazuello não respondeu até a publicação desta edição.

Vai ter que se explicar

Muitos deputados ficaram chateados e constrangidos com o voto de Pazuello, por se tratar de um pedido do deputado Evair de Melo (Republicanos-ES), um dos líderes do ex-presidente Jair Bolsonaro no Congresso. Ficou ruim. E pode ficar pior, a depender da explicação do deputado fluminense.

Desencontros I

O relatório da securitização das dívidas dos agricultores do Rio Grande do Sul, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no plenário do Senado, foi muito elogiado pelo agronegócio, mas o governo não gostou. Parlamentares ligados ao setor, o relator Renan Calheiros (MDB-AL) e o governo tinham firmado um acordo, mas o texto enviado pelo Planalto na véspera da votação foi diferente do combinado entre todos. De acordo com Renan, o Executivo alterou 10 pontos, o que causou estranhamento para quem participou da negociação.

Desencontros II

O relator apresentou um texto que seguia o acordo não cumprido pelo governo, retornando os pontos que foram mudados. Renan aumentou o valor máximo de renegociação das dívidas de R\$ 4 milhões para R\$ 10 milhões e alterou a taxa de juros — o Planalto queria 12% e o relatório fechou em 10%. Ao governo, restou lamentar.

Problemas do BRB reacendem debate sobre fundo constitucional

A má gestão do Banco de Brasília (BRB) promovida pelo ex-presidente Paulo Henrique Costa trouxe de volta a pressão por revisões no Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). São R\$ 28 bilhões que seguem do governo federal para o GDF custear as áreas de segurança, saúde e educação. No Congresso, assim que passarem as eleições e começarem as discussões sobre o Orçamento da União, deputados de outros estados voltarão à carga para que esses recursos sejam redistribuídos pelas demais unidades da Federação. Em 2023, primeiro ano deste

terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o então ministro da Casa Civil, Rui Costa, criticou Brasília, dizendo que a transferência da capital para longe da vida das pessoas “fez muito mal ao Brasil”. Ainda mencionou que, na cidade, “fazer o errado era o certo”.

Vem guerra aí/ Se deputados de outros estados insistirem nessa toada num futuro próximo, vai virar um barata voa. Afinal, vários estados têm explicações a dar devido às relações com o Banco Master de Daniel Vorcara. Inclusive, a Bahia de Rui Costa.



CURTIDAS

Máquina musical/ O PL produziu 20 jingles com inteligência artificial sobre o fim da escala 6x1 queimando o governo. O partido vai soltar ao longo desta semana com edições memetizando os governistas.

Aproveitem o embalo/ Com uma série de deputados em Brasília, o think tank Esfera aproveitou para promover um encontro sobre doenças raras na Casa Parlamento. Empresários, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, e o do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, levantaram a produção nacional de medicamentos para essas enfermidades como um dos pontos mais importantes a serem tratados a fim de evitar a judicialização.

Tema da hora/ O **Correio Braziliense** promove, hoje, debate “Desinformação da saúde à democracia”, a partir das 9h, no auditório do jornal. O evento será transmitido pelas redes sociais do **Correio**.

Ed Alves/CB/D.A Press



Serviço às avessas/ Alguns parlamentares ironizaram a proposta de emenda à constituição (PEC) do deputado André Janones (**foto**), do Rede-MG, que estabelece a escala 6x1 para os membros na Câmara. Alguns disseram à coluna que acharam a ideia péssima porque, quanto mais o Congresso trabalha, mais o Brasil é prejudicado.



Caiado e Zema falam em uma única chapa

Empacados em menos de 5% nas pesquisas, pré-candidatos estudam unir forças para tornarem-se opção a Flávio Bolsonaro

» FABIO GRECCHI

O ex-governador de Goiás e pré-candidato à Presidência Ronaldo Caiado (PSD) disse, ontem, que existe a possibilidade de ele e o também pré-candidato Romeu Zema (Novo) se unirem em uma única chapa. A afirmação ocorreu um dia depois de o ex-governador de Minas Gerais admitir a mesma hipótese.

A sinalização de entendimento entre Caiado e Zema vem depois de o senador e pré-candidato Flávio Bolsonaro sofrer uma perda no percentual de intenção de votos, na pesquisa AtlasIntel/Bloomberg divulgada em 19 de maio. O filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro obteve uma queda de seis pontos percentuais, indo a 41,8% das intenções de voto contra 48,9% do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um eventual segundo turno da eleição presidencial. A redução deveu-se à divulgação dos diálogos entre Flávio e o ex-banqueiro Daniel Vorcara, no qual o senador cobra dinheiro do dono do Banco Master para, supostamente, aplicar na produção do filme *Dark Horse*, que conta a história do pai.

Apesar de reconhecerem que discutiram a aliança, nem Zema nem Caiado cravaram quem cederia e aceitaria ser o vice da chapa. “Com a última pesquisa que nós conversamos, existe esse sentimento e ele é uma pessoa aberta. Então, nós estamos realmente avaliando isso. Nesse momento, as duas candidaturas (Flávio e Lula)

Gil Leonardi/Governo de MG



Zema e Caiado veem oportunidade com desgaste de Flávio no caso Master

estão numa posição, temos humildade de reconhecer, bem acima de nós. No momento em que nós unirmos as forças, elas poderão chegar forte só no segundo turno ou poderão chegar competitivas ainda no primeiro turno?”, observou Caiado, em entrevista a uma rádio mineira.

Zema, que já foi especulado como possível vice de Flávio, tem afirmado que levará sua candidatura até o final. Questionado se aceitaria ser vice de Caiado, o ex-governador brincou: “Não poderia ser o contrário?”.

O pré-candidato do Novo indicou que a definição sobre alianças deve ocorrer mais adiante, conforme o cenário político evoluir. “Essas conversas sempre ocorrem e, com toda certeza, o desfecho disso vai ser lá na data-limite. Porque, na política, é na meia-noite

da data-limite que as coisas costumam ser definidas, infelizmente”, afirmou, em referência ao calendário da Justiça Eleitoral, que estabelece até 15 de agosto como prazo para o registro das candidaturas.

Nas pesquisas de intenção de voto, tanto Caiado quanto Zema estão abaixo dos 5%. Apesar de estarem conversando, o pré-candidato do Novo tem um problema para resolver internamente: as duras críticas que tem feito a Flávio vêm desagradando setores do partido que dependem do atrelamento ao bolsonarismo para se manter competitivo. Um dos casos mais expressivos é o do deputado Marcel Van Hattem, que pretende disputar uma das cadeiras do Senado pelo Rio Grande do Sul turbinado pela campanha de Flávio. (**Com Agência Estado**)

ENDOMETRIOSE

Essa dor é real e tem nome.

Endometriose é uma doença crônica e subnotificada.

Se você conhece essa dor, compartilhe seu relato com a gente.

ACESSE **ENDOMETRICAS.COM**

alana



MEIO AMBIENTE

Desmatamento cai em 2025. Cerrado sofre mais

De acordo com o Mapbiomas, áreas devastadas no ano passado ficaram abaixo de um milhão de hectares pela primeira vez desde 2019. Mas a savana brasileira é a responsável por 55% dessa destruição, causada, sobretudo, pela fronteira agrícola

» CAETANO YAMAMOTO*

O desmatamento no país ficou abaixo de um milhão de hectares no acumulado de 2025. É a primeira vez que isso acontece desde 2019 — ano de início da série histórica —, segundo o “Relatório Anual do Desmatamento no Brasil de 2025”, divulgado ontem pelo MapBiomas. Foram devastados 984.794 hectares no ano passado, queda de pouco mais de 20% em relação a 2024. Apesar de todos os biomas brasileiros apresentarem redução da área degradada, o Cerrado foi o que teve a maior destruição pelo terceiro ano consecutivo.

Mesmo com uma redução de 16,9%, a savana brasileira é responsável por mais da metade do total desmatado no Brasil em 2025, com 55%. Foram 540.614 hectares desflorestados, quase o dobro da área desmatada na Amazônia no mesmo período. Perdeu-se 1.482 hectares de vegetação nativa diariamente.

O Pantanal teve a maior queda proporcional na devastação, na comparação com o ano anterior — redução de 48,4% e total de 12.260 hectares desmatados. A Amazônia e a Caatinga registraram queda superior a 20% na área devastada de um ano para outro.

A área média desmatada no Brasil foi de 2.698 hectares por dia. Isso dá cerca de 112 hectares por hora, o que equivale a 17 parques

Fernando Frazão/Agência Brasil



Trator trabalha em fazenda de cultivo de soja numa área de Cerrado em Balsas (MA). Bioma foi o que mais sofreu com o avanço da fronteira agrícola

do Ibirapuera — o maior parque urbano da cidade de São Paulo — desmatados por dia. Na Amazônia, o desmatamento foi de 792 hectares/dia. Nos últimos sete anos, o Brasil perdeu 10.913.064 hectares

de vegetação nativa, área superior ao estado de Pernambuco.

A região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e Mato Grosso respondem por mais de 63% da área total desmatada em

2025. O Maranhão puxa a fila pelo segundo ano consecutivo, representando 15,7% (154.294 hectares) do desmatamento em 2025. No ano anterior, desmatou 218.380 hectares. São Paulo (67,3%) e Paraná

(59,2%) tiveram os maiores crescimentos relativos na área desmatada entre 2024 e 2025. O Distrito Federal registrou um aumento de 216%, embora a área total seja pequena (de 31 hectares para 99).

Agropecuária

De acordo com o relatório, o desmatamento causado pelo avanço da fronteira agropecuária foi responsável por 97% de toda a perda de vegetação nativa no Brasil nos últimos sete anos. Respondeu, em 2025, por 99% da área desmatada — 974.469 hectares. Procurada pelo **Correio** para comentar essa constatação, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) não respondeu até o fechamento desta edição.

A expansão urbana é responsável por um aumento de 7% na área desmatada. O Cerrado foi o bioma mais impactado por esse tipo de expansão.

Dentro de áreas de conservação, foram registrados 46.257 hectares de vegetação nativa suprimida em 2025 — redução de 21,4% em relação ao ano anterior. As UCs de Proteção Integral (federais, estaduais e municipais) perderam 55,8%, com 2.034 hectares desmatados.

O Cerrado foi o bioma mais afetado, pois concentrou 43,5% de todo o desmatamento em UCs (20.160 hectares). Quase a totalidade (97,4%) dessa destruição ocorreu em Áreas de Proteção Ambiental (APAs). A APA do Rio Preto (BA), com grande parte de seu território no Cerrado, foi a UC com maior área desmatada (7.701 hectares) no Brasil em 2025 — avanço de 44% em relação a 2024.

Dino determina plano preventivo contra “super” El Niño

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinou que a União e os estados da Amazônia Legal e do Pantanal apresentem, em 10 dias úteis, informações detalhadas sobre as medidas adotadas para enfrentar o risco elevado de incêndios florestais previstos para os próximos meses. A decisão ocorre diante das projeções climáticas que apontam para a formação de um “super” **El Niño** entre 2026 e 2027, com possibilidade de seca severa e aumento expressivo das queimadas em diferentes regiões do país.

No despacho, Dino destaca estudos técnicos que indicam alta probabilidade de temperaturas

acima da média histórica e persistência da estiagem na Amazônia e no Pantanal ao longo deste ano. Segundo as projeções citadas pelo ministro, o fenômeno climático deve atingir seu pico entre setembro e outubro, justamente o período mais crítico para a propagação do fogo nos biomas brasileiros. A decisão foi baseada em nota técnica elaborada pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), que alerta para a possibilidade de um El Niño forte ou muito forte, com impactos semelhantes aos observados nos eventos de 2023 e 2024.

Na decisão, Dino reconhece que os índices de queimadas registrados em 2025 foram menores do que

Aquecimento começa no Atlântico

O El Niño é caracterizado pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, alteração que modifica padrões atmosféricos em diferentes partes do planeta. No Brasil, o fenômeno costuma provocar redução das chuvas na Amazônia e no Pantanal, além de favorecer períodos de seca prolongada e temperaturas elevadas, criando condições favoráveis para incêndios florestais de grandes proporções. Pesquisadores também têm chamado atenção para a diminuição do intervalo entre episódios considerados extremos, os chamados “super” El Niños, o que amplia a preocupação das autoridades ambientais e da Defesa Civil.

os observados nos anos anteriores, mas afirma que o cenário continua exigindo atenção máxima. O ministro ressaltou que os elementos reunidos no processo apontam para a necessidade de reforço das

ações preventivas, ampliação do monitoramento climático e maior integração entre governos federal e estaduais para evitar a repetição das crises ambientais recentes. A preocupação é impedir que

a combinação entre estiagem severa e calor intenso provoque novos episódios de devastação ambiental e impactos à saúde da população.

O debate sobre os efeitos do El Niño também deve ganhar espaço no Senado. O senador Espiridião Amin (PP-SC) informou ao **Correio** que a Casa realiza, hoje, uma sessão de debates temáticos para discutir os impactos do fenômeno climático no Brasil. “Pretendo atualizar informações a respeito”, afirmou o parlamentar, ao destacar que especialistas participarão da discussão sobre medidas de prevenção e resposta a desastres naturais.

Já o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) avaliou que os

eventos climáticos extremos passaram a integrar o “novo normal” e defendeu o fortalecimento do sistema de Defesa Civil no país. Ele lembra que as enchentes e secas severas registradas no Rio Grande do Sul nos últimos anos evidenciaram a fragilidade estrutural de estados e municípios diante de catástrofes ambientais.

Para o senador, a principal dificuldade enfrentada por municípios é a dependência financeira da União para implementar ações de contingência e reconstrução. Ele também destacou a necessidade de aprovação do Projeto de Lei 3.614/2024, que trata do fortalecimento das estruturas de resposta a desastres.

VIOLÊNCIA

Homem que jogou de encosta ex-companheira vai para a preventiva

» SOFIA MAIA*

A prisão de Silvanildo Amâncio de Araújo, de 52 anos, suspeito de estupro e tentar matar a ex-companheira Ana Claudia Rodrigues, de 41 anos, ao empurrá-la da Serra do Rola-Moça, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi convertida de flagrante para preventiva pela Justiça de Minas Gerais. A decisão foi tomada ontem, proferida pela juíza Renata Nascimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Brumadinho, também na Grande BH.

Silvanildo foi preso em flagrante na terça-feira, em Várzea da Palma,

no norte de Minas, depois de ser localizado pela Polícia Militar às margens da rodovia MGC-496. De acordo com a investigação, ele teria raptado a ex-companheira, a obrigado a praticar sexo sob ameaça de faca e, em seguida, a empurrado de uma encosta no Parque Estadual da Serra do Rola-Moça. A vítima foi encontrada de flagrante para preventiva pela Justiça de Minas Gerais. A decisão foi tomada ontem, proferida pela juíza Renata Nascimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Brumadinho, também na Grande BH.

Conforme a decisão judicial, o investigado vai responder pelos crimes de estupro e tentativa de feminicídio, previstos nos artigos 213 e 121-A do Código Penal, ambos combinados com o artigo 14, referente à tentativa.

Alexandre Guzanshe/EM/D.A Press



Bombeiro é içado após resgatar Ana Claudia do fundo da clareira

De acordo com o boletim de ocorrência, a polícia recebeu, em 25 de maio, informações sobre um possível feminicídio ocorrido na Serra do Rola-Moça. A suspeita era de que a vítima tivesse sido empurrada de um penhasco pelo ex-marido, que fugiu em um veículo GM Onix azul.

No dia seguinte, militares localizaram o automóvel estacionado em Várzea da Palma e passaram a monitorar o local. Pouco depois, um homem com características compatíveis com as do suspeito se aproximou do carro e foi abordado. Segundo os policiais, Silvanildo teria confessado espontaneamente que empurrou a vítima da encosta.

Ainda conforme as autoridades, ele relatou que encontrou a mulher quando ela seguia para o trabalho, no Bairro Mangabeiras, Região Centro-Sul de Belo Horizonte, e a levou até a Serra do Rola-Moça. O homem teria afirmado que agiu após uma discussão motivada por supostas acusações feitas pela vítima.

A mulher, por sua vez, contou aos

policiais que foi obrigada, sob ameaça com faca, a entrar no veículo e levada até a área de mata, onde sofreu violência sexual antes de ser lançada da encosta. Mesmo ferida, ela conseguiu sobreviver até ser localizada pelas equipes de resgate.

Durante a abordagem, os militares apreenderam quatro facas do tipo açougueiro, um facão e um canivete apontado pelo suspeito como o objeto usado para ameaçar a vítima. Também foram encontrados três celulares e um aparelho envolto em papel-alumínio. Segundo o investigado, o objetivo seria evitar o rastreamento.

De acordo com a investigação, havia no veículo roupas, ventilador, lanterna e outros objetos que, para a polícia, indicariam a intenção de permanecer escondido por um período prolongado. Silvanildo teria dito que planejava se esconder na Bahia, onde tem parentes, mas desistiu antes de ser preso.

* Estagiários sob supervisão de Fabio Grecchi

7º BRASÍLIA SUMMIT

L I D E – CORREIO BRAZILIENSE

17 DE JUNHO, 8 ÀS 12 HORAS

HOTEL BRASÍLIA PALACE

BRASÍLIA – DF

“INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O IMPACTO NA GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA”

PALESTRANTES

 CELINA LEÃO GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL	 EDUARDO GOMES SENADOR (PL-TO) VICE-PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E DO CONGRESSO NACIONAL TITULAR DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DO SENADO FEDERAL	 AGUINALDO RIBEIRO DEPUTADO FEDERAL (PP-PB) RELATOR DO PROJETO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	 RICARDO BARROS DEPUTADO FEDERAL (PP-PR) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	 GUSTAVO REIS PREFEITO DE JAGUARIÚNA (2017-2024) PRESIDENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (2024-2025)	 PAULO OCTÁVIO PEREIRA EMPRESÁRIO CEO DO GRUPO PAULO OCTÁVIO PRESIDENTE DO LIDE BRASÍLIA	 JOÃO DÓRIA FUNDADOR E CO-CHAIRMAN DO LIDE GOVERNADOR DE SÃO PAULO (2019-2022) PREFEITO DE SÃO PAULO (2017-2018)
 JOAQUIM CAEIRO PROFESSOR DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	 ANDERSON SOARES PROFESSOR E FUNDADOR DO CENTRO DE EXCELÊNCIA EM IA DA UFG	 CRISTIANE HASEGAWA DIRETORA-PRESIDENTE DO INPACTA	 MAGNO MACIEL ESPECIALISTA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, PROFESSOR E PESQUISADOR CEO DA X-VIA GROUP	 ROBERTO PITERI FILHO DOCTOR EM CIÊNCIAS DA SAÚDE DO HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS DE SÃO PAULO	 GUILHERME MACHADO PRESIDENTE DO CORREIO BRAZILIENSE	 BRUNO MEYER JORNALISTA HEAD DO LIDE CONTEÚDO

PATROCÍNIO



PaulOOctavio

alpha|secure®

MÍDIA PARTNERS

TV L I D E CORREIO BRAZILIENSE



REVISTA L I D E

Bauducco

Natural one

INICIATIVA

L I D E
25 ANOS

CORREIO BRAZILIENSE

L I D E
BRASÍLIA

Inscreva-se:
CONFIRME.LIDE.COM.BR

Encontro presencial
VAGAS LIMITADAS



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,48% São Paulo	176.209 175.744	21/maio 5,001 22/maio 5,028 25/maio 5,019 26/maio 5,027	R\$ 1.621	R\$ 5,885	14,40%	14,33%	Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88
0,36% Nova York	22/5 25/5 26/5 27/5	(+ 0,67%)					

IPCA-15

Alimentos e energia pressionam inflação

Índice de 0,62% em maio, acima das expectativas do mercado, mantém acumulado do ano fora da meta do Banco Central

» RAFAELA GONÇALVES

Puxada, principalmente, pela alta dos alimentos, da energia elétrica e dos custos de saúde, a prévia da inflação oficial voltou a acelerar em maio, refletindo pressões mais disseminadas no custo de vida dos brasileiros. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) avançou 0,62% no mês, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador veio acima das expectativas do mercado, que projetava alta de 0,53% na primeira quinzena do mês. Ainda assim, a variação representa desaceleração em relação a abril, que registrou 0,89%. No mesmo período de 2025, a taxa havia sido de 0,36%.

Entre os nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito registraram elevação nos preços. O grupo de alimentação e bebidas voltou a pesar no resultado, com alta de 1,38% no mês. O avanço foi influenciado, principalmente, pelo encarecimento de itens básicos da mesa das famílias, como batata-inglesa, tomate, leite longa vida e carnes.

As contas de energia elétrica subiram 2,16% no mês, refletindo a adoção da bandeira amarela nas tarifas residenciais. A medida, definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), implica cobrança adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos, para induzir o consumidor a economizar ao longo do período de queda dos níveis dos reservatórios.

Já o grupo de saúde e cuidados pessoais avançou 1,05% em maio, impulsionado pela alta dos produtos de higiene pessoal, dos medicamentos e dos planos de saúde.

Na avaliação da Warren Investimentos, o resultado veio acima das expectativas do mercado e da

Ed Alves/CB/D.A Press



Alimentos in natura populares na mesa dos brasileiros, como batata-inglesa e tomate, ficaram mais caros em maio e pressionaram o IPCA-15

própria instituição, mas não indica deterioração mais intensa do cenário inflacionário. “A leitura qualitativa sugere que o cenário inflacionário não apresentou deterioração adicional na margem. A aceleração mensal foi explicada por componentes específicos e voláteis”, destacou a casa em relatório.

Segundo a Warren, o grupo habitação surpreendeu com aceleração de 1,03%, pressionado pelo aumento do gás de botijão e da energia elétrica residencial. O grupo saúde e cuidados pessoais também veio acima das projeções, refletindo os reajustes anuais de medicamentos e produtos farmacêuticos.

A instituição destacou, ainda, que a alimentação no domicílio

seguiu pressionada pela disparada de tubérculos, raízes e legumes, especialmente batata-inglesa e tomate, além da alta das carnes.

Para Matheus Pizzani, economista do PicPay, a inflação de maio também refletiu a normalização parcial dos impactos provocados pela guerra no Oriente Médio, sobretudo nos combustíveis. “O IPCA-15 de hoje foi o primeiro indicativo de um movimento que já era relativamente esperado, sendo ele a normalização de alguns dos principais componentes afetados pelo contexto da guerra no Oriente Médio, em especial os combustíveis”, afirmou.

O economista ressaltou que os preços administrados desaceleraram no período, beneficiados pela

deflação de 1,47% nos combustíveis, enquanto os preços livres aceleraram de 0,57% para 0,69%, puxados pelos alimentos in natura.

Pizzani também chamou atenção para o comportamento dos serviços, que avançaram de 0,02% para 0,48% no mês. Embora parte do movimento tenha sido influenciada pela reversão das passagens aéreas, o economista avalia que o segmento segue exigindo cautela. “A ausência de elementos que justifiquem uma inflexão baixa na trajetória dos serviços se traduz em maior preocupação”, afirmou.

Alívio

Após pressionarem a prévia da inflação em abril, o preço dos

combustíveis registrou queda de 1,47% em maio, contribuindo para aliviar o IPCA-15 no período. Destaque para as quedas de preço do etanol, do óleo diesel e da gasolina, enquanto o gás veicular avançou no mês. O grupo transportes registrou deflação de 0,33%, beneficiado pela desaceleração das passagens aéreas, que subiram menos do que o esperado pelo mercado.

Segundo Leonel Mattos, especialista em inteligência de mercados da StoneX, a desaceleração dos combustíveis ajudou a conter parte das pressões inflacionárias associadas à guerra no Oriente Médio, mas os impactos do choque energético começaram a se espalhar

para outros segmentos da economia. “As pressões de preço inicialmente ligadas ao setor energético começam a se disseminar para outros setores”, afirmou.

Acima da meta

Em 12 meses, o índice acumula alta de 4,64%, permanecendo acima do centro da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. O resultado também é o mais elevado desde outubro do ano passado, quando a taxa alcançou 4,94% e superou o teto da banda de tolerância de 1,5 ponto percentual em torno da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%.

Agentes do mercado financeiro elevaram novamente as projeções para a inflação oficial neste ano. Segundo a edição mais recente do Boletim Focus, a mediana das estimativas para o IPCA em 2026 subiu de 4,92% para 5,04% nas projeções para o fim de 2026.

Mattos avalia que a composição do IPCA-15 indica que a inflação segue espalhada por diferentes segmentos da economia, reduzindo o espaço para cortes de juros no curto prazo. “As pressões de preço inicialmente ligadas ao setor energético começam a se espalhar para outros segmentos da economia”, destacou o especialista.

A instituição avalia ainda que a perspectiva de juros elevados por mais tempo tende a favorecer a entrada de capital estrangeiro e sustentar o real, embora as incertezas geopolíticas envolvendo o Oriente Médio ainda limitem movimentos mais positivos do câmbio. “Enquanto não houver uma sinalização mais clara sobre a resolução do impasse no Estreito de Ormuz, o mercado financeiro global deve continuar operando em compasso de espera”, disse Mattos.

ENERGIA

Petrobras pronta para a transição

Um relatório internacional, divulgado ontem, aponta que a Petrobras está entre as empresas petrolíferas nacionais mais bem posicionadas para liderar a transição energética global, desde que amplie investimentos em energias renováveis e reduza a dependência de combustíveis fósseis.

O estudo *Roteiros para transições equitativas de empresas petrolíferas nacionais* foi elaborado pelo pesquisador Adrián Correa-Florez, professor da Universidad Distrital Francisco José de Caldas, na Colômbia, e ex-diretor da Unidade de Planejamento de Mineração e Energia do país. No Brasil, participaram da iniciativa o Observatório do Clima e o WWF-Brasil.

A análise avaliou 33 empresas petrolíferas e classificou a Petrobras no grupo das “potenciais líderes”, ao lado de companhias como Ecopetrol, Equinor e Petronas. Segundo o relatório, essas empresas detêm melhores condições financeiras, governança mais robusta e maior capacidade de adaptação

à descarbonização, embora ainda mantenham forte concentração em combustíveis fósseis.

“Ser uma líder em potencial não significa, necessariamente, que a empresa já está fazendo muito mais do que as outras pela transição, mas sim, que suas condições de operação e o cenário econômico e político em seus países são mais favoráveis”, explicou Correa-Florez.

O documento recomenda que a Petrobras deixe de investir em novos projetos fósseis e redirecione recursos para energias renováveis, eletrificação e planos de transição climática. A discussão ocorre em meio ao avanço dos projetos de exploração de petróleo na Margem Equatorial, região considerada, do ponto de vista ambiental, uma das mais sensíveis do país.

Segundo o estudo, as empresas petrolíferas nacionais controlam 55% da produção global de petróleo e gás e dois terços das reservas conhecidas, mas ainda não têm planos viáveis de transição energética.

Divulgação/Petrobras



Estudo sugere que Petrobras reduza presença em combustíveis fósseis

“A Petrobras tem uma oportunidade enorme, neste ano, de se abrir ao debate com a sociedade e definir um plano de transição consistente. Não faz sentido operar na lógica do

fim da feira, tentando aproveitar os últimos suspiros de um modelo antigo”, disse Suely Araújo, especialista em políticas públicas do Observatório do Clima. (RG)

Investimentos na Amazônia

» ÂNDREA MALCHER
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo federal anunciou, ontem, investimento da Petrobras de R\$2,8 bilhões no Amazonas até 2030, sinalizando o papel estratégico da região. A exploração de petróleo e gás natural está entre os temas que serão tratados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje, com a presidente do Suriname, Jennifer Geerlings-Simons.

Do total, R\$2,5 bilhões serão destinados à ampliação da produção de gás natural de Urucu, em Coari. O Polo Urucu é responsável por 65% da demanda de energia elétrica de Manaus e de cinco municípios do estado. Também produz, em média, 80 mil botijões de gás de cozinha por dia, abastecendo os estados do Norte e Nordeste.

“Há cerca de 10 anos que a Petrobras não investe no Amazonas. Nós estamos de volta para cumprir, dentre outras coisas, o nosso papel de garantir a produção de óleo e gás do estado”, declarou a presidente da estatal, Magda Chambriard.

O presidente Lula estimou, em entrevista à Rede Amazônica, que “falta pouco tempo” para que a Petrobras confirme a existência de

petróleo na Margem Equatorial brasileira, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, alvo de críticas pelo risco ambiental que a perfuração apresenta.

“Todos os estudos estão feitos, tudo está aprovado. Nós temos muita responsabilidade de extrair petróleo lá, mas temos uma vantagem que é a expertise da Petrobras. A Petrobras é a melhor empresa do mundo para fazer prospecção em águas profundas”, declarou.

De acordo com o presidente, visando o desenvolvimento do Norte do país, a estatal também irá prospectar em locais “abandonados”, inclusive, mapeando a quantidade de minerais críticos e terras raras no Brasil.

Descarbonização

Lula disse que nenhum país é capaz de competir com o Brasil quando o assunto é transição energética. Ele citou o exemplo dos data centers, que exigem elevado nível de fornecimento de eletricidade. “O Brasil tem um potencial invejável. É por isso que os chineses já estão fazendo um lá no Ceará, em Fortaleza. Por isso tem empresa americana e indiana querendo vir para cá”, disse.



ORIENTE MÉDIO

Trump acusa o Irã de protelar acordo

Casa Branca desmente rascunho de memorando divulgado pela mídia estatal de Teerã, e presidente americano diz não estar satisfeito com a negociação. Israel escala bombardeios e declara "zona de combate" no sul do território libanês

» RODRIGO CRAVEIRO

Uma invenção total da mídia iraniana. Foi dessa maneira que a Casa Branca classificou o rascunho do acordo de cessar-fogo publicado pela imprensa de Teerã. “Esse relato da mídia controlada pelo Irã não é verdadeiro, e o memorando de entendimento que eles ‘divulgaram’ é uma completa invenção. Ninguém deve acreditar no que a mídia estatal iraniana está divulgando. Fatos importam”, reagiu a Presidência dos Estados Unidos no perfil intitulado Rapid Response 47 na rede social X — uma conta de resposta rápida mantida pela Casa Branca para desmentir fake news.

O suposto esboço do acordo prevê o restabelecimento da navegação comercial no Estreito de Ormuz, dentro de 30 dias, nos mesmos níveis anteriores à guerra. Em contrapartida, os Estados Unidos encerrariam o bloqueio naval e retirariam da região as suas forças bélicas, incluindo porta-aviões e navios. O presidente Donald Trump limitou-se a externar sua insatisfação com o acordo e acusou o Irã de protelar o pacto de cessar-fogo.

“O Irã está empenhado, querem muito chegar a um acordo. Até agora, não conseguimos. Ainda não estamos satisfeitos com isso, mas estaremos. (...) Ou isso, ou simplesmente teremos que terminar o trabalho”, disse o republicano, durante reunião com o gabinete. “Eles pensaram que iam me fazer esperar, sabe, ‘vamos aguentar firme, ele tem as eleições de meio de mandato’. Não me importam as eleições de meio de mandato.”

Marco Rubio, secretário de Estado americano, participou da reunião de gabinete e admitiu “certos avanços” nas negociações com o Irã. No entanto, evitou dar detalhes. “Veremos nas próximas horas e dias se é possível avançar”, afirmou o chefe da diplomacia de Washington. Sem responder diretamente à mídia iraniana sobre o suposto rascunho do acordo, Trump prometeu que “ninguém”, incluindo o Irã, controlará o Estreito de Ormuz. O republicano rejeitou as informações de que Teerã e o sultanato de Omã poderiam estabelecer um sistema de pedágio para o tráfego marítimo.

Trump tornou a garantir que o regime iraniano não é mais o mesmo. “Não tínhamos a intenção de promover uma mudança de regime, mas... estamos lidando

com um grupo de pessoas completamente diferente daquele com quem estávamos no início”, declarou. “Na verdade, acho que eles são mais inteligentes. Um regime caiu, outro regime caiu, e estamos lidando com o terceiro.” Apesar da retórica de Trump, a Guarda Revolucionária Islâmica parece manter sua influência nas decisões do Irã.

Vice-chefe político da Marinha da Guarda Revolucionária, Mohammad Akbarzadeh avaliou que “a possibilidade de guerra é baixa devido à fragilidade do inimigo”. Ele alertou que “as Forças Armadas estão em alerta, com os carregadores cheios”. “Não duvidem de que transformaremos a área de Chabahr até Mahshahr em um cemitério para os agressores”, acrescentou, ao mencionar cidades em cada extremo da vasta costa sul do Irã.

Para Denilde Holzacker, professora de relações internacionais da ESPM, o Irã tenta utilizar uma estratégia de comunicação com o objetivo de mostrar capacidade de negociação com os Estados Unidos. “Washington tem feito concessões. Desde terça-feira, com os ataques americanos ao sul do Irã, acho pouco provável que Trump aceite alguns pontos, como a restauração do Estreito de Ormuz e a retirada de tropas do Golfo Pérsico”, disse ao **Correio**.

A especialista acredita que ambos os lados tentarão ganhar tempo para melhorar as margens de negociação. “A situação voltou ao nível de indecisão e incerteza de outro momento. Trump quer mostrar aos países do Golfo a capacidade de manter o controle americano na região. Também busca preservar a tensão em nível alto e deixar o canal de negociação em aberto”, comentou Holzacker. “O objetivo é seguir estrangulando o regime iraniano.”

Por sua vez, Cristina Pecequillo, professora de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), vê a questão do programa nuclear como central. “Enquanto o Irã não destruir o urânio enriquecido ou não transferir esse material para outro país, as negociações ficarão travadas. As opções de Trump ficam cada vez mais reduzidas”, explicou à reportagem. “A medida que o Irã não cede no ponto principal, não há possibilidade de o processo caminhar. A declaração de Trump de que não se importa com as eleições de meio de mandato, mas com a destruição das capacidades nucleares iranianas, dá uma sinalização disso”.

Atta Kenare/AFP



Moradores de Teerã passam por mural em fachada de prédio com a legenda em farsi “Para sempre nas mãos do Irã”, em alusão ao Estreito de Ormuz



Um regime caiu, outro regime caiu, e estamos lidando com o terceiro”

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos

Líbano

No outro front, Israel realizou mais de 120 bombardeios ao sul do Líbano somente ontem. O Exército israelense advertiu que tratará como “zona de combate” toda a área do território libanês ao sul do Rio Zahrani — uma faixa que se estende por 40 quilômetros a partir da fronteira entre os dois países. Porta-voz das Forças de Defesa de Israel (IDF) em árabe, o coronel Avichay Adraee enviou uma mensagem pelas redes sociais em que pediu a todos os moradores que se retirassem para a margem norte do Zahrani. A medida incluiria 300 cidades e vilarejos. Desde o início da guerra, os bombardeios israelenses mataram 3.213 libaneses, de acordo com o Ministério da Saúde do país.

Israel mata chefe militar do Hamas

O movimento islâmico palestino Hamas perdeu o recém-nomeado chefe de seu braço militar, as Brigadas Ezzedin al-Qassam, atingido por bombardeio no norte da Faixa de Gaza, na terça-feira, e enterrado ontem. Mohammed Odeh tinha assumido o comando da força há cerca de 10 dias, depois de o Exército israelense ter assassinado seu antecessor, Ezzedin al-Haddad. Odeh é o quarto comandante militar do Hamas morto desde 7 de outubro de 2023, quando comandos palestinos de Gaza invadiram o sul de Israel, mataram 1.200 pessoas e fizeram centenas de reféns. O revide, interrompido dois anos depois por um cessar-fogo — ignorado reiteradamente pelas forças israelenses — deixou mais de 72 mil mortos no território palestino.

Em comunicado, as Brigadas Ezzedin al-Qassam condenaram “o assassinato covarde” do seu líder, “bem como de sua mulher e dos dois filhos”. Centenas de pessoas acompanharam os corpos na Cidade de Gaza, da mesquita ao cemitério, envoltos em bandeirolas do Hamas. Um fuzil AK-47 foi colocado sobre o caixão de Odeh.

“Para o inferno”

“Ele foi enviado para se reunir

Omar al-Qattaa/AFP



Palestinos sepultam na Cidade de Gaza o corpo de Mohammad Odeh

com seus companheiros nas profundezas do inferno”, comemorou em Israel o ministro da Defesa, Israel Katz. “Assumimos o compromisso de eliminar todos os que lideraram o massacre de 7 de outubro, e é isso que vamos fazer: todos estão marcados para morrer, onde quer que estejam”, escreveu na rede social X. Um cessar-fogo entre o Hamas e o governo israelense entrou em vigor em outubro de 2025. Desde então, 910 palestinos foram mortos em ataques, segundo o Ministério da Saúde do território. Israel Katz reafirmou o objetivo

de seu governo de acabar com o governo do Hamas em Gaza e reiterou um projeto para a remoção da população civil das áreas agora sob ocupação militar israelense. “O plano para a migração voluntária a partir de Gaza também será implementado: tudo será feito no momento adequado e da maneira adequada”, disse. Em fevereiro, o alto comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, Volker Türk, denunciou políticas “destinadas a provocar uma mudança demográfica permanente em Gaza”.

LAOS

Resgate dramático na caverna inundada

Equipes especializadas de salvamento preparavam, possivelmente para hoje, a delicada operação para retirar cinco de sete pessoas presas por uma semana em uma caverna alagada no Laos, no Sudeste Asiático. Os mergulhadores, que se deslocaram de diferentes países, encontraram os sobreviventes ao fim de vários dias de incursões por túneis baixos e estreitos, em alguns pontos com apenas 50cm de largura, parcialmente cobertos de água acumulada de enchentes que surpreenderam um grupo de moradores da região. Eles haviam entrado na caverna, na província central de Xaysomboun, a nordeste da capital, Vientiane, em 20 de maio.

De acordo com as autoridades locais, os laosianos procuravam vestígios de ouro em uma antiga mina desativada. Chuvas torrenciais repentinas, acompanhadas de deslizamentos de terra, inundaram as passagens abandonadas e os sete ficaram isolados e retidos a cerca de 300m da entrada da mina, sem possibilidade de sair. Os mergulhadores encontraram os cinco sobreviventes com roupas, mãos e rosto cobertos de lama, estavam encolhidos em uma passagem estreita. Um socorrista da vizinha Tailândia, Norrased Palasing, publicou nas redes sociais as imagens que filmou do resgate. “Encontramos cinco laosianos. Todos estão a salvo.

Metta Tham Rescue Kalasin/AFP



Mergulhadores buscam laosianos retidos na mina abandonada

Continuaremos prestando ajuda”, disse Palasing no vídeo. O mergulhador finlandês Mikko Paasi, que também aparece nas imagens da caverna, disse na gravação que ele e o colega tailandês precisavam “mergulhar de volta imediatamente” e levar mais suprimentos aos homens, para que recuperassem as forças e se preparassem para sair da caverna. “Ainda temos pela frente a tarefa de tirá-los de lá, e não será fácil.” Depois de entregar comida e remédio para os cinco, os socorristas retomaram as buscas pelos dois laosianos ainda desaparecidos.

Norrased e Paasi, que chegaram à caverna no Laos na segunda-feira,

também participaram, em 2018, da dramática operação de resgate de 12 integrantes de uma equipe juvenil de futebol que ficou presa em uma caverna inundada na vizinha Tailândia. De acordo com o finlandês, os mergulhadores tiveram de se deslocar “por centenas de metros de túneis repletos de obstruções, cobertos de água, em meio à ameaça de acidentes e um risco elevado de contaminação pelo ar viciado”.

O dramático resgate de oito anos atrás, na Tailândia, mobilizou milhares de especialistas de diversos países e atraiu atenção mundial. Além de reportagens extensas, o incidente foi retratado em documentários e filmes de ficção.

VISÃO DO CORREIO

Faroeste contra as facções não costuma resolver

A ideia de que os Estados Unidos classifiquem oficialmente como organizações terroristas as facções criminosas brasileiras volta à tona depois do encontro de Flávio Bolsonaro com Donald Trump. Segundo o próprio relato sobre a reunião, o senador e pré-candidato ao Planalto insistiu com o anfitrião para que adote a definição. De um ponto de vista estritamente prático, esse movimento teria como implicação que as forças militares e de segurança dos EUA estariam autorizadas, pela legislação norte-americana, a planejar e executar operações, inclusive em território brasileiro, contra Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e outras organizações criminosas.

À parte as discussões em torno da nossa soberania, vale examinar o histórico das experiências de adotar uma abordagem militar e bélica para enfrentar o fenômeno, universal e em expansão, do crime organizado. A história recente da América Latina, em particular no século 21, oferece ao menos dois exemplos que o Brasil deveria examinar com atenção.

A Colômbia despontou nos anos de 1980 como maior produtora e exportadora de cocaína, na maior parte destinada ao mercado estadunidense. Foi distinguida como alvo prioritário da "guerra às drogas" proclamada por Ronald Reagan, na época à frente da Casa Branca. A estratégia militar quebrou, nos anos de 1990, os cartéis de Medellín e Cali. Mas a economia doméstica do narcotráfico entranhou-se no interior abandonado, entrelaçada ao conflito armado com a guerrilha de esquerda. Hoje, o país segue como origem principal da cocaína consumida nas ruas dos EUA — e das grandes cidades europeias.

A desarticulação dos cartéis colombianos não apenas se mostrou inócua para estancar a oferta de drogas nos Estados Unidos — a parte que, ontem como hoje, se apresenta como interessada no combate ao narcotráfico. A posição dominante foi assumida, em boa parte, por organizações criminosas do México, até pelo acesso geográfico privilegiado ao mercado norte-americano.

Entre 2006 e 2012, o presidente Felipe Calderón declarou sua "guerra às drogas". No período, assistiu ao nascimento de uma facção formada basicamente por militares e policiais integrantes de uma unidade de elite instituída justamente para o combate frontal aos cartéis: à medida que avançavam no terreno, assumiam para si o comando das operações criminosas. A herança do processo contabiliza 60 mil mortos e mudanças apenas nos nomes de quem comanda o negócio: hoje, além de operar na Colômbia, os cartéis mexicanos operam nas regiões fronteiriças da Amazônia brasileira.

O crime organizado demonstra historicamente capacidade maior que a das forças de Estado para reciclar-se. No Brasil, assim como na Colômbia e no México, buscou e segue buscando meios para se inserir no tecido social legal, não apenas econômico, mas igualmente político e mesmo judicial. Os resultados recentes no combate às facções, por aqui, atestam que a frente mais promissora é a da inteligência, da investigação meticulosa.

Não é no faroeste das comunidades abandonadas que o Estado, em nome da sociedade, derrotará as protomáfias geradas e alimentadas por décadas de equívocos e convivência. A hidra a ser decapitada veste terno e gravata, tem CPF e CNPJ.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Violência 1

Mulher jogada de penhasco em Minas pediu medida protetiva contra o ex quatro dias antes. Digo e não me canso: uma mulher, ao procurar uma delegacia especializada ou uma delegacia comum solicitando medida protetiva, deveria imediatamente ser conduzida ao programa de proteção até finalizar a investigação. Os seus filhos, também. Constatado o perigo, o abusador deve ser preso e julgado em comarca diversa do ocorrido, para dificultar qualquer tipo de acesso ou de assédio por parte de amigos e familiares do abusador. Não é utópico, há recursos disponíveis para isso se concretizar. Faltam empenho e gerência.

» **Luciana Vitória**
Ubaitaba (BA)

Violência 2

A luta contra o feminicídio é nobre e reclama destaque, mas será que não é hora de prestar mais atenção também à violência entre homens? Mulheres perfazem 8,5% do total de vítimas de mortes violentas; é o mesmo que dizer que mais de 90% das vítimas são do sexo masculino — e, acrescento eu, mais de 90% dos autores também. É pena que só uma parte desses números cause tanto espanto: o restante virou rotina e compõe a paisagem.

» **Randerson Azevedo**
Cruzeiro

Nova NR-1

Saúde mental vira obrigação legal das empresas com a nova NR-1. É uma pena que, na prática, talvez não haja resultados. Por exemplo: a empresa é bacana e paga os funcionários certinho. No entanto, a gerência não é de agrado de ninguém, e é isso que afeta a saúde mental do trabalhador. A única coisa que a maioria das empresas faz, nesses casos, é apostar no “os incomodados que se mudem”. É só verificar a rotatividade de funcionários para comprovar essa tese.

» **Danielle Almeida**
Brasília

Cuba livre

O editorial do **Correio** de 27 de maio bem define a situação de Cuba como um modelo estatal exaurido por décadas de estagnação, embargo e dependência externa. É um modelo mantido por uma casta política que não admite deixar o poder. Os criadores desse modelo têm mais de 90 anos. Cuba precisa ser salva da prepotência e da crueldade desse grupo aferrado a suas idéias ultrapassadas. Há 67 anos, o povo vive em condições de miséria e deficiência, desde que a ditadura socialista lhe foi imposta pelos que prometeram liberdade e democracia e o escravizaram com opressão e racionamento. Há os que afirmam que apenas aos cubanos cabe decidir seu futuro, mas não explicam como um povo desarmado, subjugado por um regime de partido único, que o prende por pedir comida e eletricidade, vigiado em cada quadra pelos Comitês de Defesa da Revolução, amedrontado pelos esbirros do Ministério do Interior, sem

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Quatorze meses para a mudança que acabará com a escala 6 X 1? Quando estiver próximo do fim desse prazo, eles vão revogar. É lamentável!

Rafael Cardoso — Brasília

Um tempo curto desse de transição para o fim da escala 6 X 1 deixa claro que ninguém está mesmo preocupado com os empresários deste país! As intenções eleitorais cegaram as autoridades.

Paulo Dutra — Asa Sul

Você, cidadão comum, não acha estranho que um parlamentar brasileiro se encontre com um presidente da República no exterior para pedir exatamente o que não quer o governo brasileiro? Pode isso, Arnaldo?

Marcos Paulino — Vicente Pires

Foto com Trump: fotografia é um hobby caro. Viajar para os Estados Unidos só para tirar uma foto é mais caro ainda.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Brasil alcançou patamar de muito alto desenvolvimento humano, mas como é muito grande, três ou quatro cidades têm alguns números que somam pontos. Grande parte do país tem alto número de favelas.

Raimundo Lima — Brasília

direito a eleições democráticas, pode decidir seu futuro. O povo cubano anseia por um libertador, que o salve dos grilhões da tirania socialista e lhe devolva o direito de escolher o próprio caminho.

» **Roberto Doglia Azambuja**
Asa Sul

Transparência

Incrível! Algo tão básico quanto mostrar quanto se ganha no serviço público ainda soa como uma grande conquista. A decisão de unificar os contracheques é importante, mas revela o tamanho da opacidade que sempre existiu no Judiciário. A transparência deveria ser o padrão, a cultura e a obrigação mínima de quem administra o dinheiro público. O mais triste é perceber que, por décadas, a falta de transparência serviu a muitos e prejudicou a todos nós.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1588.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Por que mulheres negras continuam morrendo ao gestar?



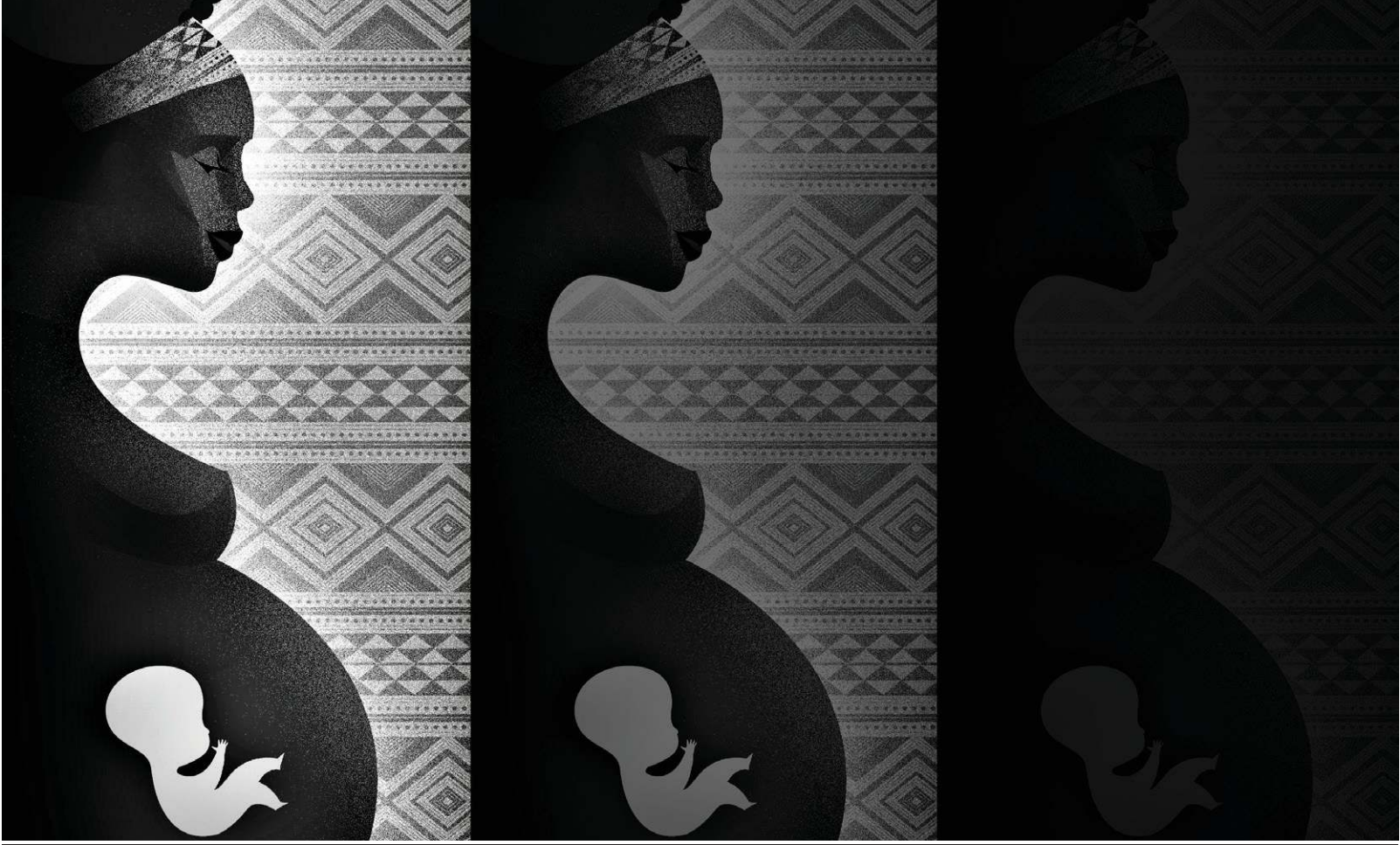
» MARJORIE CHAVES
Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília (Nesp/FS-UnB)

Antes de se tornar estatística, Tairine Alves era uma mulher negra de 30 anos que aguardava a chegada do primeiro filho. Em abril de 2024, após passar mal durante a gestação, percorreu diferentes unidades de saúde do Distrito Federal em busca de atendimento. Morreu poucas horas depois no Hospital Regional de Taguatinga. Sua história está longe de ser um caso isolado. Ela evidencia uma realidade persistente: mulheres negras continuam mais expostas a mortes evitáveis relacionadas à gravidez, ao parto e ao puerpério.

Nomear Tairine importa. As vítimas da mortalidade materna não podem ser reduzidas a dados epidemiológicos. São mulheres com trajetórias, vínculos e projetos interrompidos. Cada óbito revela uma falha coletiva na garantia do direito à saúde. E os dados mostram que essa falha incide de forma racializada. Mulheres negras concentram a maior parte das mortes maternas registradas no Brasil e apresentam risco superior ao observado entre mulheres brancas.

Uma revisão sistemática publicada neste ano na revista *Trends in Endocrinology & Metabolism* analisou 44 estudos sobre saúde materna e identificou níveis mais elevados de inflamação, estresse oxidativo e resistência vascular uteroplacentária entre mulheres negras, condições associadas a complicações como

Maurenilson Freire/CB/D/A Press



O dia em que o Brasil entende o peso dos impostos



» EDUARDO RODRIGUES
Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL/DF)

O Dia Livre de Impostos (DLI), realizado neste ano em 28 de maio, nasceu como um movimento de conscientização e protesto. Criado pela CDL Jovem, braço nacional de lideranças jovens do Sistema CN-DL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), o movimento ganhou força em todo o país justamente por transformar um tema complexo, a carga tributária brasileira, em algo visível para a população. E é exatamente assim que ele deve ser compreendido.

Em Brasília, a data ganhou contornos simbólicos e se consolidou como uma das maiores mobilizações do país em torno do debate tributário. Ano após ano, as filas que começam ainda de madrugada em postos de combustíveis da capital federal mostram que o tema mobiliza consumidores, empresários e trabalhadores em torno de uma reflexão que vai muito além do preço: afinal, quanto custa sustentar o Brasil e qual retorno a sociedade recebe por isso?

No Distrito Federal, essa mobilização tem um significado ainda mais forte. Estamos no centro das decisões políticas do país e convivemos

pré-eclâmpsia, parto prematuro e morte materna. Os pesquisadores da Universidade de Cambridge argumentam que esses mecanismos não decorrem de diferenças biológicas raciais, mas dos efeitos cumulativos da exposição ao racismo, às desvantagens socioeconômicas e às condições ambientais adversas ao longo da vida.

Essa compreensão dialoga com décadas de produção intelectual de mulheres negras e com o campo da justiça reprodutiva. Nesse contexto, a antropóloga Dána-Ain Davis formulou o conceito de racismo obstétrico para nomear práticas discriminatórias presentes na assistência à gestação, ao parto e ao puerpério. A desqualificação da dor, o descrédito atribuído aos relatos das pacientes, a demora no atendimento e a negligência diante de sinais de gravidade figuram entre suas expressões mais frequentes.

Compreender a persistência da mortalidade materna entre mulheres negras exige olhar para além das causas imediatas registradas nas declarações de óbito. Esse entendimento foi incorporado pelo Ministério da Saúde na Oficina Nacional sobre Mortalidade Materna de Mulheres Negras, realizada em 2023. O relatório apontou racismo institucional, barreiras de acesso aos serviços, limitações na produção de dados por raça/cor e a peregrinação entre unidades de saúde como fatores centrais para compreender a permanência dessas iniquidades.

A criação da Rede Alyne representa um avanço importante. A política homenageia Alyne Pimentel, mulher negra cuja morte, após sucessivas falhas na assistência obstétrica, levou à condenação internacional do Brasil pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), das Nações Unidas. Seu nome recorda

que a mortalidade materna não pode ser enfrentada sem considerar as desigualdades raciais que atravessam o acesso ao cuidado e a qualidade da assistência.

A ampliação do acesso à informação também integra as estratégias necessárias para enfrentar esse cenário. Nesse sentido, a nova edição da Caderneta da Gestante, lançada pelo Ministério da Saúde neste mês, representa uma iniciativa relevante. Além do registro clínico, a publicação amplia o acesso a informações sobre direitos sexuais e reprodutivos, plano de parto e violência obstétrica.

A experiência brasileira demonstra, contudo, que a existência de uma política nacional não altera, por si só, realidades profundamente enraizadas. A redução da mortalidade materna depende da capacidade de transformar diretrizes em práticas concretas, incorporando a equidade racial na organização dos serviços, na formação das equipes e na gestão do cuidado.

Mais de 20 anos separam a morte de Alyne Pimentel da morte de Tairine Alves. Apesar dos avanços institucionais, as duas histórias permanecem conectadas por uma pergunta incômoda: por que tantas mulheres negras ainda encontram obstáculos quando buscam cuidado em situações que demandam atenção imediata?

No Dia Nacional de Luta pela Redução da Mortalidade Materna, vale lembrar que maternidade segura exige mais do que tecnologia, leitos ou protocolos. Exige compromisso com a equidade, escuta qualificada e reconhecimento da dignidade de todas. Enquanto mortes evitáveis continuarem atingindo de forma desproporcional mulheres negras, a justiça reprodutiva seguirá como um horizonte ainda não alcançado, revelando os limites do compromisso democrático com a vida das mulheres.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha// circecunha.df@dabr.com.br

Avanço das apostas

Dados divulgados pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda apontam que o mercado regulado de apostas on-line movimentou aproximadamente R\$ 17,4 bilhões apenas no primeiro semestre de 2025. Estimativas apresentadas pelo Banco Central (BC) durante debates no Senado Federal indicam que o fluxo mensal de recursos destinados às apostas pode variar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões por mês.

O presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou, durante audiência pública, que “há preocupação institucional com os impactos das apostas sobre o endividamento das famílias brasileiras”. O tema passou a integrar discussões sobre estabilidade financeira, crédito ao consumidor e comportamento de consumo.

Levantamento realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo estimou que o avanço das apostas on-line pode provocar impacto superior a R\$ 100 bilhões anuais sobre o varejo nacional, em razão da transferência de parte da renda das famílias para plataformas digitais de apostas. O estudo apontou redução do consumo em segmentos ligados a alimentação, vestuário, eletrodomésticos e serviços.

A relação entre apostas digitais e vulnerabilidade financeira também passou a mobilizar instituições bancárias e empresas do setor privado. Relatórios corporativos divulgados por Itaú Unibanco, XP Inc., Assaí Atacadista e Tok&Stok identificaram aumento da inadimplência familiar associado ao crescimento das apostas on-line. Parte das análises observou migração de recursos antes destinados à poupança, ao consumo doméstico e aos investimentos para plataformas digitais de jogos.

Segundo levantamento do SPC Brasil e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, aproximadamente 39 milhões de brasileiros realizaram apostas on-line nos últimos 12 meses. A pesquisa mostrou ainda que 46% dos apostadores declararam já ter reduzido gastos cotidianos para manter atividades de apostas. Entre os entrevistados, parcela significativa relatou comprometimento de orçamento familiar, atraso de contas e aumento do uso de crédito pessoal.

O tema também alcançou a área da saúde pública. Estudos conduzidos pela Fundação Oswaldo Cruz e por universidades federais passaram a analisar crescimento de sintomas relacionados à ansiedade, compulsão, depressão e dependência comportamental associadas ao uso intensivo de plataformas de apostas digitais. O psiquiatra Valentim Gentil afirmou, em seminário sobre saúde mental e jogos, que “o transtorno do jogo compulsivo apresenta dinâmica semelhante à dependência química em muitos pacientes”.

Além dos efeitos econômicos e psicológicos, autoridades passaram a discutir possíveis vulnerabilidades regulatórias do setor. O Ministério Público Federal analisa mecanismos jurídicos relacionados à atuação de empresas autorizadas a operar apostas on-line no Brasil. Paralelamente, o Ministério da Fazenda iniciou processos de revisão cadastral, fiscalização tributária e adequação das plataformas às novas regras de licenciamento.

O crescimento do setor coincidiu com a intensificação da publicidade de apostas esportivas em transmissões esportivas, redes sociais e plataformas digitais. Clubes de futebol, influenciadores e emissoras de televisão passaram a firmar contratos milionários com empresas de apostas. Em resposta ao avanço dessa publicidade, projetos legislativos apresentados no Congresso Nacional discutem restrições à propaganda direcionada a menores de idade e consumidores vulneráveis.

Outro ponto observado pelas autoridades financeiras envolve a utilização de recursos provenientes de programas sociais em apostas digitais. Estudos apresentados ao Senado indicaram movimentação relevante de valores oriundos de contas associadas ao programa Bolsa Família em plataformas de apostas. Técnicos do governo passaram a discutir mecanismos de bloqueio e controle para evitar utilização indevida desses benefícios.

Especialistas em segurança pública também passaram a analisar o setor sob a perspectiva da lavagem de dinheiro e da atuação de organizações criminosas. Relatórios internacionais produzidos pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) apontam que plataformas digitais de apostas podem ser utilizadas em operações de ocultação patrimonial, especialmente quando associadas a pagamentos instantâneos, criptomoedas e operações transnacionais.

O Brasil tornou-se um dos maiores mercados globais de apostas on-line em volume de usuários e movimentação financeira. O crescimento acelerado ocorreu em paralelo à consolidação de um ecossistema digital que reúne publicidade massiva, crédito facilitado, pagamentos instantâneos e acesso contínuo por dispositivos móveis. O debate atual envolve não apenas arrecadação tributária e regulação econômica, mas também impactos sociais, financeiros e institucionais associados à expansão desse novo mercado digital.

A frase que foi pronunciada

Arriscamos-nos a perder quando queremos ganhar mais

Jean de La Fontaine

História de Brasília

Quanto às quadras do Setor Comercial Residencial, é preciso que o povo veja a numeração para saber que é correspondente à da superquadra que fica logo atrás. (Publicada em 18/5/1962)

Alteração persistente na MICROBIOTA

Marcadores biológicos do risco de câncer colorretal continuam detectáveis anos após a retirada de lesões que podem anteceder a doença. Segundo pesquisadores, isso reforça a participação do desequilíbrio da flora em tumores do tipo

» PALOMA OLIVETO

Mesmo mais de uma década após a retirada de pólipos considerados precursores do câncer colorretal, a microbiota intestinal e a fecal podem continuar exibindo marcas biológicas associadas à doença, segundo um estudo publicado na revista *Cell Host & Microbiome*. A pesquisa, da Harvard T.H. Chan School of Public Health, em Boston, reforça a importância da composição dos micro-organismos do intestino no desenvolvimento desse tipo de tumor, o segundo mais letal no mundo.

Também chamados de pólipos, os adenomas são lesões precursoras do câncer colorretal, cuja prevalência está aumentando em todo o mundo, especialmente entre jovens adultos. Em geral, as lesões levam muitos anos para evoluir até um tumor maligno, razão pela qual a colonoscopia com retirada das massas é considerada uma estratégia eficaz de prevenção. Porém, mesmo após a remoção, pacientes continuam com risco maior de desenvolver a doença no futuro. Até agora, não se sabia exatamente o porquê.

No estudo, os pesquisadores analisaram amostras de fezes de 354 mulheres que haviam retirado adenomas intestinais cerca de 12 anos antes da coleta, comparando-as com voluntárias sem histórico de pólipos. Em uma subamostra, também foram avaliados metabólitos fecais — moléculas produzidas pelo organismo e pelas bactérias do intestino.

Bactérias

Entre as bactérias identificadas nas amostras, algumas haviam sido associadas anteriormente à inflamação intestinal e ao câncer. Espécies como *Ruminococcus gnavus*, *Ruminococcus torques* e *Flavonifractor plautii* estavam aumentadas tanto em pessoas com histórico de adenoma quanto em pacientes com câncer colorretal. Por outro lado, a quantidade de micro-organismos considerados benéficos, como *Faecalibacterium prausnitzii*, mostrou-se reduzida nesses dois grupos.

Segundo os autores, uma das descobertas mais relevantes foi a persistência das alterações mesmo muitos anos depois da retirada dos pólipos. Isso sugere que o adenoma pode não ser apenas um evento isolado, mas parte de um ambiente intestinal cronicamente alterado. Para os pesquisadores, o microbioma poderia funcionar tanto como marcador de risco quanto como participante ativo no processo de

Sustainability-directory.com/Divulgação



Os pesquisadores notaram que a retirada de lesões pré-cancerígenas não modificou alterações na microbiota associadas ao risco aumentado da doença

Três perguntas para

DANILO MUNHÓZ, coloproctologista da clínica Primazo, em Brasília

Até que ponto é possível afirmar que a microbiota participa diretamente do desenvolvimento do câncer colorretal, e não apenas acompanha a doença?

Hoje já sabemos que a microbiota intestinal não é apenas uma espectadora no câncer colorretal. Estudos consistentes mostram que algumas bactérias específicas, como a *Fusobacterium nucleatum* e determinadas cepas de *Escherichia coli*, produzem toxinas, estimulam inflamação crônica e podem causar dano direto ao DNA das células do intestino. Esse ambiente inflamatório persistente favorece alterações celulares que, ao longo do tempo, podem contribuir para o surgimento do tumor. Em laboratório e em modelos animais, essa relação de causa tem ficado cada vez mais clara, e em humanos encontramos essas bactérias em maior quantidade dentro do próprio tecido

tumoral, o que reforça a hipótese de participação ativa no processo. Por outro lado, é importante explicar que o câncer é uma doença multifatorial. Genética, alimentação, sedentarismo, obesidade e outros fatores continuam sendo determinantes importantes. A microbiota parece atuar como peça de um cenário mais amplo, potencializando riscos em pessoas suscetíveis.

Na prática clínica, a composição da microbiota intestinal pode servir como biomarcador para diagnóstico precoce?

A ideia de usar a composição da microbiota como biomarcador é extremamente promissora. Pesquisas recentes indicam que certos perfis bacterianos podem diferenciar pessoas saudáveis daquelas com pólipos avançados ou câncer inicial, o que abre espaço para testes menos

invasivos no futuro. Em teoria, uma análise das fezes poderia identificar padrões associados ao risco aumentado, funcionando como ferramenta complementar ao rastreamento tradicional, como pesquisa de sangue oculto e colonoscopia. Isso é especialmente interessante para ampliar

o diagnóstico precoce, o principal fator de cura no câncer colorretal. No entanto, na prática clínica ainda não estamos prontos para substituir os métodos já consolidados. A microbiota varia muito de pessoa para pessoa, sofre influência da dieta, de medicamentos e até

do estresse. Ainda faltam padronização, validação em larga escala e definição de pontos de corte claros para que esses testes sejam seguros e confiáveis. Por enquanto, a colonoscopia continua sendo o padrão ouro, e qualquer nova ferramenta deve somar,

não substituir, até que haja evidência robusta suficiente.

O aumento de casos de câncer colorretal em adultos jovens pode estar associado à microbiota?

O aumento de casos de câncer colorretal em adultos jovens tem preocupado a comunidade médica mundial. Uma das hipóteses investigadas envolve alterações precoces na microbiota intestinal, possivelmente iniciadas ainda na infância. Fatores como dieta rica em ultraprocessados, baixo consumo de fibras, uso frequente de antibióticos nos primeiros anos de vida e maior exposição a substâncias inflamatórias podem modificar de forma duradoura o ecossistema intestinal. Esse desequilíbrio, mantido ao longo de décadas, pode criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento de inflamação crônica e alterações celulares. Ainda não há uma causa única definida, mas a ciência aponta que o estilo de vida moderno tem impacto profundo sobre o microbioma. **(PO)**

atividade anti-inflamatória.

Segundo os autores, os resultados reforçam a hipótese de que a microbiota intestinal participa ativamente da sequência adenoma-carcinoma — o processo biológico que transforma pólipos benignos em câncer. “Nosso estudo foi o primeiro a abordar se as alterações microbianas e metabólicas

intestinais ainda são detectáveis muitos anos após a remoção de um adenoma”, comentou, em nota, o autor correspondente Mingyang Song, professor associado de epidemiologia clínica e nutrição.

“A resposta é sim — sugerindo que a remoção de um adenoma não restaura o intestino a um estado de baixo risco e que, portanto, o microbioma intestinal pode ser um importante fator biológico que contribui para o risco persistente de câncer colorretal”, acrescentou Song.

Hábitos

A descoberta também fortalece a associação entre hábitos saudáveis e risco de câncer colorretal, pois a pesquisa mostrou que alimentação equilibrada, controle do peso corporal e atividade física não apenas reduzem inflamações sistêmicas, mas remodelam a comunidade de bactérias intestinais associadas ao risco tumoral.

“O aumento do câncer colorretal em adultos jovens é um fenômeno que tem sido observado globalmente e ainda não é completamente explicado, mas sabemos que é multifatorial”, afirma Thais Passarini, oncologista da Oncoclínicas. “Alterações na flora intestinal, influenciadas por dieta inadequada e uso frequente de antibióticos, podem contribuir para inflamação crônica e desenvolvimento do câncer”, assinala. “Diets ricas em alimentos ultraprocessados, carnes vermelhas e embutidos, açúcar, combinadas com baixa ingestão de fibras, além de sedentarismo, obesidade, tabagismo e consumo de álcool, desempenham papel importante”, aponta.

Embora o estudo não prove relação de causa e efeito, os autores acreditam que o trabalho abre caminho para novas estratégias de prevenção, como exames de fezes capazes de mapear bactérias e metabólitos intestinais. “É uma ideia muito atraente, e a ciência já mostrou que ela é possível em laboratório. Mas transformar isso em um exame que qualquer pessoa faça no posto de saúde ou no consultório ainda vai levar alguns anos”, observa Landwehmer Lucena, cirurgião-geral e coloproctologista do Hospital Anchieta, em Brasília. “Embora muito promissora, essa área ainda precisa de validação robusta. Na prática clínica, não estamos próximos de substituir métodos consolidados, como FIT (Teste Imunoquímico Fecal) ou colonoscopia”, concorda Myrna Maria Martins, médica proctologista do Projeto AMEI, de prevenção e diagnóstico precoce do estado do Piauí.

EPILEPSIA

Aplicativo detecta crises com 98% de precisão

Um aplicativo para smartwatch detectou com 98% de precisão crises convulsivas graves em pessoas com epilepsia com baixa taxa de falsos alarmes, segundo um estudo publicado na *Neurology Open Access*, revista oficial da Academia Norte-Americana de Neurologia. Quando não controlado, esse tipo de manifestação clínica da doença, também chamada de crises tônico-clônicas, pode incluir perda do tônus muscular e obstrução das vias aéreas, com elevado risco de morte súbita.

“Dispositivos vestíveis de detecção de crises podem alertar os cuidadores para que possam prestar os primeiros socorros, mas alguns têm altas taxas de alarmes falsos, o que pode desencorajar o uso e a intervenção oportuna”, disse o

autor do artigo, James W. Wheless, pesquisador do Hospital Infantil Le Bonheur em Memphis, nos Estados Unidos. “Nosso estudo descobriu que o aplicativo EpiWatch para smartwatch detectou quase todas as crises tônico-clônicas nos participantes e teve uma taxa menor de alarmes falsos.”

O estudo incluiu 242 adultos e crianças com epilepsia, com idade média de 23 anos, que apresentavam crises tônico-clônicas ou potencial para desenvolvê-las. Os participantes foram monitorados por uma média de dois dias e meio em uma unidade hospitalar especializada, com acompanhamento por vídeo-eletroencefalografia (EEG) para detecção de crises.

Neurologistas especialistas em epilepsia classificaram as

EpiWatch/Divulgação



ocorrências com base nas imagens recebidas. Um total de 83 pessoas tiveram convulsões que envolveram atividade muscular, e 37 apresentaram pelo menos uma do tipo tônico-clônica.

Relógios

Os participantes também usaram relógios inteligentes com o aplicativo EpiWatch para monitorar crises tônico-clônicas. Os

O aplicativo foi acessado por meio de um relógio inteligente

pesquisadores compararam os resultados do vídeo-EEG com as informações do aplicativo. Segundo Wheless, o programa detectou 46 das 47 ocorrências. Ele observou que uma delas não foi detectada porque um cuidador conteve o braço do paciente.

Após mais de 16 mil horas de monitoramento do estudo, foram registrados 56 alarmes falsos, uma taxa de 0,08 por dia, equivalente a um a cada 12,4 dias. Os pesquisadores afirmam que essa taxa era 90% menor do que a de outros dispositivos, que apresentavam uma variação de 0,67 a 2,52 por dia.

Dos participantes, 87% não sofreram com alarmes falsos, 9% apresentaram um e 4% registraram

dois ou mais. Desses, 35 ocorrências foram associadas a atividades como jogar videogame ou outros movimentos repetitivos.

No fim, o aplicativo apresentou uma sensibilidade geral de 98%. “O uso de alguns dispositivos de monitoramento de crises epiléticas pode gerar estigma, mas o uso de um smartwatch comum com um aplicativo não, o que é importante para incentivar o uso regular”, disse Wheless. “A prescrição de um aplicativo com menos alarmes falsos pode incentivar o uso a longo prazo e fornecer alertas confiáveis aos cuidadores, ajudando a reduzir mortes súbitas inesperadas e outros riscos associados a crises tônico-clônicas.”

Operação Compliance Zero

Reunião no STF pode decidir futuro do BRB

Acordo negociado entre GDF e União no Supremo deve destravar capitalização de R\$ 6,6 bilhões ao banco e permitir divulgação dos balanços atrasados, em meio à pressão do Banco Central e do mercado financeiro

» PAULO GONTIJO
» ANA CAROLINA ALVES

O Banco de Brasília (BRB) vive, hoje, um capítulo decisivo da crise financeira enfrentada pela instituição. O Governo do Distrito Federal (GDF) e a União devem concluir o acordo negociado desde a última terça-feira, durante audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF), para viabilizar uma operação bilionária de capitalização do banco. O encontro, que tem previsão de iniciar às 10h, tem como expectativa que o desfecho das tratativas permita que o BRB avance no fechamento dos balanços atrasados de 2025 e do primeiro trimestre de 2026, documentos considerados fundamentais para recuperar a confiança do mercado e reduzir a pressão sobre a instituição.

A negociação acontece em meio aos desdobramentos das operações fraudulentas investigadas pela Polícia Federal no caso do Banco Master e às vésperas do prazo final estabelecido pelo Banco Central para divulgação dos demonstrativos financeiros. Durante a reunião conduzida pelo ministro Luiz Fux, o Ministério da Fazenda sinalizou flexibilizar restrições fiscais impostas ao Distrito Federal para permitir um acordo de maior alcance financeiro e destravar a operação de capitalização do BRB.

Na tentativa de buscar apoio institucional para a operação de capitalização e alinhar detalhes sobre negociação com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que deve liberar R\$ 6,6 bilhões, representantes do BRB estiveram ontem no Banco Central. Entre os participantes, estavam o presidente da instituição, Nelson de Souza; o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos; e o diretor de Regulação, Gilneu Francisco Astolfi Vivan.

“Pedidos a Deus”

“Hoje é um dia muito especial em que nós retiramos o BRB de qualquer tipo de risco, de liquidação, de intervenção, e de qualquer dano ao erário. Nós conseguimos resolver uma crise em menos de 50 dias”, declarou Celina Leão (PP).

Durante a fala em agenda oficial na manhã de ontem, Celina revelou que havia colocado como prioridade pessoal salvar o banco público do Distrito Federal. “Uma profeta falou para mim que era bom fazer uma lista do que eu gostaria. E eu cheguei em casa e fiz uma lista de pedidos a Deus. Não tem nenhum pedido naquela lista que seja pessoal. O primeiro pedido que estava na lista era salvar o BRB”, contou.

Celina ressaltou o impacto econômico da instituição para a capital federal e afirmou que a preservação do banco representa a manutenção de milhares de empregos e da arrecadação local. “São mais de 6 mil empregos. É um banco que fomenta a nossa região. Só de impostos gera R\$ 1,8 bilhão por ano aqui no Distrito Federal”, disse.

Ao elogiar a atuação da nova procuradora-geral, Diana de Almeida Ramos, Celina relatou que a estratégia jurídica construída pela Procuradoria foi decisiva para o acordo firmado no STF. Segundo ela, a ideia inicial era ingressar com um mandado de segurança, mas a equipe jurídica

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Hoje é um dia muito especial em que nós retiramos o BRB de qualquer tipo de risco, de liquidação, de intervenção, e de qualquer dano ao erário”

Celina Leão, governadora do DF

optou por outro caminho. “Eu falei com a Diana: ‘Vamos entrar com mandado de segurança’. Ela olhou e falou: ‘O instrumento será outro’. E não importa qual foi o instrumento. O importante é que na última terça-feira, no STF, nós conseguimos fazer um acordo com a União.”

A governadora disse que o desfecho demonstra capacidade de diálogo, responsabilidade e institucionalidade, inclusive com o governo federal. “Acima de qualquer questão ideológica, tem a minha cidade. E pela minha cidade, todas as vezes que precisar

manter o diálogo, eu o farei”, declarou.

Celina agradeceu aos procuradores do DF envolvidos na construção da ação judicial e citou o ministro Luiz Fux pela mediação do acordo. “O Distrito Federal tem orgulho de vocês. Essa é apenas uma de várias outras que nós iremos ganhar também”, ressaltou.

À espera do balanço

O BRB se aproxima do prazo estabelecido pelo Banco Central para divulgar os balanços em atraso referentes a 2025 e ao primeiro trimestre de 2026, que termina amanhã. Os documentos deveriam ter sido publicados até 31 de março, mas o banco informou, na própria data-limite, que a divulgação seria adiada em razão dos desdobramentos da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que investiga fraudes envolvendo o Banco Master. Paralelamente, o BRB busca concluir um processo de capitalização para recuperar a confiança do mercado e reduzir a pressão sobre sua liquidez.

Entre especialistas ouvidos pelo **Correio**, cresce a expectativa de que a publicação dos documentos possa sofrer um novo adiamento. Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo defendeu que o ponto mais sensível da crise é a apresentação dos números.

Segundo ele, um novo adiamento pode aprofundar a desconfiança do mercado e fragilizar a imagem da instituição. “Existe uma expectativa muito grande na apresentação desse balanço. A falta de transparência compromete não só a gestão atual, que pode ser responsabilizada pelo atraso na apresentação desse documento, porque essas postergações não passam em branco (para o mercado)”, declarou.

Bergo ressaltou que, além das multas aplicadas, a continuidade dos atrasos pode abrir espaço a medidas mais severas por parte do Banco Central. Entre as possibilidades citadas pelo especialista estão restrições operacionais e ampliação da fiscalização. “Tudo isso afeta diretamente a reputação do banco e aumenta a desconfiança do mercado”, avaliou.

Além do Banco Central, o atraso pode gerar impactos no mercado de capitais. Como o BRB possui ações negociadas em bolsa, o banco pode sofrer novas consequências regulatórias caso a situação permaneça indefinida. “Pode haver suspensão da negociação das ações, responsabilização civil e até ações coletivas de acionistas que se sintam prejudicados. Isso só piora o cenário”, salientou Bergo.

Recentemente, agências de classificação de risco rebaixaram a nota de crédito do BRB a níveis considerados altamente especulativos, indicando preocupação

com a capacidade de pagamento e com a fragilidade financeira da instituição. O economista e consultor Daniel dos Passos, enfatizou que a falta de divulgação dos balanços dentro do prazo pode ampliar a insegurança do mercado. “Mesmo que os números sejam divulgados, o mercado pode reagir negativamente, caso os resultados revelem deterioração patrimonial, aumento da inadimplência ou fragilidade de capital”, explicou.

Segundo Daniel dos Passos, caso o BRB não entregue o balanço, poderá sofrer novas sanções regulatórias. O BC pode aplicar multas diárias de até R\$ 50 mil, enquanto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pode impor multa adicional de R\$ 1 mil por dia. Além do impacto financeiro, o descumprimento pode levar à abertura de processos administrativos, aumento da fiscalização e novas restrições regulatórias, ampliando os danos à credibilidade da instituição perante investidores, clientes e órgãos de controle.

Em entrevista ao **Correio**, a governadora afirmou que a assinatura do acordo prevista para hoje será peça fundamental na conclusão do balanço do BRB. “Com a assinatura do acordo, vamos encaminhar tudo ao Banco Central e concluir o balanço do BRB”, declarou.

LEIA MAIS NA PÁGINA 14

Banco define novas regras para aumento de capital

O Banco de Brasília (BRB) anunciou, ontem, ajustes no processo de aumento de capital da instituição para acelerar a autorização da operação junto ao Banco Central (BC). Em fato relevante divulgado ao mercado, a instituição informou que poderá realizar homologações parciais do aumento de capital à medida que

os recursos forem sendo subscritos e integralizados pelos acionistas.

Segundo o BRB, a mudança permitirá que parte dos valores aportados já produza efeitos no capital da instituição antes mesmo do encerramento completo da oferta de ações. O banco afirmou que o modelo poderá ser utilizado até o montante de R\$ 8,8

bilhões. “Poderão ser realizadas homologações parciais do aumento de capital, sem encerrar o processo, até o montante de R\$ 8,8 bilhões. Esse modelo permite que os recursos aportados passem a produzir efeitos no capital do banco de forma gradual, sem prejuízo das etapas remanescentes”, informou a instituição em nota à imprensa.

Na prática, a medida busca dar mais rapidez ao processo de capitalização em meio à crise financeira enfrentada pelo banco após os desdobramentos das investigações envolvendo o Banco Master e às vésperas do prazo final para divulgação dos balanços atrasados de 2025 e do primeiro trimestre de 2026.

O banco também prorrogou até 3 de junho o prazo para que acionistas exerçam o direito de preferência na compra das novas ações emitidas na operação. Segundo o BRB, a decisão foi tomada para preservar os direitos dos investidores diante das mudanças anunciadas.

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Rompimento e misoginia

Integrantes da campanha à reeleição de Celina Leão (PP) avaliam que o rompimento declarado por Ibaneis Rocha (MDB) na semana passada foi positivo para a candidatura dela. Ficou claro, na visão deles, que a governadora não é um fantoche de Ibaneis, e a reação firme despertou a simpatia de mulheres. Celina mantém o discurso em defesa do poder feminino e declarou, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, divulgada ontem, que Ibaneis estava sendo misógino ao avaliar que poderia governar o DF por meio dela.



Convite para candidatura

O ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) chegou a conversar com o ex-secretário de Governo José Humberto Pires (MDB) sobre o interesse em concorrer ao GDF por meio de uma via alternativa à de Celina Leão (PP), segundo relato de um integrante de partido aliado. Em outros tempos, José Humberto até pensou em concorrer ao governo, mas agora não demonstrou entusiasmo com o projeto. Será candidato a deputado federal.



Reprodução/Instagram



Minervino Júnior/CB/D.A. Press

Posse prestigiada

A governadora Celina Leão (PP) tem elogiado a atuação da procuradora-geral do DF, Diana de Almeida, que ajudou a viabilizar o acordo para salvar o BRB. Ontem, Diana tomou posse oficialmente no cargo, com a presença de Celina e da deputada federal Bia Kicis (PL-DF), que é procuradora aposentada.



Divulgação/Procuradora-geral do DF

Mulheres na disputa

Por falar em mulheres, as próximas eleições contam com duas candidatas ao Palácio do Buriti: Celina Leão (PP) e Paula Belmonte (PSDB). Pelo menos um concorrente deve ter uma aliada como vice na chapa. Leandro Grass (PT) deve disputar tendo ao lado Tetê Monteiro (PSol) ou Dora Gomes (PV).

Candidatura com apoio nacional

O presidente nacional do PSB, João Campos, gravou mensagem, ontem, confirmando a prioridade do partido no projeto de eleição de Ricardo Cappelli (PSB) ao Palácio do Buriti. O prazo para registro das candidaturas vai se aproximando e Cappelli mantém disposição firme de concorrer, mesmo sem aliança com o PT.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Carreata em defesa do BRB

Os acionistas minoritários do BRB vão promover uma carreata, nesta manhã, em defesa do banco. A Aneabrb (Associação Nacional dos Empregados Ativos e Aposentados do BRB) e a AABR (Associação Atlético Banco de Brasília) estão convocando empregados e a população em geral para o ato, às 9h30, com partida em frente ao estádio Mané Garrincha. “O Banco de Brasília é patrimônio da nossa sociedade. É hora de mostrar nossa união e lutar por um banco público forte, transparente e comprometido com o desenvolvimento do DF”, sustentam as associações, que chegaram a alertar a diretoria sobre prejuízos que as operações com o Master poderiam provocar ao BRB.

Tecnologia na disputa eleitoral

Uma pesquisa inédita da plataforma Offerwise, realizada com 1.000 entrevistados em todo o Brasil, mostra que 61,8% da população reconhece o uso de tecnologia pelas polícias estaduais na segurança pública. A confiança nas instituições, porém, ainda enfrenta resistência: apenas 46,5% dos brasileiros dizem confiar na Polícia Civil e 46,3% na Polícia Militar. Em Goiás, estado governado pelo presidente Ronaldo Caiado (PSD), o cenário é outro. Entre os goianos entrevistados, 71,7% reconhecem que a polícia usa tecnologia no combate ao crime, dez pontos acima da média nacional. O carro-chefe dessa percepção é o programa IA Contra o Crime, com 81,9% de avaliação positiva. A correlação com aprovação de governo é imediata: entre quem percebe tecnologia na polícia, 94,2% avaliam a segurança como ótima ou boa. Um trunfo para Caiado que ainda tem desafios para crescer em meio à polarização Lula x Flávio Bolsonaro.



ROBERTO SINGI/ESTÁDIO CONTEÚDO

Festa dupla

O deputado federal Alberto Fraga (PL-DF) prepara uma grande festa para reunir amigos, neste sábado, para celebrar o aniversário de 70 anos. Também será um ato de largada na pré-campanha à reeleição.



Ed Alves CB/D.A. Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Operação Compliance Zero

Negociação de R\$ 6,6 bi usará receitas públicas como garantia. Na visão do Legislativo local, o projeto precisa de aprovação da Casa

Acordo deve passar pela CLDF

» ANA CAROLINA ALVES

O acordo discutido no Supremo Tribunal Federal (STF) para viabilizar o socorro financeiro ao Banco de Brasília (BRB) deverá superar mais uma barreira: a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A proposta, cuja aprovação definitiva é aguardada para hoje, prevê um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), “mediante a garantia de fiança oferecida por um sindicato de bancos e contragarantias oferecidas em receitas do Distrito Federal derivados do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”, como destaca o documento.

O uso dessas receitas futuras como garantia pode exigir aval do Legislativo local. Segundo o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo, o comprometimento de recursos públicos esbarra em exigências fiscais e orçamentárias. “Há um comprometimento dessas receitas para pagamento da operação, e isso envolve a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Como a LDO é competência da Câmara Legislativa, essa questão terá que passar pela Casa para aprovação do uso desses recursos orçamentários”, afirmou.

Bergo acrescenta que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites à atuação do Executivo em operações com impacto sobre as contas públicas, o que, na avaliação dele, exige respaldo político e

jurídico da CLDF. “Existe limite para o Executivo agir, tendo em vista o orçamento, então tem que haver anuência da Câmara Legislativa”, disse. O especialista pondera, contudo, que essas etapas não inviabilizam o acordo nem impedem seu avanço. O presidente da CLDF, Wellington Luiz (MDB), afirmou ao **Correio** que, no entendimento da Casa, o acordo em negociação envolvendo o BRB deverá passar pela aprovação dos deputados distritais. “Ainda não sabemos quais são os termos do acordo, então, será necessário avaliar as garantias e o negócio em si”, disse.

Wellington Luiz acrescentou que o Legislativo distrital não participa

diretamente das negociações conduzidas entre GDF, União e demais atores envolvidos, mas monitora o andamento das tratativas. “Temos acompanhado as negociações porque isso diz respeito a todos nós. Estamos trabalhando, inclusive, para que tudo dê certo, para que o banco permaneça sólido e firme”, afirmou.

Cobrança da oposição

A avaliação de que a operação deverá passar pelo crivo da Câmara é compartilhada pela oposição, que cobra participação do Legislativo nas discussões e demonstra preocupação com os impactos fiscais do acordo em

negociação. Representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) participaram, ontem, de uma reunião com o Ministro da Fazenda, Dario Durigan, para discutir o futuro do BRB.

De acordo com a deputada federal Érika Kokay (PT-DF), a operação em negociação no STF deverá ser avaliada por um consórcio de grandes bancos, incluindo instituições públicas e privadas. “Não é um aval apenas da Caixa ou do Banco do Brasil. É um conjunto dos maiores bancos do país que participará dessa construção”, explicou. As condições do financiamento, no entanto, seguem indefinidas. “Taxa de juros, prazo e carência ainda estão sendo discutidos”, afirmou a deputada.

A preocupação com os impactos dessas condições a serem definidas foi reforçada pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT). “Ajuste fiscal geralmente recai sobre os mais pobres. Nosso papel será fiscalizar para que isso não prejudique a população mais carente”, afirmou.

O distrital reforçou que o ministro da Fazenda foi taxativo ao afirmar que nenhum dinheiro da União seria usado no acordo para salvar o BRB. “Isso (crise do BRB) não é um problema do governo federal, é um problema do GDF, e ele que resolva esse problema”, afirmou Vigilante.

Segundo ele, a única sinalização concreta até agora é a ampliação do limite de crédito do DF, que hoje gira em torno de R\$ 900 milhões, enquanto a necessidade imediata seria de cerca de R\$ 6 bilhões. “O empréstimo está em discussão. O que existe é a ampliação da capacidade de endividamento dentro dos limites definidos pelo Senado (de 16% da receita corrente líquida do município)”, explicou.

Apesar das incertezas, a expectativa dos parlamentares é de que a participação da União permita evitar medidas mais drásticas, como a privatização ou liquidação da instituição. “Se não houvesse essa ampliação da capacidade de crédito, provavelmente estaríamos falando de privatização ou até liquidação do banco”, disse Erika.

Ana Carolina Alves/CB/D.A. Press



Deputados se reuniram com ministro da Fazenda, Dario Durigan, para tratar da situação do BRB

Onde seu investimento rende sem dar trabalho

Rentabilizar seu imóvel nunca foi tão fácil

O Fikey Park Sul foi pensado do zero para o investidor inteligente. A Fikey cuida de tudo: decoração, locação, check-in, check-out, manutenção e despesas. **Você só recebe.**



Imóvel entregue decorado e pronto para alugar com o Fikey Decor



Gestão completa de locação com a credibilidade Faenge



Geração de energia fotovoltaica — mais economia, mais retorno



Localização privilegiada: menos de 10 minutos do aeroporto e da Praça dos Três Poderes



Até 100 meses para pagar *



- ▶ Studios a partir de 30m²
- ▶ Apartamentos de 1 quarto de 35 a 56m²
- ▶ Lojas de 75 a 111m²

SEU IMÓVEL MERECE SER UM **FAENGE**



FAENGE
EMPREENDIMENTOS



VISITE OS DECORADOS

CENTRAIS DE VENDAS
3020 2000

* Sinal a partir de R\$ 50 mil, e 100 meses para pagar direto com a Incorporadora. Vide cláusulas contratuais relacionadas à correção monetária e juros. **Condições válidas para junho de 2026.**

R.I: 4º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL R-9.59286/R-2-115388. Planta humanizada sem escala, representando apenas sugestão de decoração e disposição dos móveis. Os apartamentos serão entregues conforme projeto aprovado. Imagens meramente ilustrativas.

Capital S/A

MALCIA AFONSO (INTERINA)
malciaafonso@gmail.com



“Sempre que puder, fale de amor e com amor para alguém. Faz bem aos ouvidos de quem ouve e à alma de quem fala”
Irmã Dulce

Falta de mão de obra preocupa setor atacadista

O setor atacadista do Distrito Federal busca parcerias junto ao Poder Público para encontrar soluções quanto à falta de mão de obra. Esse foi um dos principais temas de reunião entre o presidente do Sindiatacadista-DF, Alaor Gomes Neto, e o secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Renda do DF, Thales Mendes. Hoje, há 300 vagas abertas e as empresas encontram dificuldades para preenchê-las. “Um dos motivos é que as novas gerações focam mais em atividades web e não naquelas que requerem esforço físico, como operação de empilhadeira, carga e descarga”, avalia Neto. “Essa parceria com a secretaria é extremamente importante, porque fortalece a geração de empregos e aproxima ainda mais o setor produtivo do governo”, completa.

Redes sociais



Plataforma para oferta de vagas

Entre as iniciativas, de acordo com o Sindiatacadista, está a divulgação das vagas dos associados diretamente pela secretaria, incluindo o site do Sine. Outra, no caso de grandes empresas, será disponibilizar a Carreta do Trabalhador para o processo de seleção de funcionários no próprio local de instalação, como no Polo JK. Também será desenvolvido um projeto de balcão de empregos setorial em parceria com a Sedet-DF, por meio de uma plataforma com oferta de vagas e currículos de candidatos. Com isso, os interessados vão colocar suas experiências profissionais on-line e as empresas poderão fazer uma busca pelos perfis adequados. “Essa integração entre o poder público e o setor produtivo é fundamental para fortalecer a economia, estimular a qualificação profissional, apoiar os empreendedores e ampliar as oportunidades para a população”, afirmou Thales Mendes.

Divulgação



Atendimento inclusivo em bares e restaurantes

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) lança hoje um curso gratuito sobre atendimento inclusivo. A ideia é apoiar donos e gestores de bares, lanchonetes e restaurantes para que possam oferecer melhores experiências a todos os consumidores. O conteúdo, em formato de vídeo-aula, é ministrado por Adriana Lara, líder de Educação na Abrasel. A entidade também elaborou a cartilha *Atendimento Inclusivo na Prática*. Os materiais educativos abordam ainda o impacto positivo da inclusão para os negócios. Pesquisa da Abrasel em parceria com o Sebrae aponta que 96% dos consumidores consideram importante ou muito importante que os funcionários recebam treinamento específico para atender idosos e pessoas com mobilidade reduzida. A cartilha e o curso podem ser acessados no site conexaoabrasei.com.br.



Abrasel/Divulgação

Nova rodada para renegociação de débitos na dívida ativa

Débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa podem ser renegociados na nova rodada do Negocia-DF lançada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF). São dois editais, para valores que foram cobrados na Justiça até dezembro de 2020, ambos destinados a pessoas físicas e jurídicas. Entre os débitos incluídos na medida estão IPTU, IPVA, ISS, ICMS e taxas distritais. Os descontos sobre multa, juros e outros acréscimos podem chegar a 70%. O prazo para adesão vai até 20 de agosto, por meio do site <https://sisprot.pg.df.gov.br/>.

Confiança da indústria aumenta em maio

O número de setores industriais confiantes passou de um para seis, em maio, segundo a Confederação Nacional da Indústria. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) aponta melhora no cenário de abril, quando indústrias de 28 dos 29 setores analisados demonstravam falta de confiança, o que não ocorria desde a pandemia de covid-19. No recorte por porte de empresa, o Icei subiu 1,8 ponto entre as grandes indústrias; 1,7 ponto entre as pequenas; e 1,3 ponto entre as médias. No entanto, o índice de todos os portes permanece abaixo da linha de 50 pontos, indicando falta de confiança. A avaliação é de que ainda é cedo para se falar em reverter esse quadro. “A falta de confiança disseminada entre a maioria dos setores industriais ainda reflete os juros extremamente elevados e, adicionalmente, passou a refletir também os impactos da guerra no Oriente Médio sobre os custos das empresas”, disse à coluna Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

Mark Wickens



Brasil se consolida como hub de engenharia do Google

A big tech instalou em São Paulo o primeiro Google Safety Engineering Center (GSEC) da América Latina, movimento que amplia o peso estratégico do Brasil e consolida o país como um dos principais hubs de engenharia do Google fora dos Estados Unidos. O novo centro de engenharia, inaugurado

ontem dentro do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), na USP, terá capacidade para cerca de 400 profissionais e será dedicado ao desenvolvimento de soluções de segurança digital, privacidade e inteligência artificial (IA). A estrutura será integrada à rede global de centros de segurança do Google, hoje concentrada em cidades como Munique, Dublin e Málaga. A companhia também vai acelerar, no complexo, seu programa de apoio a startups focadas em IA.

Rede argentina de doces expande operação em Brasília

A Havanna prepara a inauguração de uma heladeria no Partage Lago Sul, acompanhando a abertura do open mall, prevista para setembro. A companhia também avança em negociações para novas operações no Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek e no Centro Comercial Gilberto Salomão. Até 2027, a rede projeta alcançar 16 lojas especializadas em sorvetes premium no Distrito Federal, entre shopping centers e strip malls, consolidando Brasília como um dos principais polos de expansão da marca no país. Em abril, a rede argentina inaugurou a unidade do Venâncio Shopping. No país, são 90 lojas.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Três novas pesquisas da Embrapa Agroenergia mostram possibilidades de investir na descarbonização da economia

Por menos CO₂ no meio ambiente

» BEATRIZ MASCARENHAS

À frente das principais pesquisas em bioenergia e transição energética no Brasil, a Embrapa Agroenergia anunciou três novos projetos na ciência pública, que objetivam conectar a agricultura à indústria, com matéria-prima renovável. Na cerimônia de 20 anos da instituição, as três iniciativas foram celebradas pela sua efetividade em angariar milhões em investimentos. O foco delas é a descarbonização da economia, processo que visa reduzir a emissão de gases de efeito estufa nas atividades econômicas.

O trio de pesquisas visa criar uma base tecnológica para trabalhar a transição energética no país, por meio da valorização da agricultura tropical brasileira. Segundo o chefe de pesquisa e desenvolvimento do centro de pesquisas, Bruno Laviola, a ideia é transformar a matéria-prima verde em produtos que podem substituir aqueles que são de origem fóssil. “É com essa substituição gradual que nos colocamos no caminho da transição energética. Até porque a gente não quer simplesmente acabar com o petróleo e colocar outro material”, descreve o pesquisador.

Bruno está à frente do projeto Mapeamento do Potencial de Expansão da Canola como Cultura de Segunda Safra no Brasil (Map-Canola), anunciado na cerimônia. Com o intuito de atender à demanda por novos biocombustíveis, a iniciativa é um mapeamento do potencial das áreas de logística, e regiões mais próximas para incluir a canola como uma segunda safra.

Ed Alves CB/DA Press



Iniciativas foram apresentadas nos 20 anos da Embrapa Agroenergia

Outro projeto apresentado na cerimônia foi o “Centro temático para desenvolvimento de soluções integradas voltadas à transição energética a partir da agricultura” (Biolnova). Guy de Capdeville, pesquisador à frente da iniciativa, explicou que o plano estratégico trabalha para desenvolver soluções científicas que ampliem a contribuição da agricultura brasileira na descarbonização da economia.

Menos dependência

A redução do uso de fertilizantes químicos também é englobado entre as pesquisas. Com a Plataforma de Desenvolvimento e Validação de Bioinsumo, a Embrapa Agroenergia está desenvolvendo protótipos de insumos, com o

intuito de validar soluções em escala agrícola e industrial. Segundo o pesquisador João Almeida, coordenador do projeto, a plataforma reúne universidades, institutos de pesquisa e empresas interessadas em validar organismos com potencial de uso no campo.

A pesquisa busca reduzir a dependência de fertilizantes e defensivos químicos por meio do chamado manejo integrado das culturas, combinando soluções biológicas e químicas de forma mais equilibrada. Além de diminuir impactos ambientais, a expectativa é ampliar a sustentabilidade da produção agrícola, reduzir a necessidade de importação de fertilizantes e contribuir para alimentos produzidos com menor impacto ambiental e sanitário.

REALIZAÇÃO



APOIO



PARCEIRA DE MÍDIA



PARCERIA



ACIDENTE/ Moradora de São Sebastião, a menina de um ano e seis meses precisou ser transferida de helicóptero da UPA da região para o Hmib. Ontem, ela foi extubada, mas segue internada na Unidade de Terapia Intensiva

Criança picada por escorpião na UTI

» CARLOS SILVA

Uma criança de um ano e seis meses precisou que ser transferida de helicóptero após ser picada por um escorpião em São Sebastião apresentou melhora no quadro clínico e foi extubada na manhã de ontem. A informação foi confirmada pela família, mas a vítima segue internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

O caso aconteceu na manhã de domingo. Inicialmente, a criança foi socorrida pela própria família e levada para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da região. No entanto, devido à gravidade do estado de saúde, houve necessidade de transferência para o Hospital Materno Infantil de Brasília (Hmib).

O transporte foi realizado pelo helicóptero do Corpo de Bombeiros (CBMDF), com apoio de uma equipe médica que acompanhou a paciente durante todo o trajeto aéreo. Até o momento, não foram divulgadas informações detalhadas sobre as circunstâncias em que ocorreu a picada do escorpião nem o local exato do acidente. O estado de saúde da criança segue monitorado pela equipe médica.

A técnica de enfermagem Daniela Santos, de 36 anos, avó paterna da criança, relatou momentos de desespero vividos pela família desde o início do acidente. “Os pais acordaram com ela chorando muito. O dedinho da mão estava inchado, ela gritava bastante, e a mão começou a ficar vermelha”, contou.

De acordo com Daniela, ao verificarem a cama e a coberta, a família encontrou o escorpião. A criança foi transferida para o Hmib em estado grave. “Ela estava com dificuldade de respirar”, lembrou a avó. Segundo Daniela, o transporte aéreo foi necessário para agilizar o atendimento especializado. “Foi um impacto emocional muito grande, foi desesperador ver ela daquele jeito. Eu clamei pela vida dela”, disse.

Após passar por atendimento intensivo, a criança apresentou melhora e foi extubada na quarta-feira. Apesar da evolução positiva, ela segue internada na UTI sem previsão de alta. “O coração dela está ótimo, mas ainda tem secreção no pulmão e um quadro gripal. Ela ficou um

pouco sedada e segue em observação”, explicou Daniela.

Cuidado urgente

Segundo o infectologista pediátrico e professor de Medicina do Centro Universitário de Brasília (Ceub), Alexandre Paz Ferreira, crianças pequenas estão entre os grupos mais vulneráveis. “Uma criança de um ano pesa entre 9 e 12 quilos. Então, a quantidade de veneno suficiente para causar um envenenamento sistêmico é muito menor”, explicou. O médico destacou que sintomas como vômitos, suor frio, dificuldade para respirar, irritabilidade intensa e choro inconsolável são sinais de alerta.

O especialista também alertou que, após a picada, os responsáveis devem evitar práticas caseiras e procurar rapidamente uma unidade de saúde. “O principal cuidado é não fazer nada além de lavar o local com água e sabão. Não se deve passar álcool, chá, tentar sugar o veneno ou fazer torquete”, afirmou.

Alexandre Paz Ferreira ressaltou, ainda, que o aumento dos casos no Distrito Federal e em outras regiões do país está relacionado ao crescimento urbano desordenado e ao acúmulo de lixo e entulho, que favorecem a proliferação de insetos e servem de abrigo para os escorpiões. “Fechar ralos, vedar frestas e evitar restos de obra próximos das casas são medidas importantes para prevenir acidentes”, completou.

A pediatra Thatyana Turassa Ernani, da plataforma Inki, alertou que os quadros graves de picada de escorpião em crianças podem evoluir rapidamente e provocar complicações cardíacas e pulmonares potencialmente fatais. Segundo a especialista, nos casos mais severos, a criança pode apresentar choque circulatório e edema pulmonar agudo, situação em que há acúmulo de líquido nos pulmões e dificuldade intensa para respirar. “O risco de morte é real”, explicou.

A especialista ressaltou também que hospitais particulares não costumam disponibilizar o medicamento e, por isso, os pacientes devem ser encaminhados à rede pública. “O escorpionismo grave é marcado por alterações cardíacas e pulmonares potencialmente

Material cedido ao Correio



A criança deu entrada no Hmib com dificuldade de respirar. Inicialmente, ela foi socorrida pela própria família e levada para uma UPA da região

Incêndio em Águas Claras

Imagens cedidas ao Correio



O incêndio que atingiu um apartamento de Águas Claras, no final da manhã de ontem, assustou os moradores. O Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) foi acionado para combater o fogo no apartamento no 9º andar de um prédio na Avenida das Castanheiras. Durante a fase de rescaldo, etapa em que os bombeiros fazem a vistoria para evitar a reignição do fogo, um gato foi encontrado sem vida. O animal de estimação pertencia a uma senhora de 60 anos que morava sozinha no imóvel. A filha da moradora, Rafaela Bahia, disse que tudo foi perdido. “Não sobrou nada. As fotos e filmagens da minha infância estavam todas lá e foram estragadas”, lamentou. A causa do incêndio ainda é desconhecida. Uma perícia do CBMDF será realizada no local.

reversíveis quando o tratamento é iniciado precocemente”, completou.

Casos crescentes

Dados da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF)

mostram w que os acidentes envolvendo animais peçonhentos cresceram significativamente no DF. Em 2025, foram contabilizados 5.549 registros desse tipo, número 24,55%

maior do que o observado no

ano anterior. A maior parte das ocorrências aconteceu em áreas urbanas, concentrando mais de 90% dos casos.

Os escorpiões seguem como os principais responsáveis pelos acidentes. Nos últimos quatro



Veja onde procurar ajuda em caso de acidente

meses de 2025, período marcado pelo aumento das chuvas e também pelas queimadas, a média foi de 42,8 ocorrências por semana. Desse total, cerca de 86,4% envolveram picadas de escorpião. Os demais registros foram relacionados a serpentes, aranhas e lagartas.

Ao longo do ano, 328 pacientes precisaram receber soro antiveneno na rede pública de saúde. Atualmente, o medicamento está disponível em 10 hospitais da Secretaria de Saúde. Em muitos casos, no entanto, o tratamento é voltado principalmente para controle da dor, febre e outros sintomas provocados pelo veneno.

O atendimento especializado é realizado com apoio do Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIATox), vinculado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). A unidade funciona 24 horas por dia e presta orientações tanto para profissionais de saúde quanto para a população em situações envolvendo intoxicações e acidentes com animais peçonhentos.

JOGOS ON-LINE

Segurança para os filhos, sanidade para os pais

» JOÃO PEDRO ZAMORA*

Cada vez mais, o mundo dos jogos virtuais se torna o ambiente favorito dos jovens e uma grande fonte de preocupação para os pais. Dentro desse meio, o Roblox é um dos maiores portais on-line de games gratuitos, reunindo milhões de jogadores via computador, consoles e, principalmente, celulares. Para iniciar os jovens na criação e gerenciamento de seus próprios jogos nessa plataforma e, ao mesmo tempo, aproximar os pais e responsáveis do mundo virtual, Brasília recebeu, ontem, a terceira edição da Expedição Roblox na Estrada, projeto da escola de tecnologias Mastertech.

Em janeiro deste ano, o portal de jogos causou polêmica ao passar a exigir verificação de idade e limitar os chats de texto e voz para usuários com 9 anos ou mais e, ainda assim, somente com pessoas da mesma faixa etária. A decisão — que visa justamente garantir a segurança dos menores e impedir que eles interajam com criminosos por meio da plataforma — resultou em uma onda de protestos virtuais, com placas exibidas por jogadores que tiveram as habilidades de conversa removidas.

“O essencial é manter os usuários, família e professores, os três pilares sociais, unidos nessa jornada de desenvolvimento. O plano só pode dar certo se todas as partes mantiverem uma conversa franca”, destacou Camila Achutti, fundadora da Mastertech. A programação organizado pela escola ocorreu no Brasília Game Hub, na 305 Norte, polo de escritórios e de desenvolvimento de games da capital federal.

Presente no evento, o subsecretário de Promoção à Ciência e Desenvolvimento Tecnológico do Distrito Federal, Milton Mendes Fernandes, reforçou o compromisso do GDF com a mediação parental. “É muito importante agir para incorporar a economia criativa a ações como essa. A presença dos pais na criação dos filhos é fundamental e garante uma consciência tranquila para todos”, assinalou. De acordo com Fernandes, o governo trabalha para aumentar o número de centros de criação de jogos e de empresas de games na capital.

A diretora global de advocacia parental do Roblox, a advogada norte-americana Elizabeth Milovidov, relatou os dilemas da empresa para balancear a liberdade

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Evento incentiva os jovens a criarem seus próprios jogos na plataforma

dos jogadores com a segurança e as restrições que precisam ser impostas. “Queremos manter as crianças seguras e os pais, sãos. Nosso trabalho principal é empoderar os pais por meio de atividades como

as que foram realizadas hoje. É importante vir e escutar as dores delas para saber como solucionar os problemas que os afligem”, comentou. Elizabeth recomendou que os responsáveis “busquem sempre se

manter digitalmente letrados, pois apenas assim é possível se comunicar a estabelecer limites que os mais novos entendam que não podem cruzar”.

Pais que participaram do

encontro relataram experiências e receios com a entrada das crianças e adolescentes no universo dos jogos. Erica Lima contou que já teve problemas com compras recorrentes feitas pelos filhos. “No começo, eles pediam uma coisa ou outra. Sempre algo de R\$ 5,00 ou R\$ 12,00. O problema é que, depois de um tempo, comecei a perceber um aumento na frequência dessas compras sem a minha autorização. Quando fui investigar, descobri que meu cartão estava registrado e eles tinham gastado bem mais do que eu aceitaria. Tive que bloquear o acesso”, relatou a pedagoga.

Leonardo Pereira também falou sobre a dificuldade de acompanhar os interesses dos filhos na plataforma. “São conteúdos muito variados e aleatórios, fica difícil de entender. Mas é importante fazer esse esforço para acompanhar o que eles fazem, para não deixá-los expostos”.

A Expedição Roblox na Estrada reuniu 50 estudantes do CED 15 de Ceilândia e do Instituto Tia Angelina, do Varjão, para participarem de oficinas de criação de jogos em múltiplas categorias. O evento contou com brindes e premiou dois estudantes pelos melhores projetos desenvolvidos.

***Estagiário sob a supervisão de Eduardo Pinho**

ESPORTES

correibraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176



 Mesmo depois da convocação e da apresentação à Seleção após 960 dias, uniforme de Neymar segue no cabide. Entregue pelo Santos com edema na panturrilha, astro desfalca treino para ser examinado e saber o real quadro clínico

A novela continua

Vitor Silva/CBF



Última vez que o vestiário da Seleção esteve preparado para Neymar foi em 17 de outubro de 2023, contra o Uruguai

MARCOS PAULO LIMA
VICTOR PARRINI

Ao aterrissar de helicóptero particular na Granja Comary, em Teresópolis (RJ), ontem, por volta das 11h40, Neymar passou a ser, oficialmente, preocupação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O camisa 10 se apresentou à Seleção 960 dias depois de integrar a delegação pela última vez, quando se juntou aos chamados por Fernando Diniz para os compromissos pelas Eliminatórias contra Venezuela e Uruguai, em outubro de 2023. O astro cumprimentou os companheiros, abraçou o técnico Carlo Ancelotti, mas esteve longe de matar a saudade. Vestiu uniforme, mas não o sujou no primeiro treinamento para o amistoso contra o Panamá, no domingo, no Maracanã. A justificativa é um edema na panturrilha direita, conforme informado pelo Santos.

É costume da CBF submeter os convocados a exames e testes na chegada. Neymar foi levado a uma clínica particular em Teresópolis para obter diagnósticos de imagem. Em nota, a entidade máxima do futebol nacional afirmou que não divulgará novas informações sobre o quadro do jogador até o fim das avaliações. A expectativa é de que os resultados saiam hoje. Inicialmente, o Santos identificou a lesão como leve, com retorno estimado entre cinco e 10 dias. O estafe do bolei ro endossa o discurso. Nos últimos dias, o preparador físico Ricardo Rosa divulgou imagens do intenso trabalho físico realizado pelo atleta, o que sugere um cenário clinicamente otimista.

Entretanto, a CBF adota

cautela, sobretudo depois de ter perdido três jogadores titulares na reta final da preparação — o defensor Éder Militão e os atacantes Rodrygo e Estêvão. Se o diagnóstico for positivo, Neymar se juntará aos companheiros para as atividades antes do amistoso contra o Panamá, daqui a três dias. O jogo será na véspera do embarque para os Estados Unidos. É vital que o quadro do camisa 10 seja esclarecido, pois, se não houver prazo seguro de recuperação ou se a cúpula avaliar que não vale a pena segurar a vaga, Ancelotti poderá chamar um substituto, como João Pedro, e integrá-lo a tempo do último amistoso preparatório para a Copa, contra o Egito, em 6 de junho, em Cleveland, exatamente uma semana antes da estreia contra o Marrocos, em New Jersey.

Um dia antes de se apresentar à Seleção Brasileira, Neymar assistiu de camarote à vitória dos Santos por 3 x 0 sobre o Deportivo Cuenca pela Sul-Americana, na Vila Belmiro. Cercado por jornalistas na saída do estádio, foi questionado sobre a real situação da panturrilha direita e ironizou: “Está aqui, inteira”. Complicação para a Copa do Mundo? “Problema do quê?”, retrucou.

Coordenador do Departamento de Ortopedia e Medicina Esportiva do Hospital Home, em Brasília, Paulo Lobo explicou o novo problema físico do jogador: “Um edema na panturrilha ou em qualquer parte da perna ou da coxa é um inchaço por acúmulo de líquidos ou sangue na região, como resposta inflamatória do corpo a uma pancada ou estiramento muscular. Geralmente recupera em oito a 10 dias”, esclareceu.

O técnico Carlo Ancelotti enxerga evolução física de Neymar

Reprodução/CBFTV



O abraço de Neymar, ontem, em Ancelotti na chegada à Granja Comary

AGENDA

27/5 – Apresentação na Granja Comary, em Teresópolis (RJ)

31/5 – Amistoso contra o Panamá (Maracanã)

1º/6 – Embarque para os EUA

2/6 – Desembarque em New Jersey, o QG verde-amarelo

nos últimos meses, mas freia a euforia dos torcedores sobre minutagem. “Quero ser claro, honesto e limpo: ele vai jogar se merecer jogar. O treino vai decidir isso. Acho importante não fixar toda a expectativa em cima de um só jogador”, afirmou o treinador após a convocação.

Coordenador da CBF, Rodrigo Caetano falou pela primeira vez sobre o camisa 10 depois da convocação e detalhou a conversa

6/6 – Amistoso contra o Egito (Cleveland)

13/6 – Brasil x Marrocos (New Jersey)

19/6 – Brasil x Haiti (Filadélfia)

24/6 – Escócia x Brasil (Miami)

com o jogador antes do anúncio da lista para a Copa. “Não foi passada a certeza da convocação, porque isso não fizemos e não faríamos com nenhum outro, mas dessa possibilidade de convocá-lo para a Copa do Mundo e dos motivos que levaram a comissão técnica a considerar isso”, compartilhou em entrevista ao GE. “Como o Mister sempre disse, tecnicamente ele não precisava ser testado. Entendemos

que isso era necessário justamente para projetar, em caso de convocação, como as coisas aconteceriam”, completou.

Se for mantido no grupo da Copa, não será a primeira vez que o maior artilheiro da história da Seleção, com 79 gols em 128 jogos oficiais, chegará ao torneio longe dos 100%. Em 2018, desembarcou na Rússia inseguro depois de fraturar o quinto metatarso do pé direito. Quatro anos depois, no Catar, rompeu os ligamentos do tornozelo direito na estreia contra a Sérvia. Na edição disputada no Brasil, em 2014, sofreu a entrada dura de Zuñiga, que provocou a fratura da terceira vértebra da coluna.

Em 22 de maio, o **Correio** lembrou que um edema na panturrilha direita tirou Romário da Copa do Mundo de 1998. O técnico Mário Jorge Lobo Zagallo anunciou o corte do Baixinho uma semana antes da estreia. A novela havia sido semelhante oito anos antes, quando Sebastião Lazaroni ignorou os conselhos do médico Lídio Toledo. Romário disputou apenas uma partida daquele Mundial de 1990: atuou por 24 minutos mais acréscimos na vitória por 1 x 0 sobre a Escócia, mas ficou fora da eliminação contra a Argentina nas oitavas de final.

Vinte e três dos 26 convocados por Ancelotti se apresentaram na Granja Comary. As exceções são os jogadores envolvidos na final da Liga dos Campeões entre Arsenal e Paris Saint-Germain, no domingo, em Budapeste: Marquinhos, pelo lado francês, e Gabriel Martinelli e Gabriel Magalhães, pelo inglês. Os zagueiros, inclusive, são desfalques certos para o amistoso contra o Panamá. Após a decisão na Hungria, viajarão diretamente para os Estados Unidos para se juntar

à delegação. Com isso, perderão a foto oficial da Seleção e da comissão técnica na sede da CBF, em 1º de junho, antes do embarque para a América do Norte.

Além de Neymar, o treinador teve o desfalque do lateral Danilo na primeira atividade. O defensor atuou durante os 90 minutos mais acréscimos da vitória do Flamengo por 3 x 0 sobre o Cusco, pela última rodada da fase de grupos da Libertadores, no Maracanã. Desgastado, o jogador de 34 anos permaneceu na parte interna do complexo, realizando trabalhos regenerativos.

Plantão médico

A Copa do Mundo está com o alerta ligado para os atestados médicos. Neymar segue sob observação, mas há quem praticamente não tenha mais chances de disputar o torneio da Fifa, como o alemão Serge Gnabry, o holandês Xavi Simons, o francês Hugo Ekite e o espanhol Fermin López, entre as seleções mais badaladas. Outros ainda inspiram cuidados, como o uruguaio Giorgian De Arrascaeta (fratura na clavícula) e o prodígio espanhol Lamine Yamal, com problema no músculo bíceps femoral da coxa esquerda.

A Holanda, por outro lado, comemora a recuperação do corintiano Memphis Depay a tempo dos amistosos contra Argélia e Uzbequistão e da estreia diante do Japão, em 14 de junho. O maior artilheiro da história da Laranja, com 55 gols em 108 partidas, foi convocado ontem por Ronald Koeman e disputará o terceiro Mundial da carreira, depois de 2014 e 2022. O astro alvinegro se tornou o primeiro europeu chamado para uma Copa do Mundo atuando no futebol brasileiro.

ESPORTES

NBB
Acostumado a impor dificuldades ao Franca no ataque, Brasília Basquete define vaga na final do torneio nacional

A defesa move o sonho

LUCAS ALARCÃO

Brasília Basquete fará, hoje, o jogo mais importante da história recente da franquia. A partir das 20h, a equipe do Distrito Federal volta à quadra do Ginásio Pedrocão para medir força com o Franca, no jogo cinco da série semifinal do Novo

Basquete Brasil (NBB). E o sonho de voltar a disputar uma decisão nacional após 14 temporadas distante dos holofotes está impulsionado por um recurso muito importante do jogo: a defesa. Na edição 2025/2026 do torneio, os brasilienses têm dado trabalho aos rivais. Time mais poderoso das últimas temporadas do NBB, o Franca



Marcação brasiliense forçou os dois piores desempenhos ofensivos dos paulistas na temporada 2025/2026

construiu quatro títulos consecutivos inspirado em amassar adversários. Neste ano, o time paulista teve desempenho ofensivo considerável na maioria das partidas. Na fase regular, por exemplo, foram 3.451 pontos convertidos em 38 jogos, uma média de 90,81 por apresentação. Entretanto, a situação mudou justamente na semifinal, quando a equipe encarou

o sistema defensivo do Brasília. Diante dos extraterrestres, Franca protagonizou os piores desempenhos ofensivos da temporada. O primeiro ocorreu no jogo 2, em Brasília, quando os candangos ganharam por 67 x 50. Na última partida, justamente o encontro responsável por empatar a série semifinal em 2x2 e forçar o quinto duelo de hoje, os brasilienses

voltaram a performar bem e venceram por 71 x 69. Apenas Minas (70), Paulistano (71) e Flamengo (72) chegaram próximo da marca, mas em compromissos da fase regular. Tamanho sucesso defensivo serve como trunfo para vencer mais uma vez fora de casa. “Conseguimos executar muito bem o plano defensivo, controlar o ritmo do jogo e

Ataque frustrado
As cinco piores pontuações do Franca na temporada 2025/2026 do Novo Basquete Brasil (NBB)
50 contra Brasília Jogo 2 da semifinal
69 contra Brasília Jogo 4 da semifinal
70 contra Minas Fase regular
71 contra Paulistano Fase regular
72 contra Flamengo Fase regular

competir em cada posse de bola. O grupo teve personalidade para suportar a pressão e maturidade para decidir nos momentos mais importantes. Agora, o nível de concentração para o jogo cinco precisa ser ainda maior. É uma decisão, vale vaga na final, e sabemos que vamos precisar manter essa entrega e essa intensidade do primeiro ao último minuto”, afirmou o técnico Dedé Barbosa.

* **Estagiário sob a supervisão de Marcos Paulo Lima**

LIBERTADORES

Fluminense garante classificação no limite

Em um jogo disputado em dois estádios, o Fluminense garantiu uma classificação sofrida às oitavas de final da Libertadores da América. Ontem, no Maracanã, o tricolor cumpriu o dever de casa e bateu o Deportivo La Guaira, por 3 x 1. Porém, outra partida importava nas contas. Paralelamente, o Bolívar perdeu para o Independiente Rivadavia, por 3 x 1, no Estádio El Tahuichi. O Flu esteve com a vaga na mão durante praticamente todo o jogo. Savarino fez o primeiro, enquanto

os bolivianos empatavam. O golão de Londoño tirou o tricolor do G-2, mas Hércules devolveu a tranquilidade ainda no primeiro tempo. Na Bolívia, Bucca abriu o placar para o Rivadavia e melhorou a vida dos cariocas. Quando Canobbio fez o terceiro no Rio de Janeiro, Robson Matheus recolocou o Bolívar na briga. A partida no Maracanã terminou primeiro e, pela TV, o Fluminense vibrou os gols de Villa e Crego, nos acréscimos para os argentinos, sacramentando a vaga.

Brasil em campo

Vice-líderes nos grupos D e F da Libertadores, Cruzeiro e Palmeiras buscam, hoje, a classificação às oitavas de final. Às 19h, o alverde recebe o Junior Barranquilla necessitando de uma vitória para não se complicar. A Raposa faz a mesma conta em casa, às 21h30, contra o Barcelona de Guayaquil. A liderança das chaves é possível apenas se Cerro Porteño e Universidad Católica perderem.

ROLAND GARROS

Fonseca vence Prizmic e encara Djokovic

Após vencer o croata Dino Prizmic com uma virada heroica na segunda rodada de Roland Garros, ontem, João Fonseca destacou a mentalidade como um dos pontos principais para conseguir reverter o resultado desfavorável no saibro de Paris. Depois de sair perdendo por 2 sets a 0, ele virou o placar e fechou o jogo por 3 sets a 2, parciais de 3/6, 4/6, 6/3, 6/1 e 6/2. “Tenho aprendido cada vez mais que um dos principais fatores para chegar no topo é como

lidar com pressão, com a expectativa, nos momentos mais importantes da partida. Então, tudo vem em questão da mentalidade. Obviamente, é uma das coisas mais difíceis do tênis, porque o resto, enfim, você consegue controlar um pouco”, disse o tenista. Ao avançar à terceira fase, Fonseca igualou a melhor performance em Roland Garros. Em 2025, ele foi eliminado na terceira rodada para o britânico Jack Draper por 3 sets a 0. Na próxima fase do Grand

Slam de Paris, Fonseca enfrenta, amanhã, a lenda Novak Djokovic, um dos maiores tenistas da história, três vezes campeão do torneio. “Óbvio que sempre quis jogar contra o Djokovic, sempre foi uma coisa que eu pensei, que, antes dele se aposentar, eu queria jogar uma partida com ele, ter essa oportunidade”, disse “No final das contas, é desfrutar desse momento. Não é qualquer um que consegue entrar na Philippe Chatrier contra o Djokovic”, avaliou.

TAGUATINGA 68 ANOS

Taguatinga é o berço histórico, o coração pulsante e a força motriz que ajudou a construir a identidade do Distrito Federal.

Uma cidade que carrega tradição, pulsa com um comércio vibrante e abriga uma comunidade que valoriza suas raízes ao mesmo tempo em que se reinventa todos os dias.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília apresentam um projeto exclusivo para gerar uma conexão única entre as marcas e um público qualificado, dinâmico e em constante movimento.

Entre em contato com nosso comercial!

Associe sua marca a um dos projetos mais estratégicos do DF.

Patrocínio:

Realização:

Promoção:

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Vênus e Saturno em quadratura. Há males que vêm por bem, reza o ditado, mas na hora em que somos fustigados por algum mal é raro que atualizemos a sabedoria proverbial, ao contrário, nos sentimos castigados injustamente,porque mesmo que todos tenhamos uma série de culpas arquivadas no cartório da alma, na hora do castigo argumentamos com muita inteligência justificando que não merecemos o que estamos experimentando. No entanto, após algum tempo dessa experiência, se formos sábios comprovamos que não poderia ter acontecido nada melhor, porque o mal ocorrido nos abriu os olhos para uma realidade maior. Nossa humanidade tem ao seu dispor toda a sabedoria necessária paraexistir em condições psíquicas saudáveis, só não as aproveita porque não quer, porque faz do sofrimento seu esporte preferido.

**ÁRIES**
21/03 a 20/04

Há momentos em que parece cair o véu que fazia você perceber as coisas de um jeito diferente de como se apresentam agora, mesmo sem ter mudado nada, a não ser sua percepção. Aproveite e reconsidere o que seja necessário.

**LEÃO**
22/07 a 22/08

Guarde para si as reações emocionais que surgem de suas vísceras diante do que acontece. Agora não seria conveniente você demonstrar uma vulnerabilidade que, com certeza, seria explorada pelas pessoas adversárias.

**SAGITÁRIO**
22/11 a 21/12

Quando a água bate na bunda não adianta dourar a pílula com teorias positivas, é preciso fazer algo prático de imediato, para evitar que as coisas se compliquem além da conta. Tome a iniciativa e faça o necessário.

**TOURO**
21/04 a 20/05

Essas conversas difíceis que têm sido proteladas não seria propício forçar para acontecerem agora, mas tampouco seria o caso de continuar protelando indefinidamente a situação. Busque equilibrar um pouco o jogo.

**VIRGEM**
23/08 a 22/09

Conversar bem e se entusiasmar com as promessas sinaliza um bom momento, mas pode ser que tudo fique por aí e não avance. Portanto,é essencial que você procure enxergar por trás das máscaras que as pessoas usam.

**CAPRICÓRNIO**
22/12 a 20/01

Nem sempre a boa vontade das pessoas resolve alguma coisa e, ainda por cima, às vezes complica, já que elas tratam os assuntos com uma ingenuidade que não caberia, porque abriria muitas vulnerabilidades. Melhor não.

**GÊMEOS**
21/05 a 20/06

Faça contas e se atenha à matemática objetiva, cuidando para não misturar desejos e ilusões nessas. Contas claras conservam os relacionamentos saudáveis e promovem decisões lúcidas e sábias. Muito melhor assim.

**LIBRA**
23/09 a 22/10

Agora não é um bom momento para você encontrar apoio, porque seria mais provável encontrar críticas, mesmo que descabidas, do que união e força. Não se importe com isso, continue em frente comseus planos.

**AQUÁRIO**
21/01 a 19/02

Há coisas chatas que resultam de assuntos que não foram completamente encerrados ainda, e por mais que sua alma resista a enfrentar e solucionar, são pedras no sapato que precisam ser resolvidas. Em frente.

**CÂNCER**
21/06 a 21/07

Faça o que estiver dentro do seu alcance, sem tentar ir além do que seja possível, porque nesta parte do caminho as dificuldades espertam, inclusive por trás da máscara de boa vontade de algumas pessoas.

**ESCORPIÃO**
23/10 a 21/11

Enquanto não houver soluções práticas para os assuntos e mandamento, melhor você tomar distância da construção de narrativas, porque na teoria todo mundo sabe o que fazer, já na prática a história é outra.

**PEIXES**
20/02 a 20/03

Nem tudo é desafio para sua alma enfrentar e superar, há dificuldades que surgem como sinal da mão misteriosa do destino, lhe dando a dica de que seria melhor mudar de rumo e reconsiderar os seus planos.

MÚSICA

Encontro de blues e jazz



O Grupo Brasília Blues Band é uma das atrações do Sesc Estação Blues

» MADU SUHET*

O blues volta a ecoar hoje, em uma noite marcada pela celebração da memória, da resistência e da reinvenção musical. Na segunda edição da temporada 2026 do *Sesc Estação Blues*, o Clube do Blues de Brasília comemora 25 anos de trajetória ao lado dos 40 anos da banda Blues Etlícos, uma das referências do gênero no país. O encontro será no Sesc da 504 Sul, às 18h, reunindo ainda a Brazilian Blues Band, Caramelo Jazz Club e a cantora Mariah Ayô.

A noite propõe um encontro entre gerações e experiências musicais construídas ao longo de décadas. Para Luiz Kaffa, vocalista da Brazilian Blues Band e produtor do Clube do Blues de Brasília, trazer artistas nacionais e internacionais para dividir o palco com músicos locais fortalece toda a cena independente. “É fundamental que haja esse tipo de intercâmbio sempre, o Clube do Blues tem trabalhado com isso durante esses 25 anos de existência”, afirma.

Com quatro décadas de carreira, o Blues Etlícos chega a Brasília carregando o histórico de ter ajudado a popularizar o gênero no Brasil mantendo impulso criativo. O show revisita clássicos da banda e apresenta músicas do novo EP lançado este ano, reafirmando a capacidade do grupo de atravessar gerações sem soar preso ao passado. “Eles não param de fazer novos trabalhos. Isso tem atraído tanto pessoas que os conheceram há 20 ou 30 anos, quanto jovens que têm curiosidade pela música e pela gaita”, observa Kaffa.

A programação também abre espaço para o improviso jazzístico do Caramelo Jazz Club e para a musicalidade plural de Mariah Ayô, que mistura MPB, coco, ijexá e samba em um trabalho autoral marcado pela ancestralidade e contemporaneidade. O evento pretende celebrar a permanência do blues como linguagem viva e influente dentro da música brasileira. “Vai ser uma noite bastante especial, tanto para o Clube do Blues quanto para o Blues Etlícos e todos os artistas que vão se apresentar ali”, resume Luiz Kaffa.

SEGUNDA EDIÇÃO DE 2026, DO SESC ESTAÇÃO BLUES.

Hoje, às 18h, no Sesc Estação 504 SUL. Entrada gratuita. Classificação indicativa livre.

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Somos muitos Severinos iguais em tudo na vida: na mesma cabeça grande que a custo é mantida, no mesmo ventre crescido sobre as mesmas pernas finas e iguais também porque o sangue, que usamos tem pouca tinta.(...) Somos muitos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina:”

João Cabral de Melo Neto

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

				5	7			
	5			3		6		
9		6						
4		2		8	6	9		
3								
							4	7
			2					8
			3					4
6			1			7	2	9

Grau de dificuldade: médio www.cruzadas.net

CRUZADAS

Romance regionalista de José de Alencar	▼	Primeira pessoa do discurso (Gram.)	Posição política da Suíça	Tiago Leifert: apresentou o "BBB"	Local de prática de aulas de ginástica	▼	Jogada defensiva no jogo de basquete	▼	Humorista de "A Praça É Nossa"
Apêndices de polvos e lulas (Zool.)	►	▼	▼	▼				▼	▼
►					Prestou culto a divindade		Bodum Gás de alto poder oxidante	►	
O sádico, por sua natureza		Átomo reduzido na água destilada		Ninfa amada por Zeus (Mit.)	►		▼		
Qualidade desejada na imagem	►	▼		▼				Feito da trajetória do cavalo no xadrez	►
Conjunto vocal	►							Principal raça de gado de corte do Brasil	
(?) Flor, criação de Jorge Amado	►				Banho (?) é ideal para o bebê	►		▼	
►				Do-(?), técnica de automassagem	►		(?) Salvador, país da América Central	►	
				Sinal de aviso, nas lutas de boxe					
O estado da água a 0°C (Fis.)		Lando Norris, piloto inglês de F1		Abriga o pássaro de criação doméstica	►				
►		▼				Esposa e meia-irmã de Abraão (Biblia)	Sentimento que leva à vingança		
►				"Empty (?)", sucesso de Elton John	►	▼	"(?) que melhora", frase religiosa	►	
Vento, em inglês		Porção muito pequena		Galo (?), mascote do Atlético-MG (fut.)	►				
►		▼		▼			Agenda de temas no programa de TV	"Janeiro", em RJ	►
								602, em romanos	
Agente essencial à prática comercial	Letra símbolo do itálico		Letra base da escrita do cifrão		Que não possui patas (Zool.)	►	▼	▼	
►	▼		▼			O Estado de menor litoral (sigla)	Nereu Ramos, político brasileiro		
Projétil guiado de longo alcance lançado por aviões "Menstrual", em TPM			Vitamina essencial à fixação do cálcio	►	Infligir castigo	►			
Eleição (?) a que tem mais votos	►								

BANCO 2/el — in. 3/aca. 4/wind. 6/garden. 15

DIRETAS DE ONTEM

A	V	E	N	T	U	R	E	I	R	O
L	I	M	I	A	R	E	X	A	M	E
C	A	P	A	P	R	E	S	O	S	
D	I	R	E	T	O	S	S			
C	O	R	A	L	S	U	I	T	E	
S	A	G	A	A	M	E	C			
R	U	B	O	A	Z	U				
R	E	G	A	T	A	C	C	N		
M	A	R	H	E	A	R	D			
V	E	R	T	I	G	I	N	O	S	A
D	I	B	T	S	R					
I	M	O	R	O	D	I				
P	O	P	A	E	A	G	U	A		
S	O	L	I	D	A	R	I	O	S	

SUDOKU DE ONTEM

1	9	2	7	3	5	8	4	6
4	3	7	8	6	9	1	2	5
5	8	6	1	2	4	3	9	7
7	1	5	3	9	8	2	6	4
3	6	4	2	1	7	5	8	9
9	2	8	4	5	6	7	3	1
6	7	1	9	8	2	4	5	3
8	4	9	5	7	3	6	1	2
2	5	3	6	4	1	9	7	8

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.asinecoquetel.com.br





Acesse nosso site!

COQUETEL

@coquetel | @eduardocaputal

Diversão&Arte

ESPELHO DE

ALMODÓVAR



DIRETOR RETORNA AOS CINEMAS, EM ESPANHOL, COM O LONGA DE AUTOFIÇÃO
NATAL AMARGO



Patrick Criado e Barbara Lennie em *Natal amargo*: trama de autoficção

» MARIANA REGINATO

Um dos mais talentosos diretores da história do cinema estreia mais um longa esta semana. O espanhol Pedro Almodóvar leva às telonas *Natal amargo*, filme com uma mistura de ficção e realidade. Com participação no Festival de Cannes, o longa saiu sem estatuetas, mas marcou uma aproximação maior do cineasta ao que havia feito no auge da carreira. Em *Natal amargo*, duas histórias se misturam. A publicitária Elsa, interpretada por Bárbara Lennie, utiliza o trabalho para

lidar com o luto da morte de sua mãe. Em decorrência da pressão e do trabalho excessivo, Elsa passa por um ataque de pânico e viaja para as Ilhas Canárias, com objetivo de relaxar. Do outro lado da trama está Raúl Durán, interpretado por Leonardo Sbaraglia, diretor e roteirista, que tem dificuldade de separar realidade de ficção. O personagem de Leonardo Sbaraglia é um espelho do próprio Almodóvar. Na época de divulgação do filme, críticos citaram que o diretor iria falar consigo mesmo em *Natal amargo*, debatendo os temores de um cineasta em busca de novas histórias e de se manter no jogo.

Em entrevista ao **Correio**, Sbaraglia conta que o diretor deixou muito claro que o filme era uma autoficção. “Essa foi a primeira coisa que Pedro Almodóvar me disse. ‘Sou um grande admirador, disse-me, ‘de Emmanuel Carrère, que trabalha muito, pesquisa bastante e se dedica muito ao tema da autoficção’, e completou: ‘Tenho trabalhado nisso em vários filmes e me interessa muito, e não quero que seu personagem invista em um retrato amigável! Ele não queria um retrato lisonjeiro do seu personagem”, contou Leonardo Sbaraglia. O ator destaca que Pedro Almodóvar conseguiu dar vozes a

muitas pessoas que não a tinham. O diretor começou a produzir os projetos durante a Movida Madrileña, momento de efervescência cultural na Espanha pós-ditadura de Francisco Franco. Desde o início, com lindos enquadramentos e cores vibrantes, o espanhol dirigiu filmes sobre identidade e sexualidade; e sempre trouxe personagens marginalizados e histórias voltadas ao underground. Leonardo Sbaraglia destaca que, em conversa com Almodóvar, o diretor lembra que diversas pessoas já chegaram nele para contar que encontraram coragem para viver de forma mais livre por

meio de seus filmes. “As mulheres (representadas no cinema dele) conseguiram alcançar o feito X ou Y. Ele trouxe para seu trabalho, para seus filmes, para personagens que, de repente, conseguiram ter corpo e alma. Ele conseguiu criar uma espécie de representação visual para uma enxurrada de pessoas que não tinham voz, nem voto. Isso me parece algo enriquecedor”, comenta. “De repente, Almodóvar trouxe universos, cores, dores, razões e situações que não tinham visibilidade. E é por isso que o mundo dele conquistou tanta proeminência”, reflete Leonardo.



Leonardo Sbaraglia e Samuel López em *Natal Amargo*

MUDANÇA DE IDIOMA

O último lançamento de Pedro Almodóvar nos cinemas, antes de *Natal amargo*, foi o longa *O quarto ao lado* (2024), com as atrizes Tilda Swinton e Julianne Moore. A diferença desse filme para todos os outros do

diretor espanhol é a língua: foi seu primeiro filme em inglês. Alguns críticos e fãs de Almodóvar não curtiram muito a proposta, afirmando que o cinema do espanhol é feito para a sua língua materna, e não funciona de forma americanizada. Outros já acreditam que a linguagem de Almodóvar é universal. Na trama, duas amigas, as jornalistas Ingrid (Julianne Moore) e Martha

(Tilda Swinton), se reencontram após anos sem contato. Martha acaba descobrindo uma doença terminal e as duas se conectam novamente, entre a vida, a morte e um grande dilema moral. O filme conquistou o Leão de Ouro em Veneza, em 2024.

Prêmios do diretor

O espanhol já brilhou em todas

as premiações mais importantes do mundo. Nos prêmios Goya, o maior da Espanha, o diretor soma seis estatuetas: Melhor roteiro original e Melhor filme em 1989, por *Mulheres à beira de um ataque de nervos* (longa que iniciou a projeção internacional), Melhor filme e Melhor diretor por *Tudo sobre minha mãe* em 1999 e Melhor diretor e Melhor filme por *Volver*, em 2007.

Já no Oscar, conquistou Melhor roteiro original por *Fale com ela*, 2002 e Melhor filme estrangeiro como *Tudo sobre minha mãe* (1999). No festival de Cannes, também foi premiado como Melhor diretor por *Tudo sobre minha mãe*, em 2000 e Melhor roteiro com *Volver*, em 2007. *Doreglória*, longa de 2019, foi indicado à Palma de Ouro, sendo na época sua sexta indicação ao prêmio. (MR)

Direito & Justiça



Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Juristas, políticos e Prêmios Nobel e Pulitzer estarão no Gilmarpalooza

Ana Maria Campos

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa recebe, na próxima semana, a XIV edição do Fórum de Lisboa. O evento, que já se tornou tradição no calendário jurídico internacional e ficou conhecido como Gilmarpalooza, vai discutir, neste ano, o tema “Nova ordem internacional, tecnologia e soberania: desafios democráticos, econômicos e sociais”. A expectativa dos organizadores é de que este seja o maior encontro desde que o Fórum de Lisboa foi criado pelo IDP, pela Faculdade de Direito de Lisboa e pela FGV como forma de ampliar a reflexão sobre questões que desafiam a humanidade.

Apesar do momento crítico em que se discute o Código de Conduta para magistrados, extrateto e um embate com o Congresso sobre excesso de poder de ministros do STF, o evento deste ano promete ser um sucesso pela relevância dos participantes. Com mais de 470 palestrantes, cerca de 70 painéis de debate e a mais ampla participação internacional da sua história, o evento — que atingiu o auge no ano passado — reunirá em 1º, 2 e 3 de junho, mais de 40 professores estrangeiros de 11 países, com a pretensão de conectar tradição acadêmica de alto nível a um debate que reunirá, à mesma mesa, academia, governo, empresas, Parlamento e Judiciário.

Com esse propósito, magistrados, políticos, juristas, professores e integrantes do governo vão se concentrar ao longo de três dias em apresentar ideias, ouvir e debater divergências e ampliar visões de mundo em torno das principais transformações que marcam a atualidade: inteligência artificial, soberania digital, economia, sustentabilidade. O poderio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e os conflitos decorrentes de sua atuação no planeta será um dos temas abordados nas mesas de debate.

Esta edição também deve ficar marcada pela qualidade dos convidados. Entre os destaques estão Thomas Friedman, colunista do *The New York Times* e vencedor de três Prêmios Pulitzer, reconhecido pelas análises sobre geopolítica, globalização e inovação tecnológica; Joel Mokyr, vencedor do Prêmio Nobel das Ciências Econômicas e professor da Northwestern University, considerado uma das maiores autoridades mundiais em história econômica, inovação e crescimento

Rosinei Coutinho/STF



Anfitrião, Gilmar Mendes abre debate sobre tecnologia e soberania

econômico; e Iván Duque Márquez, ex-presidente da Colômbia (2018-2022), que conquistou projeção internacional pelo seu trabalho em áreas como a transformação digital, sustentabilidade e o desenvolvimento econômico na América Latina.

A programação contará também com a presença de personalidades de relevância no Judiciário brasileiro, como os ministros Gilmar Mendes (anfitrião), Alexandre de Moraes e Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF); Luis Felipe Salomão, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) — eleito presidente da Corte; e Paulo Gonet, procurador-geral da República. O ex-presidente do STF Luis Roberto Barroso, presente no ano passado em Lisboa, também está confirmado nesta edição.

Vários outros ministros do STJ também devem comparecer, como Rogério Schietti, Mauro Campbell Marques, futuro vice-presidente da Corte, João Otávio Noronha, Joel Ilan Paciornick, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Ricardo Villas Bôas Cueva, Antônio Saldanha Palheiro, Sebastião Reis Júnior, Teodoro Silva Santos e Benedito Gonçalves. Do Tribunal

Rosinei Coutinho/STF



Alexandre de Moraes confirmou presença no XIV Fórum de Lisboa

de Contas da União (TCU), espera-se a participação dos ministros Vital do Rêgo Filho, Benjamin Zymler, Antônio Anastasia e Jorge Oliveira, além do ex-ministro Aroldo Cedraz.

Do mundo político e técnico, confirmaram presença o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo; o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB); o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, os senadores Rodrigo Pacheco (PSB-MG) e Camilo Santana (PT-CE), e Laura Schertel Mendes, diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e professora da Universidade de Brasília (UnB). O ex-presidente Michel Temer é aguardado como um dos convidados ilustres.

Também se destacam na programação as presenças de Lúcia da Luz Ribeiro, presidente do Conselho Constitucional de Moçambique; Carlos Blanco de Moraes, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidente do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e coordenador científico do Lisbon Public Law Research Centre; e Vitalino Canas, professor

da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e presidente do Fórum de Integração Brasil-Europa (FIBE); além do presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Rodrigo Murovitsch.

Lançamento de livros

Além dos debates, a edição deste ano terá o lançamento de oito obras dedicadas a temas centrais da agenda jurídica, tecnológica e institucional contemporânea. Em 2 de junho, às 12h, serão apresentados os livros *Jurisdição Constitucional: O Controle Abstrato de Normas no Brasil e na Alemanha*, de Gilmar Mendes; *A Constituição Fluida — Uma Reflexão Sobre Contracultura Política e Decisionismo Jurisprudencial*, de Carlos Blanco de Moraes; *Comentários à Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos*, organizado por Luis Felipe Salomão e Rodrigo Murovitsch; *Justiça Constitucional II – Direito Processual Constitucional*, de Vitalino Canas; *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada*, de Laura Schertel Mendes e Isabela Maria Rosal; e *Inteligência Artificial e Desafios Regulatórios*, de Laura Schertel Mendes, Bruno Bioni e Fabrício da Mota Alves.

Mais tarde, às 16h30, serão lançadas as obras *Constitucionalismo Digital e Seus Desafios: Reflexões em Homenagem ao Ministro Gilmar Ferreira Mendes*, de Marilene Carneiro Matos, e *Solo*, de Paula Macedo Weiss, com prefácio de Edilene Lobo. Os lançamentos refletem a diversidade temática da programação e reforçam a vocação do Fórum como espaço de produção, difusão e intercâmbio de conhecimento entre diferentes tradições jurídicas e acadêmicas.

Alto Patrocínio da Presidência Portuguesa

O XIV Fórum de Lisboa recebeu a concessão do Alto Patrocínio da Presidência da República Portuguesa, uma distinção que reconhece a relevância institucional, acadêmica e cívica do encontro. A distinção reconhece a relevância institucional, acadêmica e cívica do evento, além da contribuição para o fortalecimento do debate democrático e para a reflexão sobre os desafios contemporâneos enfrentados por Portugal, pelo Brasil e pela comunidade internacional. Representa uma chancela institucional da Presidência da República Portuguesa ao XIV Fórum de Lisboa, reafirmando a relevância do encontro.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação/TST



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Concentração

De volta à vida de advogado, o ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) não pretende embarcar para Lisboa, para participar do Gilmarpalooza. Ao **Correio**, ele disse que está concentrado no ano eleitoral.



Lula vai escolher novo nome para o TST

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho escolheu ontem em votação secreta, os nomes que vão compor a lista tríplice para preenchimento de vaga destinada à magistratura de carreira, decorrente da aposentadoria da ministra Dora Maria da Costa. Os nomes escolhidos foram: desembargadora Maria de Nazaré Medeiros Rocha, do TRT da 8ª Região (PA/AP); desembargador Sergio Torres Teixeira, do TRT da 6ª Região (PE); e desembargadora Hermenegilda Leite Machado, do TRT da 13ª Região (PB). A lista com os três nomes segue para apreciação do presidente da República, a quem caberá a indicação. O nome escolhido passará por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, e, após a aprovação pela Comissão, será submetido ao plenário.



Carlos Moura/SCO/STF

Ausência

No ano passado, o ministro André Mendonça, do STF, participou sem grandes incômodos da imprensa do XIII Fórum de Lisboa. Ele integrou o painel "Educação e inovação na era inteligente". Neste ano, como relator do inquérito da Operação Compliance Zero, teria pouca paz nos corredores da Faculdade de Direito de Lisboa. Ele não vai.

Movimentações para adiar o julgamento das regras que alteram a Ficha Limpa

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) alerta para supostas articulações que estariam ocorrendo para adiar o julgamento da



ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Complementar 219/25 que alterou a Lei da Ficha Limpa. Segundo a entidade, a movimentação tem o propósito de deixar a análise sobre os novos prazos de inelegibilidades para depois do registro das candidaturas, como forma de permitir que políticos inelegíveis possam entrar na campanha. O julgamento, em plenário virtual, teve início da última sexta-feira (22) e deve ser concluído até amanhã (29). Até o momento, a relatora, Cármen Lúcia, e o ministro Luiz Fux votaram pela procedência parcial da ação proposta pela Rede Sustentabilidade. A prevalecer essa posição, as regras da Lei da Ficha Limpa serão mantidas. Faltam ainda oito votos para a conclusão.



Defesa da infância

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que shopping centers são responsáveis por garantir espaço apropriado para amamentação e acolhimento de filhos de empregadas das lojas instaladas no local. O entendimento foi firmado na sessão desta quarta-feira (27).



Mariana Campos/CB

Prestígio

A ativista, modelo e atriz Luiza Brunet é uma das personalidades confirmadas para o XIV Fórum de Lisboa. Vai repetir a dose. Ela esteve no ano passado em Portugal e participou de debates sobre violência doméstica, um tema fundamental na atualidade. Foi super prestigiada e jantou com o então presidente do STF, Luís Roberto Barroso.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

"Em seu inafastável compromisso de guardar e preservar a ordem constitucional, este Supremo Tribunal atua no sentido de afastar por antijurídicos quaisquer comportamentos e atos que impeçam, dificultem ou embacem a probidade administrativa e a moralidade pública inerente ao regime republicano"

Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF)

A decisão da Itália sobre Carla Zambelli

Maria Eduarda Lavocat

Na última semana, a ex-deputada federal Carla Zambelli deixou a prisão feminina de Rebibbia, em Roma, após a Corte de Cassação da Itália anular seu processo de extradição. Logo após ser libertada, a ex-parlamentar publicou vídeos nas redes sociais ao lado do marido, Aginaldo de Oliveira, coronel da Polícia Militar do Ceará, e do advogado Pieremilio Sammarco, responsável por sua defesa e a quem fez questão de agradecer publicamente.

A trajetória que levou Zambelli a ser presa começou no ano anterior, quando ela foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 10 anos de pena pelos crimes de invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e inserção de documentos falsos. Entre os materiais adulterados estava uma suposta ordem de prisão do ministro Alexandre de Moraes, para prender ele próprio. No caso, Zambelli contou com a participação do hacker Walter Delgatti Netto, condenado no mesmo processo.

Além dessa condenação, a ex-deputada recebeu pena de cinco anos e três meses por perseguição armada a um homem na véspera do segundo turno das eleições de 2022. O episódio ocorreu no bairro do Jardim Paulista, em São Paulo, quando Zambelli perseguiu e ameaçou um apoiador do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Após a primeira condenação, a então deputada federal deixou o país em 25 de maio de 2025. Ela atravessou a fronteira com a Argentina pela região de Foz do Iguaçu (PR), em um trecho sem controle migratório formal.

Na Argentina, seguiu para Buenos Aires e, posteriormente, embarcou para a Flórida, nos Estados Unidos. Em 5 de junho, desembarcou em Roma, na Itália. Após as autoridades italianas identificarem seu paradeiro, e diante da inclusão de seu nome no sistema internacional de buscas, Carla Zambelli foi presa e encaminhada à ala feminina do presídio de Rebibbia.

Ao desembarcar em território italiano, Zambelli afirmou, em vídeo direcionado a apoiadores, que seria “intocável” no país por possuir cidadania italiana. No entanto, em 7 de junho, o Brasil formalizou o pedido de extradição da ex-parlamentar.

O advogado especialista em direito internacional e professor da Faculdade Republicana Pablo Sukiennik explica que, quando uma pessoa condenada é localizada fora do território nacional, espera-se que o Estado solicite sua extradição para que a pena seja cumprida no país de origem. “Isso ocorre porque o Estado busca manter essa pessoa sob sua custódia. Se houve uma

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



condenação, é natural que o país queira acompanhar a execução da pena. Trata-se de uma pretensão legítima de qualquer Estado”, afirma.

O especialista ressalta, porém, que os procedimentos de extradição variam conforme a legislação de cada país. “A extradição é uma categoria jurídica presente, praticamente, em todos os Estados. Desconheço países que não contem com esse instrumento, mas sua regulamentação muda de acordo com as regras internas de cada nação”, explica.

Segundo Sukiennik, o procedimento costuma começar por meio da atuação diplomática brasileira. Em geral, a embaixada ou o consulado do Brasil no país em questão encaminha um pedido formal às autoridades locais, dando início ao processo. A forma de tramitação, a autoridade competente e as etapas processuais, entretanto, são definidas pela legislação de cada Estado.

O advogado destaca, ainda, que processos de extradição não têm como objetivo revisar a culpa ou a inocência do condenado. O foco da análise é verificar se o acusado teve acesso a um julgamento justo, observando aspectos como citação válida, direito ao contraditório e ampla defesa.

De acordo com o advogado criminalista

Antonio Gonçalves, a sultura de Carla Zambelli não pode ser interpretada como absolvição pelos crimes cometidos nem como uma liberdade definitiva. Segundo ele, a Justiça italiana analisou apenas se havia pertinência no pedido de extradição de uma cidadã italiana para cumprimento de pena no Brasil — e o entendimento foi negativo. Por isso, a ex-deputada foi liberada.

Além disso, o pedido de extradição dizia respeito, exclusivamente, à condenação relacionada à invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à inserção de documentos falsos. Dessa forma, a situação jurídica dela ainda pode sofrer alterações diante do processo referente ao caso de perseguição armada.

“Ela não foi absolvida nem inocentada pela Justiça italiana. A pena imposta pela Justiça brasileira continuará válida caso ela retorne ao Brasil ou viaje para outro país que tenha acordo bilateral de extradição e aceite eventual novo pedido”, afirma o especialista.

Pablo Sukiennik afirma que outro ponto levado em consideração para a extradição é a compatibilidade da pena com a legislação do país responsável por decidir sobre a entrega do acusado. “Os Estados normalmente se reservam o direito de não extrair pessoas que possam ser submetidas a

punições incompatíveis com seus próprios ordenamentos jurídicos, como a pena de morte. Esse é o tipo de avaliação realizada. Não se discute o mérito da condenação, nem se a pessoa é culpada ou inocente”, explica.

Sukiennik destaca que, a depender do país, a nacionalidade pode funcionar como uma proteção absoluta contra a extradição. Segundo ele, no caso a Itália adota a chamada teoria da nacionalidade preponderante — conceito aplicado a pessoas que possuem dupla cidadania.

“Carla Zambelli tem nacionalidade brasileira e italiana. Como saber qual é a nacionalidade preponderante dela? É preciso observar onde desenvolveu sua vida: onde se casou, eventualmente teve filhos, cursou o ensino fundamental e médio, além de onde mantém vínculos de trabalho”, exemplifica o professor.

Nesse contexto, ele afirma que a trajetória da ex-deputada é amplamente vinculada ao Brasil. “A vida dela foi construída aqui, e não na Itália. Existe, inclusive, entendimento na doutrina italiana de que cidadãos italianos podem ser extraditados quando a nacionalidade italiana não é considerada preponderante. Portanto, em princípio, a cidadania italiana não teria influenciado no caso”, avalia.

Apesar disso, na última sexta-feira, a Corte de Cassação de Roma negou o pedido de extradição após seis magistrados analisarem o caso e entenderem que Zambelli deveria permanecer no país. O tribunal, responsável por julgar o recurso apresentado pela defesa, é a última instância do sistema judiciário italiano.

Com a decisão — que, na prática, representa o trânsito em julgado no âmbito judicial — o caso passa, agora, para análise do ministro da Justiça da Itália, Carlo Nordio, responsável pela palavra final sobre a situação da ex-congressista. Ele terá prazo de 45 dias, a partir da publicação do acórdão, para se manifestar.

Segundo o advogado da ex-deputada no Brasil, Fábio Pagnozzi, a “Suprema Corte da Itália reconheceu que Carla Zambelli é perseguida política e que as provas contra ela não eram sólidas, anulando, assim, a extradição”. Com isso, a ex-parlamentar poderá permanecer no país europeu sem pendências judiciais, já que possui cidadania italiana.

Pablo Sukiennik pondera, contudo, que a decisão final ainda caberá ao ministro da Justiça italiano, que não é obrigado a seguir o entendimento da Corte. “Ainda existe a possibilidade de Carla Zambelli ser extraditada. Mas, obviamente, isso é bastante improvável. Não é comum que o ministro da Justiça contrarie uma decisão do próprio tribunal”, conclui.

Visão do Direito



Mauricio de Figueiredo Corrêa da Veiga

Advogado, mestre em ciências jurídicas (UAL). Presidente da Comissão de Direito Desportivo do IAB

A jornada 6x1 e os limites da intervenção estatal

A preocupação com a proteção do trabalho humano e com a construção de condições dignas de trabalho não constitui fenômeno recente. Ainda no século XIX, o Imperador Maximiliano do México já demonstrava preocupação com a limitação das jornadas excessivas e com a proteção da dignidade do trabalhador, sendo frequentemente lembrado como um dos primeiros governantes a defender medidas sociais voltadas à humanização das relações laborais.

Em 1865, o Imperador – Arquiduque da Áustria e primo de D. Pedro II do Brasil – instituiu uma comissão encarregada de promover melhorias na qualidade de vida dos povos nativos, iniciativa da qual surgiu a chamada Lei do Trabalho. O diploma é reconhecido por seu caráter pioneiro na proteção da dignidade do trabalhador rural, proibindo castigos corporais, limitando jornadas excessivas, garantindo o pagamento dos salários em moeda corrente, regulamentando os créditos concedidos nas chamadas “tendas de raya”, estabelecendo que as dívidas contraídas pelos pais não poderiam ser transferidas aos filhos e assegurando que a educação dos peões constituía responsabilidade das fazendas.

Muito antes do surgimento do constitucionalismo social moderno e das atuais discussões sobre saúde mental, qualidade de vida e equilíbrio entre trabalho e vida privada, já se reconhecia que o trabalho não poderia ser reduzido, exclusivamente, à lógica da produção econômica. A proteção da dignidade humana sempre ocupou posição central no desenvolvimento histórico do Direito do Trabalho.

É dentro dessa perspectiva histórica que se insere o atual debate acerca do fim da escala 6x1 que ganhou enorme relevância no cenário jurídico, político e social brasileiro nos últimos anos. Movimentos sociais, sindicatos e diversos setores da sociedade passaram a defender a redução da jornada de trabalho como medida de proteção à saúde mental, melhoria da qualidade de vida e atualização das relações laborais diante das transformações econômicas contemporâneas.

Nesse contexto, surgiram propostas de alteração constitucional visando reduzir a jornada semanal atualmente prevista no artigo 7º da Constituição Federal, que estabelece limite de 44 horas semanais e oito horas diárias.

Embora os objetivos sociais dessas propostas sejam legítimos, a discussão exige cautela. A complexidade da economia brasileira e

a diversidade de seus segmentos produtivos demonstram que soluções uniformes podem não ser adequadas para todas as atividades econômicas. Nesse cenário, a negociação coletiva surge como instrumento mais eficiente, democrático e tecnicamente adequado para disciplinar as jornadas de trabalho conforme as peculiaridades de cada setor.

A complexidade da realidade econômica brasileira

O Brasil é um país continental que possui uma estrutura econômica extremamente heterogênea. Não é razoável tratar da mesma forma hospitais, mineração, comércio varejista, indústria, hotelaria, tecnologia, logística e escritórios de serviços especializados. Cada atividade econômica possui dinâmica operacional própria, diferentes níveis de automação, necessidades distintas de funcionamento contínuo, capacidades econômicas variadas e peculiaridades regionais e produtivas.

Uma alteração legislativa rígida e uniforme pode acabar desconsiderando essas diferenças, gerando impactos desiguais sobre empresas e trabalhadores. Em determinados segmentos, especialmente aqueles que dependem de operação contínua, escalas diferenciadas são muitas vezes indispensáveis à própria continuidade da atividade econômica. Por essa razão, a adoção de um modelo único para todas as atividades produtivas pode representar mais insegurança do que efetiva proteção social.

Negociação coletiva como instrumento constitucional

A própria Constituição Federal prestigia a autonomia coletiva das categorias profissionais e econômicas ao reconhecer expressamente as convenções e acordos coletivos de trabalho:

A Reforma Trabalhista de 2017 reforçou ainda mais essa lógica ao ampliar a prevalência do negociado sobre o legislado em diversos temas relacionados à jornada de trabalho, compensação de horas e organização produtiva. A valorização da negociação coletiva parte da premissa de que sindicatos conhecem a realidade da categoria, enquanto empresas conhecem suas limitações operacionais e econômicas.

Dessa forma, ambos possuem melhores condições técnicas para construir soluções equilibradas e compatíveis com as peculiaridades de cada setor.

Trata-se da chamada autonomia privada coletiva, mecanismo que permite aos próprios

atores sociais disciplinarem determinadas condições de trabalho dentro dos limites constitucionais mínimos de proteção. Nesse modelo, o Estado não desaparece, mas atua como garantidor de direitos fundamentais mínimos, preservando espaço para soluções negociadas mais adequadas às diferentes realidades econômicas.

O caso da empresa Vale como exemplo da eficiência da negociação coletiva

Notícia muito alvissareira foi divulgada recentemente e demonstra que a recente experiência da Vale constitui importante exemplo da capacidade da negociação coletiva de promover modernização das relações de trabalho sem necessidade de imposição estatal uniforme. Em maio de 2026, a empresa formalizou acordo coletivo extinguindo a escala 6x1 e instituindo jornada semanal de 40 horas em suas operações no Brasil. A mudança alcançou milhares de trabalhadores e foi construída mediante negociação com entidades sindicais representativas.

O aspecto mais relevante do caso não foi apenas a redução da jornada, mas a forma pela qual ela foi implementada. A solução foi construída por meio de diálogo institucional, respeitando peculiaridades operacionais, preservando modelos diferenciados de turnos e permitindo soluções específicas conforme os setores internos da empresa.

A negociação coletiva permitiu que trabalhadores administrativos permanecessem em regime 5x2, enquanto turnos de revezamento foram adaptados à dinâmica da operação minerária. Além disso, exceções puderam ser disciplinadas mediante acordos específicos, evidenciando a flexibilidade do modelo negociado.

O caso demonstra que a própria negociação coletiva é capaz de produzir soluções equilibradas, eficientes e socialmente responsáveis. Mais do que isso, revela que o ordenamento jurídico atual já oferece instrumentos suficientes para a modernização das jornadas de trabalho quando há viabilidade econômica, diálogo social e maturidade institucional.

Os riscos do engessamento constitucional

A constitucionalização rígida da jornada de trabalho pode gerar consequências relevantes, especialmente em uma economia marcada por profundas desigualdades estruturais e setoriais. O aumento de custos operacionais, as

dificuldades de adaptação produtiva, a redução da competitividade e os impactos sobre pequenas empresas são fatores que não podem ser ignorados no debate.

Além disso, soluções uniformes tendem a desconsiderar diferenças econômicas regionais e produtivas existentes em um país de dimensões continentais como o Brasil. O que pode ser plenamente viável para grandes corporações talvez não seja suportável para pequenos empreendedores ou setores de menor margem econômica.

O Direito do Trabalho contemporâneo vem, progressivamente, abandonando modelos excessivamente centralizados para admitir maior espaço à negociação coletiva, desde que preservados os direitos fundamentais mínimos do trabalhador. Nesse contexto, o papel do Estado não deve ser o de eliminar a autonomia coletiva, mas sim estabelecer parâmetros mínimos de proteção, impedir abusos e garantir equilíbrio nas negociações.

A partir desses limites, cabe às categorias econômicas e profissionais construir soluções compatíveis com suas realidades específicas, permitindo que a evolução das relações de trabalho ocorra de maneira gradual, sustentável e socialmente equilibrada.

Conclusão

O debate sobre a escala 6x1 transcende a mera discussão acerca da redução de jornada. Trata-se, na verdade, de definir qual deve ser o modelo de regulação das relações de trabalho em uma economia complexa, dinâmica e heterogênea.

Embora a proteção à saúde e à qualidade de vida do trabalhador constitua objetivo legítimo e indispensável, a imposição constitucional uniforme pode não representar a solução mais eficiente para todos os setores produtivos. A experiência recente da Vale demonstra que a negociação coletiva possui capacidade concreta de promover avanços sociais relevantes sem comprometer a sustentabilidade econômica e operacional das empresas.

Dessa forma, a negociação coletiva apresenta-se como instrumento mais adequado para compatibilizar proteção ao trabalhador, viabilidade econômica, flexibilidade produtiva, segurança jurídica e peculiaridades setoriais. Em um cenário de profundas transformações nas relações de trabalho, a valorização da autonomia coletiva revela-se não apenas juridicamente legítima, mas também social e economicamente mais racional.

Visão do Direito



Fernando Capano

Advogado, doutor em direito do Estado e Justiça social, mestre em direito político e econômico

Pode um senador da República pedir dinheiro a banqueiro?

A recente admissão, por parte do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), de que celebrou robusto contrato de “patrocínio” com o diretor-presidente do Banco Master, Daniel Vorcaro - que, não de hoje, está no centro de investigações de indiscutível repercussão nacional — reacende discussão fundamental para qualquer Democracia madura: até onde vai o direito ao sigilo contratual quando estão em jogo agentes centrais da República?

Segundo compartilhou o próprio parlamentar, a negociação envolveria cifras vultuosas (fala-se, inicialmente, em R\$ 64 milhões) destinadas ao financiamento de uma cinebiografia do pai dele, o ex-presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Contudo, os detalhes do ajuste permaneciam, em tese, protegidos por cláusulas de confidencialidade, possivelmente estruturadas sob a lógica de um Non Disclosure Agreement (NDA), que, traduzindo para a língua portuguesa, significa Acordo de Não Divulgação — instrumento comum no ambiente empresarial privado.

À luz do direito e sob o prisma estritamente civil e contratual, não há anormalidade em cláusulas desta natureza. Até porque

o sigilo negocial integra a autonomia privada e constitui ferramenta legítima de proteção estratégica, comercial e patrimonial. Contratos existem, afinal, para serem cumpridos, respeitados e protegidos.

O problema surge quando uma das partes deixa de ser apenas um agente privado e passa a ocupar posição de relevo institucional na estrutura da República.

A lógica dessa engrenagem impõe diferenciação inevitável entre o cidadão comum e o homem público. Presidentes, ministros, governadores, parlamentares (deputados, senadores e vereadores), prefeitos, magistrados e demais figuras centrais do aparelho estatal não vivem mais exclusivamente sob a esfera privada, da intimidade. Ao assumirem funções de poder, tornam-se destinatários de um regime mais severo do escrutínio social.

Ora, a República é lastreada por figuras públicas e instituições que devem funcionar para além da legalidade formal. É preciso compreender que transparência, governança e responsabilidade são inerentes ao poder que tais autoridades exercem. Neste contexto, sim, há um preço a se pagar.

Não se trata de relativizar direitos fundamentais ou de se abolir garantias

individuais. O que está em jogo é reconhecer que a própria preservação da confiança institucional exige padrões mais elevados de transparência. Órgãos e mandatários, no final das contas, vivem de credibilidade.

Nesta esteira de análise, e diante do episódio do suposto incentivo econômico do Banco Master à cinebiografia de Jair Bolsonaro, sistemas democráticos sólidos abarcam rígidas para agentes públicos. Até mesmo porque a sociedade tem legítimo interesse em compreender relações financeiras, vínculos empresariais, créditos privados e estruturas contratuais que orbitam em torno de figuras de prestígio partidário e político.

Resumindo: quanto maior o poder exercido, menor deve ser a blindagem do sigilo pessoal em temas com potencial repercussão institucional, como o aparente financiamento de um banco liquidado para um filme sobre a trajetória de um ex-presidente da República — que, hoje, cumpre pena por suposta tentativa de golpe de estado.

Veja bem: não estamos a tratar de uma relação comercial e jurídica simples e rasa. Não é só um civil ligando para um empresário, para pedir recursos para bancar o filme sobre o pai. É um senador da República solicitando

aporte a uma instituição que, à época, já estava na mira da Justiça por crimes contra o sistema financeiro, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, fraude e corrupção.

A vida pública exige renúncias. Entre elas, a abdicação parcial à lógica absoluta da privacidade negocial. Não consiste em punição ao agente político — é consequência natural da função que ele mesmo optou desempenhar no aparato da República.

Quem ocupa posição central no cenário institucional brasileiro administra não apenas interesses individuais, mas, sobretudo, capital político, influência e confiança coletiva. E reputação pública depende, necessariamente, de probidade.

No fundo, este debate não é apenas jurídico, ou cultural — é civilizatório. Uma República saudável não se constrói apenas com contratos válidos, firmados em três vias em cartório. Constrói-se, acima de tudo, com legitimidade, com a verdade dos fatos e com a clareza de contrapartidas — o que, com relação ao patrocínio do Banco Master para a cinebiografia de Jair Bolsonaro — e com os filhos políticos intermediando repasses na casa dos milhões — não está, ao menos, até o momento, oportunamente decifrada.

Visão do Direito



Alberto Feitosa

Advogado da área de direito de família do Lessori Advogados

A sucessão de ativos digitais e a lacuna regulatória no Brasil

A herança digital deixou de ser uma hipótese futura para se consolidar como uma realidade incontornável. Hoje, não apenas bens materiais compõem o patrimônio de uma pessoa, mas também ativos intangíveis, que vão desde contas monetizadas e criptomoedas até arquivos pessoais, fotos e interações em redes sociais. Esse novo cenário impõe desafios relevantes ao direito sucessório, que ainda opera, em grande medida, sob premissas construídas para um mundo analógico.

O grande problema está na ausência de regulamentação específica no Brasil, o que acaba transferindo ao Poder Judiciário a tarefa de resolver, caso a caso, questões complexas e sensíveis. Temos um patrimônio cada vez mais digitalizado, mas ainda sem regras claras sobre sua transmissão. Isso gera insegurança jurídica e, muitas vezes, decisões divergentes, especialmente quando

envolvem dados pessoais e conteúdos de natureza existencial.

Outro ponto crítico é o conflito entre o direito sucessório, a proteção da privacidade e as regras impostas pelas próprias plataformas digitais. Muitas dessas empresas estabelecem, em seus termos de uso, limitações ao acesso e à transferência de contas e conteúdos, o que pode colidir com direitos dos herdeiros. Não se trata apenas de discutir valores econômicos, mas também de definir quem pode acessar memórias, comunicações e aspectos da personalidade do falecido.

Diante desse cenário, o planejamento sucessório digital deve ganhar espaço nas discussões jurídicas e familiares. Instrumentos como testamentos, diretivas antecipadas e até mesmo as ferramentas oferecidas por plataformas digitais podem ser determinantes para evitar conflitos futuros. Mais do que uma tendência, a herança digital exige uma

resposta urgente do direito, sob pena de permanecer distante da realidade de uma sociedade que já vive, produz e se perpetua no ambiente virtual.

Além disso, vale chamar a atenção para a diversidade dos ativos digitais, que não se limitam ao aspecto econômico, pois há uma diferença importante entre ativos patrimoniais, como criptomoedas e contas monetizadas, e ativos existenciais, como fotos, mensagens e históricos pessoais. Cada um desses elementos demanda um tratamento jurídico distinto, o que torna o tema ainda mais complexo.

Na prática, muitos familiares enfrentam dificuldades para acessar esses conteúdos após a morte do titular, seja por barreiras tecnológicas, seja por restrições contratuais impostas pelas plataformas. Em alguns casos, mesmo diante de uma ordem judicial, o acesso pode ser limitado ou demorado, o que

evidencia o descompasso entre a realidade digital e os instrumentos jurídicos disponíveis.

Outro aspecto relevante diz respeito aos dados sensíveis e comportamentais, que revelam padrões de vida, preferências e até informações de saúde. Estamos falando de um conjunto de dados que ultrapassa o valor econômico e toca diretamente a esfera da intimidade. A definição sobre quem pode acessar essas informações deve ser tratada com cautela e responsabilidade.

Por fim, reforçamos que a conscientização sobre o tema ainda é incipiente, tanto entre cidadãos quanto no meio jurídico. Discutir herança digital é, sobretudo, antecipar soluções para um problema que já existe. O planejamento sucessório precisa evoluir para incluir o patrimônio digital. Ignorar essa realidade é deixar para o futuro conflitos que poderiam ser evitados com organização e orientação adequada.

Visão do Direito



Carlos Nei

Head de estratégia jurídica e novos negócios do PG Advogados

Judicialização de consumo eleva custos para empresas e pressiona o Judiciário

Empresas que atendem milhões de consumidores todos os dias convivem com uma equação cada vez mais difícil: parte relevante das reclamações que poderia ser resolvida por canais administrativos acaba chegando diretamente ao Judiciário. O resultado é conhecido por setores como bancos, telecomunicações, aviação, saneamento e construção civil: aumento de custos, crescimento de estruturas dedicadas ao contencioso e demora na solução de conflitos que, em muitos casos, poderiam ser tratados em poucos dias.

É nesse contexto que o Superior Tribunal de Justiça discute o Tema Repetitivo 1.396, sobre a possibilidade de exigir uma tentativa prévia de solução extrajudicial para caracterizar o interesse de agir em determinadas ações de consumo. Embora o debate tenha contornos processuais, seu efeito prático é mais amplo: definir se o Judiciário continuará sendo a primeira porta para conflitos de baixa complexidade ou se canais administrativos, como plataformas de atendimento e o Consumidor.gov.br, passarão a ter papel mais relevante na solução desses casos.

Estima-se que o custo do Poder Judiciário no país foi de R\$ 146,5 bilhões em 2024, cerca de 1,2% do PIB. Esse cenário de judicialização excessiva impacta setores que lidam com grandes carteiras de consumidores e precisam manter estruturas permanentes para a gestão de litígios de volume.

No setor bancário e de telecomunicações, a quantidade de ações é alarmante, e, muitas vezes, dissociada de uma pretensão resistida real. Dados empíricos revelam que, em um universo de 200 mil ações, apenas cerca de 6% dos autores buscaram algum contato prévio específico sobre o objeto da demanda antes de acionar a justiça. O custo unitário para a manutenção de um processo judicial para as empresas varia entre 1.700 e 3.000 reais por ano, o que impõe um ônus financeiro que prejudica o reinvestimento em serviços e infraestrutura.

A utilização do Judiciário como a primeira porta de atendimento transforma magistrados em reguladores de conflitos que poderiam ser resolvidos administrativamente em poucos dias. A falta de diálogo prévio impede que as empresas corrijam erros operacionais de forma célere, alimentando uma máquina judiciária congestionada por demandas que nem sequer deveriam ter sido ajuizadas.

O impacto na construção civil apresenta contornos ainda mais graves, com um aumento exponencial de 145% no ajuizamento de processos recentes segundo dados da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção). Somente na Justiça Federal, registram-se quase 150 mil ações versando sobre vícios de construção, com um impacto orçamentário superior a 11 bilhões de reais para o setor.

O fenômeno da litigância abusiva neste segmento revela petições iniciais idênticas e a busca

pela monetização de defeitos em vez do conserto efetivo do imóvel. Muitas vezes, o custo da perícia judicial supera o próprio valor econômico pleiteado pelo autor, evidenciando a irracionalidade do sistema atual. Sem um filtro de reclamação administrativa prévia, as construtoras são impedidas de exercer o seu direito de reparação imediata, sendo arrastadas para litígios artificiais que paralisam o setor e encarecem o custo da habitação para todos os brasileiros.

Outros setores também enfrentam pressões severas. Na aviação civil, representantes do setor têm apontado a judicialização como um fator de pressão sobre custos e previsibilidade operacional, especialmente em demandas repetitivas relacionadas à prestação de serviços ao consumidor. No saneamento, dado apresentado por representante da Abcon em audiência pública no STJ indicou que 92% das reclamações sobre troca de hidrômetros foram solucionadas pelo Serviço de Atendimento ao Usuário, o que reforça o potencial de canais administrativos para evitar ações desnecessárias.

Nesse panorama, a plataforma Consumidor.gov.br emerge como o pilar fundamental de uma justiça multiportas moderna e eficiente. Trata-se de uma ferramenta pública e gratuita que entrega índices de resolutividade superiores a 80% em um prazo médio de apenas sete dias. Enquanto um processo judicial pode se arrastar por anos, a via extrajudicial qualifica o interesse de agir e oferece uma resposta rápida ao consumidor.

O fortalecimento desse canal permite que as empresas foquem na solução do problema na origem, reduzindo o passivo judicial e reduzindo incentivos a práticas litigiosas oportunistas que se aproveitam da vulnerabilidade informacional do cidadão. A racionalidade sistêmica defendida no STJ busca garantir que o Judiciário seja a última ratio, reservado para questões complexas onde houve, de fato, uma recusa injustificada de atendimento.

A maturidade institucional exige que o direito de ação seja exercido com responsabilidade e boa-fé processual. A exigência de tentativa prévia de solução, com salvaguardas para casos de urgência ou hipossuficiência extrema, é compatível com a Constituição e já foi validada em outros temas pelo Supremo Tribunal Federal. Para os setores bancário, de telecomunicações e de construção civil, a eventual fixação de uma tese sobre o Tema 1.396 trará a previsibilidade necessária para a gestão de riscos e a redução de custos transacionais.

O objetivo final é educar a sociedade para o diálogo, garantindo que o acesso à justiça seja materialmente eficaz e não apenas um volume estatístico de processos sem resolução definitiva. A racionalização do acesso ao Judiciário não deve servir para restringir direitos, mas para assegurar que a via judicial seja reservada aos conflitos em que a solução administrativa falhou ou se mostrou inviável.

Visão do Direito



Luciano Martinez

Professor da Faculdade de Direito da UFBA, doutor pela USP, pós-doutor pela PUCRS e juiz do Trabalho do TRT da Bahia

O papel do compliance previdenciário

Por anos, o compliance previdenciário foi tratado nas empresas como mera atividade burocrática. Porém, a transformação das relações de trabalho mudou essa visão. Hoje, prevenir passivos previdenciários depende da capacidade empresarial de identificar, antecipar e controlar fatores que possam comprometer a saúde do trabalhador.

A nova redação da NR-1 consolidou essa mudança e colocou o gerenciamento de riscos ocupacionais no centro da dinâmica empresarial, priorizando a prevenção.

O vínculo empregatício é um processo contínuo, iniciado antes da contratação e prolongado mesmo após afastamentos previdenciários.

Assim, prevenção, monitoramento e responsabilização passam a integrar um sistema permanente de governança.

Na fase pré-admissional, a empresa avalia a compatibilidade entre as condições do trabalhador contratável e as exigências da função, considerando o histórico laboral, exposições anteriores e fatores psicossociais. O exame admissional assume caráter preventivo e integra-se ao gerenciamento ocupacional.

Durante a execução do contrato, o compliance previdenciário ganha mais relevância. A integração entre eSocial, CTPS Digital e sistemas previdenciários amplia a rastreabilidade das condições de trabalho. O Programa de

Gerenciamento de Riscos torna-se instrumento central de prevenção abrangendo, além de agentes físicos, químicos e biológicos, fatores organizacionais — jornadas excessivas, metas abusivas, pressão contínua etc.

A gestão de afastáveis busca identificar trabalhadores em condições potencialmente incapacitantes antes do afastamento efetivo. O monitoramento contínuo das condições laborais e psicossociais permite reduzir adoecimentos, afastamentos e impactos financeiros.

Quando do afastamento, inicia-se a gestão de afastados. O benefício previdenciário exige acompanhamento técnico da empresa, investigação das causas e revisão das medidas

preventivas. O empregador deve acompanhar concessões, prorrogações, altas previdenciárias e processos de reabilitação profissional.

Com a volta ao trabalho, surge a gestão de egressos — que deve incluir, além da constatação da alta previdenciária, a avaliação efetiva da compatibilidade entre as condições clínicas do empregado e suas atividades, por vezes exigindo readaptações funcionais e ajustes ergonômicos.

Conclui-se, pois, que o compliance previdenciário atua como sistema contínuo de governança preventiva, integrando prevenção, monitoramento e reorganização das condições de trabalho.

Visão do Direito



Caroline Rangel

Advogada criminalista, com pós-graduação em Ciências Penais

A Lei Maria da Penha protege mulheres, mas o processo também precisa proteger inocentes

A Lei Maria da Penha é uma das poucas citadas com “nome e sobrenome” pela maioria dos brasileiros. Sua aplicação ao longo de 20 anos, com inúmeras mulheres passando a denunciar agressões antes silenciadas, provam: trata-se de um dos mais importantes avanços legislativos no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. O fortalecimento dos mecanismos de proteção era necessário em 2006 e continua sendo hoje.

A lei cumpre uma função essencial de proteção e de reconhecimento institucional da gravidade da violência doméstica com a previsão de medidas protetivas de urgência, procedimentos específicos e a ampliação da rede de atendimento às vítimas. No entanto, justamente por se tratar de um instrumento tão relevante, sua aplicação exige responsabilidade jurídica e cautela processual.

Na esfera penal, boas intenções não eliminam a necessidade de observância rigorosa das garantias fundamentais. O combate à violência contra a mulher não pode significar

flexibilização automática de princípios constitucionais como presunção de inocência, ampla defesa, contraditório e devido processo legal. Na prática forense, observa-se um fenômeno delicado: a tendência de tratar a simples existência da acusação como suficiente para anteciper juízos de culpa.

É compreensível que o sistema de Justiça atue com prioridade e sensibilidade diante de relatos de violência doméstica. Em muitos casos, a urgência é indispensável para preservar a integridade física e psicológica da mulher. O problema surge quando a necessária proteção cautelar passa a ser confundida com condenação antecipada.

A concessão de medidas protetivas, por exemplo, reveste-se de natureza preventiva e não pressupõe reconhecimento definitivo de culpa. Ainda assim, não raramente o investigado passa a sofrer consequências sociais, familiares e profissionais imediatas antes mesmo de qualquer produção probatória mais aprofundada. Há casos em que acusações posteriormente consideradas inconsistentes já produziram danos irreversíveis à imagem, ao convívio familiar

e à vida profissional do acusado.

Enxergar essa realidade não significa negar a gravidade da violência doméstica nem deslegitimar denúncias feitas por mulheres. Significa, contudo, reconhecer que o sistema de Justiça precisa ser capaz de proteger vítimas sem abandonar critérios mínimos de segurança jurídica – a ampla defesa, o contraditório, o devido processo legal. Presunções automáticas não podem ter espaço no Direito Penal, que deve trabalhar com fatos, provas e responsabilidade individualizada.

A natural sensibilidade social pelo tema da violência contra a mulher eleva o risco de que operadores do Direito atuem sob pressão simbólica, deslocando o centro da análise processual da prova para a mera gravidade abstrata da acusação. E isso exige cuidado, especialmente em casos de grande exposição midiática. A credibilidade da própria Lei Maria da Penha depende da sua aplicação técnica e equilibrada. Sempre que o sistema ignora garantias fundamentais ou admite decisões frágeis do ponto de vista probatório, abre-se espaço para questionamentos que acabam enfraquecendo

a legitimidade da proteção legal.

O processo penal não existe apenas para punir culpados. Deve também dar conta de impedir condenações injustas. A história do Direito demonstra que períodos de maior expansão do poder punitivo costumam surgir justamente em contextos nos quais determinadas pautas sociais, embora legítimas, passam a justificar relativizações perigosas de direitos fundamentais. Mas garantias processuais não são obstáculos à Justiça. São parte dela.

Coloca-se, assim, um desafio: encontrar equilíbrio institucional. Proteger mulheres vítimas de violência doméstica é obrigação constitucional e civilizatória. Mas preservar o devido processo legal e assegurar julgamento justo também é. Um sistema verdadeiramente democrático precisa ser capaz de fazer as duas coisas simultaneamente.

A proteção das vítimas é fundamental, mas sem abandonar as garantias fundamentais. Por sua vez, o arco das garantias fundamentais não pode admitir tolerância à violência. É justamente o respeito às regras do processo que diferencia Justiça de mero linchamento público.

Visão do Direito



Rodrigo Palacios

Sócio da área de direito imobiliário do Viseu Advogados; Juris Doctor pela St. Thomas University School of Law, em Miami (EUA), e pós-graduado em direito imobiliário pela Universidade SECOVI

HIS e HMP em São Paulo: instabilidade regulatória e seus efeitos sobre os negócios imobiliários

O mercado imobiliário paulistano convive, há alguns anos, com um fenômeno que merece análise cuidadosa: a edição sucessiva de novas regras para as tipologias de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) sem que o poder público adote salvaguardas mínimas de transição. O resultado vai além de uma discussão sobre técnica normativa. Na prática, a regulação passou a funcionar como fator de risco com impacto direto sobre a modelagem econômica dos empreendimentos.

O Plano Diretor Estratégico de 2014 (Lei nº 16.050) criou as tipologias e vinculou os benefícios urbanísticos ao atendimento de faixas de renda específicas: até 3 salários-mínimos para HIS-1, até 6 para HIS-2 e até 10 para HMP. A lógica original incidia sobre a destinação social da unidade, não sobre

a fixação de preço para sua comercialização. Essa distinção deixou de orientar com a mesma clareza a regulamentação posterior. O Decreto nº 64.244/25 atualizou os tetos de venda, R\$ 266 mil para HIS-1, R\$ 369,6 mil para HIS-2 e R\$ 518 mil para HMP, e limitou o aluguel a 30% da renda do locatário enquadrado, sem período de adaptação para situações já constituídas. Mudanças nas condições de exploração econômica das unidades produzem reflexos sobre a modelagem financeira dos empreendimentos, a capacidade de amortização de financiamentos e a expectativa de retorno dos investidores. O setor opera com ciclos longos e alto grau de alavancagem; a estabilidade regulatória não é preferência, é condição de viabilidade.

A questão da comprovação de renda ilustra bem essa oscilação. Antes da Lei nº 17.975/23, não havia sequer exigência legal de certidão

formal. Com o Decreto nº 63.130/24, surgiu a obrigação de certidão emitida por entidade supervisionada pelo Banco Central, com a responsabilidade recaindo sobre o adquirente ou locatário. Menos de 17 meses depois, o Decreto nº 64.244/25 redistribuiu essa responsabilidade ao promotor do empreendimento. A alteração sucessiva dos critérios produz incertezas e exige maior sofisticação jurídica nas operações. Também não é irrelevante que o mesmo decreto atribua ao promotor a obrigação de instruir adquirentes sobre seus deveres como locadores, responsabilidade transferida sem base legal clara e sem que a plataforma eletrônica prometida pela prefeitura para registro das locações sequer exista até hoje.

O ponto central talvez não esteja apenas na validade das normas supervenientes, mas sim na necessidade de o setor tratar o risco regulatório como elemento integrante da própria

engenharia do negócio. A atuação jurídica passa a assumir função mais estrutural, envolvendo revisão de premissas à luz de cenários alternativos, previsão contratual de mecanismos de reequilíbrio e monitoramento contínuo de atos infralegais. A invocação de garantias como o direito adquirido e o ato jurídico perfeito continuará relevante, mas sua eficácia depende de como o risco foi identificado e distribuído contratualmente antes de a norma mudar.

A discussão não deve ser reduzida a um contraste simplista entre interesse público e interesse privado. O desafio está em compatibilizar a finalidade pública da política habitacional com um ambiente mínimo de previsibilidade. No campo das tipologias HIS e HMP, essa previsibilidade deixou de ser atributo desejável. Passou a ser condição de viabilidade dos negócios e da própria política habitacional que a regulação pretende sustentar.

Visão do Direito



Leo Rosenbaum

Advogado especializado no direito à saúde. Sócio do Rosenbaum Advogados

Planos de saúde coletivos: STJ corrige distorção histórica

A fixação do Tema 1.082 pelo Superior Tribunal de Justiça é marco relevante na proteção dos consumidores de planos coletivos empresariais — segmento que, segundo a ANS, concentra cerca de 70% dos mais de 51 milhões de beneficiários da saúde suplementar. Ao vedar a rescisão unilateral, sem motivação idônea, de contratos com até 30 beneficiários, a Corte corrige distorção histórica que mantinha milhares de usuários em situação de extrema vulnerabilidade.

Por anos, operadoras se valeram da literalidade do art. 13, parágrafo único, II, da Lei 9.656/98 para denunciar contratos sob argumentos genéricos — quando não silentes. Levantamentos do Idec apontam alta superior a

60% nas reclamações por rescisões no triênio recente, evidenciando a exclusão de grupos tidos como “menos rentáveis” e a transferência ao consumidor do ônus de um sistema que deveria, por essência, assegurar continuidade e previsibilidade na assistência à saúde.

A tese, firmada sob o rito dos recursos repetitivos (art. 1.036 do CPC), confere segurança jurídica e uniformidade interpretativa, vinculando juízes e tribunais. Sinaliza postura firme do Judiciário em coibir abusos, em diálogo com a ADI 1.931/STF, na qual o Supremo reafirmou a constitucionalidade da Lei 9.656/98 e a primazia da regulação setorial.

Os contratos coletivos de até 30 vidas os tentam, na prática, feição muito próxima dos individuais, mas, historicamente, não gozavam

das mesmas salvaguardas — “zona cinzenta” explorada pelo mercado. A nova tese corrige essa assimetria, em sintonia com a Súmula 608/STJ, que consolidou a incidência do CDC aos contratos de plano de saúde.

Sob a ótica consumerista, reafirmam-se a boa-fé objetiva (art. 422 do CC), a função social do contrato e a vedação a cláusulas abusivas (art. 51 do CDC). Não se trata de impedir a atuação das operadoras, mas de exigir transparência, justificativa legítima e respeito aos direitos básicos dos usuários.

Os impactos tendem a ser expressivos. Microempresas, MEIs e núcleos familiares organizados sob CNPJ — responsáveis por milhões de contratos ativos junto à ANS — ganham maior estabilidade contratual, com

menor risco de descontinuidade assistencial e mais previsibilidade no planejamento financeiro desses grupos.

A decisão deve, ademais, estimular revisão das práticas comerciais. O setor, que movimentou mais de R\$ 300 bilhões no último exercício, precisa evoluir para padrão que concilie viabilidade econômica e responsabilidade social, sob pena de agravar a judicialização — hoje superior a meio milhão de ações em todo o país.

Em última análise, o STJ reafirma que o acesso à saúde não é mera variável de ajuste financeiro. A proteção do consumidor, em serviço essencial dessa magnitude, deve prevalecer sobre interesses puramente econômicos, consolidando um sistema mais justo, equilibrado e alinhado ao art. 196 da Constituição Federal.

Visão do Direito



Nanci Regina Souza Lima

Sócia especialista em direito imobiliário e direito empresarial no NR Souza Lima Sociedade de Advogados

Usucapião vira ativo estratégico e destrava crédito bilionário no Brasil

A regularização fundiária deixou de ser apenas uma questão burocrática para assumir papel estratégico na economia brasileira. Em um país marcado historicamente pela informalidade imobiliária, milhões de propriedades urbanas e rurais permanecem sem escritura registrada, apesar de movimentarem patrimônio, produção, investimentos e renda. Nesse cenário, a usucapião e os mecanismos de regularização previstos na legislação passaram a representar não apenas segurança jurídica, mas também acesso a crédito, valorização patrimonial e desenvolvimento econômico.

O Brasil convive há décadas com uma contradição estrutural. De um lado, produtores rurais investem cifras milionárias em tecnologia, maquinário, irrigação e produtividade agrícola. De outro, muitos desses investimentos estão assentados sobre imóveis que ainda enfrentam irregularidades registraes, problemas sucessórios ou ausência de formalização definitiva. Nas cidades, o fenômeno se repete em outra escala: famílias vivem há anos em imóveis adquiridos por contratos informais, loteamentos irregulares ou ocupações consolidadas, sem acesso pleno aos benefícios da propriedade formal.

Nesse contexto, a usucapião se consolida como instrumento essencial de transformação patrimonial. O instituto jurídico permite converter a posse prolongada, contínua e pacífica em propriedade formalmente reconhecida pelo

Estado. Mais do que um procedimento jurídico, trata-se de uma ferramenta capaz de integrar imóveis ao mercado formal, destravar patrimônio e reduzir vulnerabilidades econômicas.

A diferença prática é significativa. Um imóvel irregular não pode ser utilizado como garantia em operações financeiras, hipotecas ou alienações fiduciárias. Sem matrícula regularizada, proprietários acabam recorrendo a linhas de crédito mais caras, com juros elevados e prazos reduzidos. Ao obter a regularização, o imóvel passa a ter valor econômico ampliado, permitindo acesso ao sistema financeiro formal em condições mais vantajosas.

No agronegócio, esse impacto é ainda mais evidente. O crédito rural subsidiado depende da regularidade da propriedade e representa peça central para custeio de safra, aquisição de equipamentos e expansão da produção. A tendência é de maior rigor nos próximos anos. Normas recentes já condicionam o acesso ao crédito rural à comprovação de regularidade fundiária e ambiental, elevando a pressão sobre produtores que ainda operam em situação informal.

A regularização também reduz riscos patrimoniais relevantes. Propriedades sem documentação adequada permanecem vulneráveis a disputas possessórias, conflitos familiares, litígios sucessórios e questionamentos judiciais. No campo, isso pode comprometer operações inteiras. Nas cidades, perpetua insegurança

jurídica e dificulta investimentos públicos e privados em infraestrutura e urbanização.

A legislação recente acelerou esse movimento de formalização. A usucapião extrajudicial, fortalecida pela Lei 13.465/2017 e regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça, permitiu que muitos processos passassem a ser realizados diretamente em cartório, sem necessidade de ação judicial, desde que não haja litígio entre as partes. O procedimento reduziu prazos, ampliou previsibilidade e tornou a regularização mais acessível.

Paralelamente, a Regularização Fundiária Urbana, conhecida como REURB, estabeleceu um modelo institucional voltado à incorporação de núcleos urbanos informais ao ordenamento formal das cidades. A modalidade REURB-S atende populações de baixa renda e prevê gratuidade de custos cartorários e de infraestrutura. Já a REURB-E é destinada a ocupações de renda superior, permitindo regularização mediante custeio privado.

Os efeitos econômicos ultrapassam a esfera individual. A formalização imobiliária amplia arrecadação tributária, favorece investimentos urbanos, estimula acesso a serviços públicos e integra milhões de imóveis ao sistema econômico formal. Também fortalece o planejamento sucessório e protege patrimônios construídos ao longo de décadas.

No campo, a regularização passou a ser vista como instrumento de gestão de risco. O custo

necessário para formalizar uma propriedade costuma representar apenas uma fração dos recursos já empregados na atividade produtiva. Ainda assim, muitos produtores seguem operando sobre bases juridicamente frágeis, expondo patrimônios milionários a disputas evitáveis.

Nas cidades, os impactos sociais também são profundos. A escritura registrada permite acesso a crédito habitacional, valorização do imóvel, comprovação de endereço e maior estabilidade patrimonial entre gerações. Em áreas de informalidade consolidada, a regularização fundiária também facilita investimentos em infraestrutura, educação, saneamento e integração urbana.

A informalidade imobiliária, antes tratada como característica estrutural do país, passou a ser encarada como entrave econômico relevante. Em um ambiente de crescente exigência jurídica, ambiental e financeira, a regularização fundiária deixou de ser apenas uma questão documental para se tornar uma agenda estratégica de desenvolvimento. O tema saiu dos cartórios, alcançou o sistema financeiro e passou a ocupar espaço central nas discussões sobre crescimento, produtividade e segurança patrimonial no Brasil. A consolidação desse movimento demonstra que a propriedade regularizada deixou de representar apenas proteção jurídica. Ela passou a funcionar como ativo econômico capaz de gerar crédito, atrair investimentos, ampliar oportunidades e reduzir incertezas.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 28 de maio de 2026

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA
& SERVIÇOS5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

1.2 ÁGUAS CLARAS

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

412 OPORTUNIDADE
36,87m² privativo semi-mobiliado desocupado phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

412 OPORTUNIDADE
36,87m² privativo semi-mobiliado desocupado phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND.
IMOBILIARIOS Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

2 QUARTOS

SQS 414 Apartamento 92m² em Brasília/DF, Bloco K, da SQS-414. Inicial R\$ 736.000,00 (Parcelável) rigolonleiloes.com.br 0800 500 9968

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.

QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 NOROESTE

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Apto 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QRSW 07 2qts vazado 2 andar reformad 64m2 desocupado Ac. financiamento Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

1.2 TAGUATINGA

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

3 QUARTOS

CSB 05 Tag Sul vdo apto R\$ 380 mil (61) 99935-1981

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

ASA NORTE

3 QUARTOS

710 N casa térrea 3qts + (1kit anexa) suíte 2wc bom estado 1.450.000 98121-2023 c8827

CRUZEIRO

3 QUARTOS

QD 07 Vdo exc casa reformada 3qts ste churr gar 99983-1953c3149

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694



Curso de Departamento Pessoal e eSocial

Aprenda cada etapa do DP e eSocial em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento Dexion e eSocialWeb.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573

1.3 GAMA

GAMA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB

PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

1.3 PARK WAY

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadral Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 chác. 332 loja St Habitación al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

1.4 ÁGUAS CLARAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte duas salas juntas reforma-das phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GAMA

ST CENTRAL vendo salas no Gama 99976-4334.

SUDESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?

TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO FAZENDA
FLORES DE GOIÁS-GO Faz. São Vicente II, 170 alqueires, 822 ha, formada em pasto. Topografia plana. Há 198 km de BSB, 17 km da BR - 020. Toda dividida com lasca de aroeira e arame liso, cancela de madeira, água perene, argila 30-45%. Escriturada, GEO e CAR. Apta p/ plantio de soja, há 16 km tem lavoura de soja, região com plantio de soja. R\$ 20.000,00 o Hectare. Tr: (063) 98407-3000

PIRENÓPOLIS Vendo Chácara 05 hectares, casa com 02 suítes banheiro social sala e cozinha varanda de 19 metros por 05 de largura, 04 hectares de pasto, por o artesiano e um pequeno Riacho no Fundo que não seca. Valor: R\$580 mil (62) 9 9259-9252.

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

QUITINETES

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

911 Norte Condominio Garden Park Alugo kit mobiliada e decorada, portaria 24 horas, com garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

2.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.400 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 GUARÁ

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

1 QUARTO

AOS 04/05 Alugo Apto 1qto - Reformado. Ótima localização Tr: (61) 99977-4191

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGAR CERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

2.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c /s.solo wc 100m \$ 1.500 ap 2q a.emb sl cz wc \$900 99157-7766 c9495

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c /s.solo wc 100m \$ 1.500 ap 2q a.emb sl cz wc \$900 99157-7766 c9495

GAMA

ALUGO PRÉDIO comercial, de 6 pavimentos c/ elevador 99976-4334.

2.4 ASA NORTE

SALAS

ASA NORTE

ALUGO SALA
SCLN 309 57M2 ótimo prédio Asa Norte (61) 99865-1847 / 99989-9044 cj6956

ASA SUL

PÁTIO BRASIL Alg sla 55m2, reformada porcel proj. iluminação wc copa R\$3.000, F:98127-1580

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

HONDA

FIT/20 cor grafite autom 87.000km . banco em tecido. R\$ 80.000,00 Tr. (61) 99622-1116

FIT/20 cor grafite autom 87.000km . banco em tecido. R\$ 80.000,00 Tr. (61) 99622-1116

3.1 VOLKS

VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

CONSTRUÇÃO

SERVIÇOS

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

REGULARIZAÇÃO DE OBRAS. 61 98162-1312 (Arq. Marco) (063) 99233-8840 (Arq. Marconio)

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: ECAP ENGENHARIA LTDA)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do DF sob o nº 33, devidamente autorizado, torna público que realizará no dia **11/06/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 455.076,96 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil setenta e seis reais e noventa e seis centavos) calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **12/06/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 456.787,71 (quatrocentos e cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos) calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do(a) **Unidade Autônoma nº 18 do Conjunto 02, Condomínio Residencial Le Jardin 1, Lote nº 01, Quadra C2, Setor Habitacional Tororó, Brasília-DF, com área de terreno de 400,20 m2, com matrícula no 2º CRI do DF sob o nº 161.989**, oriundo(a) de consolidação de propriedade em favor de ECAP ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.945.467/0001-28, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, celebrado entre a Credora Fiduciária e GILBERTO RODRIGUES DA SILVA, portador(a) do RG nº 557.202 SSP-DF e CPF nº 220.973.174-72 e ELAINE DE ALMEIDA E SILVA, portador(a) do RG nº 1.699.509 SSP-DF e CPF nº 804.495.571-20, tendo sido o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s) devidamente constituído(a)(s) em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 12/06/2026 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se na posse dos devedores, correndo por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse, assim como o pagamento dos emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da Escritura Pública de Compra e Venda. **O leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR.** Fica(m) o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s), por este edital, desde já intimado(a)(s) das referidas datas.



Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb

@classificadoscb

4.3 MASSAGEM TERAPÊUTICA

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

CLÍNICA Especialista no seu bem estar 100% Massag. - Elen Terapeuta 7:30 às 21:30h Asa Nte 3347-5464 ou 98214-4880

4.4 COMEMORAÇÕES E EVENTOS

COMES E BEBES

PERSONAL CHEFE
FAÇO DIÁRIAS preparando suas refeições da semana ou mesmo para eventos exclusivos aos sábado, domingo e feriados Tel.: (61) 99391-2159 Luzia chefe de cozinha

FESTAS

PERSONAL CHEFE
FAÇO DIÁRIAS preparando suas refeições da semana ou mesmo para eventos exclusivos aos sábado, domingo e feriados Tel.: (61) 99391-2159 Luzia chefe de cozinha

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

DONA PERCILIA
FAZEMOS TRABALHOS
MARQUE SUA CONSULTA PARA O AMOR e buscamos a pessoa amada . Presencial ou online . (tarô e Cartas)
(61) 98363-5506

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

RENATO ATIVÃO MACHÃO, SERIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

LUANA LINDA LOIRA ALTA E MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

RUIVA GATA ESTILO CAPA De Revista! Branquinha mulherão 1.65 alt 22a Ex Miss Goiás (61) 99906-7716

LUANA LINDA LOIRA ALTA E MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

MASSAGEM RELAX

PRECISA-SE
MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. ›timos ganhos 61 98184-6503

NELE DELICIOSA LOIRA APERTADINHA gostosa até o final Atend Aguas Lindas e videochamada (61) 99639-3199

NELE DELICIOSA LOIRA APERTADINHA gostosa até o final Atend Aguas Lindas e videochamada (61) 99639-3199

PRECISA-SE
MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. ›timos ganhos 61 98184-6503

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ: 00.000.208/0001-00

EXTRATO DA ATA DA 891ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A., REALIZADA EM 26/02/2026

CNPJ: 00.000.208/0001-00 NIRE: 5330000143-0

Em 26/02/2026, reuniu-se o Conselho Fiscal do BRB - Banco de Brasília S.A., tendo tomado a seguinte decisão: "(...) ITEM 02. Renúncia de Membros do Conselho Fiscal BRB. Deliberação: o Conselho Fiscal recebeu os pedidos de renúncia do senhor LEONARDO ROBERTO OLIVEIRA DE VASCONCELOS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador do CPF nº 8**.*0**.*53 e da Carteira de Identidade nº 9*00*****30 - SSP/CE, expedida em 26/03/2013, endereço: CNC - ST SAUN Quadra 5, Torre C, 17º andar, CEP 70.040-250, Brasília - DF, ao cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal do BRB-Banco de Brasília S.A., com efeito a partir de 12/02/2026; e do senhor CELIVALDO ELÓI LIMA DE SOUSA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador do CPF nº 7**.*8**.*3**.*00 e da Carteira de Identidade nº 2*.*1 - OAB/DF, expedida em 03/12/2007, endereço: CNC - ST SAUN Quadra 5, Torre C, 17º andar, CEP 70.040-250, Brasília - DF, ao cargo de membro suplente do Conselho Fiscal do BRB-Banco de Brasília S.A., com efeito a partir de 12/02/2026.(...) João Antônio Fleury Teixeira - Presidente; Francisco Sotero Rosas Neto - Conselheiro; Juliana Monici Souza Pinheiro - Conselheira; Thiago Rogério Conde - Conselheiro; Rodrigo Rosar de Oliveira Gonçalves - Secretário. "Guilherme Thiele Soares Secretário Executivo. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal Certifico registro sob o nº 3064139 em 15/05/2026 da Empresa BRB - BANCO DE BRASÍLIA, CNPJ 00000208000100 e protocolo DFE2600128576 -12/05/2026. Autenticação: 885F9EF40DDFFECB25325A2EA1C0D4476ADF7327.Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://fjucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 26/149.803-7 e o código de segurança nyCZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/05/2026 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

PADARIA CANDANGA

CONTRATA

ATENDENTE, Auxiliar Serviços Gerais, Atendente repositor, Auxiliar de Confeitaria. Enviar CV: talentospanificadora@hotmail.com ou Whatsapp (61) 98421-9997

AUXILIAR de Cozinha c/ experiência, para lanchonete. Tratar: Whats (61) 98570 - 8434 ou p/ saboramilp@gmail.com

CLUBE GRAVATÁ

CONTRATA

AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais, que possa morar no local. Salário +benefícios R\$2.400. Favor entrar em contato: 3225-2731/ 99690-1710

CABELEIREIRO e manicure p/ fins de semana Asa Norte 99176-2845

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

PRECISA-SE DE CORTADOR(A) DE CAMISetas c/ experiência p/ trabalhar no Guará Tr: 61 99803-5663

COSTUREIRA COM EXPERIENCIA para trabalhar no Guará Tratar: (61) 99803-5663

CONTRATA-SE

COZINHEIRA c/ exper. e que durma no emprego, Segunda a sexta. Lago Sul. Salário a combinar. (61) 99144-7518

6.1 NÍVEL BÁSICO

COZINHEIRO (A) CONTRATA-SE c/ experiência. Inicial R\$ 2.000,00 + VT + refeição no local. Asa Norte. (61)98259-7962 ou 98133-6416 Whatsapp

DOMÉSTICA

CONTRATA-SE c/ experiência p/ quas Claras/ Park Way 99988-0905

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp ótimos ganhos Asa S (61)98225-6648

MASSAGISTA - c/ ou s/ experiência ›timos ganhos! Montividiu-GO. (61) 98554-0717 Maria

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

CONTRATA-SE 1 VAQUEIRO (Casado) p/ Fazenda c/ experiência. Tr: (61) 99233-7557

NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE DE FARMÁCIA de Manipulação com experiência. Salário + Comissão + VT + VR + Plano Odontológico. CV: taguafarmulharh@gmail.com

ATENDENTE DE CAFETERIA Casa Bauducco. (61) 99677-0159

A EMBAIXADA DO REINO DA ARÁBIA SAUDITA

CONTRATA

CHEFE DE COZINHA Com Experiência, para a sede desta Chancelaria. Os interessados(as) podem mandar os CVs para o E-mail : saudiembassyinbrazil@gmail.com

COMUNICAÇÃO VISUAL

CONTRATA Impressor experiente e Design Gráfico experiente em corel. Para trabalhar Recanto das Emas. Enviar currículo: bervan.sucesso@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

PRECISO DOMÉSTICA BOA NA ARRUMAÇÃO cozinha e serviços gerais Qua/Qui pode sair no fim do dia ou ficar Sexta/Sáb/Dom dorme. Sai Segunda cedo. Folha seg/ter. Com Refer., s/vícios. Sal. R\$ 2.500 - Lago Sul, QL 14 WhatsApp (61) 98122-8159

PRECISA-SE MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. ›timos ganhos 61 98184-6503

SUB-GERENTE, Atendente, Cozinheira e sushimam. Restaurante contrata. Salário inicial a partir de R\$ 1.750,68 podendo chegar até R\$ 2.200,00 + comissão. Enviar currículo para email: curriculum.guara@gmail.com

TÉCNICO E VENDEDOR(A) de Informática e eletrônicos. Com experiência e conhecimento em produtos, hardware e montagem de computadores de alta performance. Necessário bom atendimento ao público. Enviar currículo para: vagadisponivel24@gmail.com

PRECISA-SE MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. ›timos ganhos 61 98184-6503

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 037/2026

Objeto: Prestação de serviço de impressão e emolduramento de imagens. Data da sessão pública: 15 de junho de 2026 às 9h. O Edital encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 28 de maio de 2026.

MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2026

Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre. Data da sessão pública: 12 de junho de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 28 de maio de 2026.

MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade

Sigilo absoluto.

197

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 17.441.197/0001-05, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 49, da Lei 6.766, de 19/12/1979, pelo presente EDITAL, notifica a Sra. Janelina da Conceição Gonçalves (CPF nº 990.239.971-15), adquirente do Lote 34, Quadra 184, Casa "B", Conjunto EH-05, Núcleo Habitacional Novo Gama - Plano de Expansão, Novo Gama - GO, por meio do contrato firmado em 24/03/2005, para efetuar o pagamento das prestações em atraso, vencidas no período de 28/02/2006 a 28/01/2012, perfazendo, nesta data, um débito no valor de R\$ 42.703,54 (quarenta e dois mil setecentos e três reais e cinquenta e quatro centavos). Para tanto, deverão entrar em contato com a nossa Superintendência de Operações, situada na Rua da Bahia, nº 1.004, 14º andar, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP: 30160-011, de segunda a sexta-feira, no horário de 10:00 às 17:00 horas, com a Sra. Márcia Moraes ou com o Sr. Edmar Alecrim pelos seguintes e-mails: marcia@economisa.com.br e edmar@economisa.com.br respectivamente ou pelo telefone (31) 3519-7700, num prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 17.441.197/0001-05, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 49, da Lei 6.766, de 19/12/1979, pelo presente EDITAL, notifica o Sr. Anderson Cardoso dos Santos (CPF nº 720.027.351-15), adquirente do Lote 34, Quadra 184, Casa "A", Conjunto EH-05, Núcleo Habitacional Novo Gama - Plano de Expansão, Novo Gama - GO, por meio do contrato firmado em 01/04/2005, para efetuar o pagamento das prestações em atraso, vencidas no período de 28/02/2006 a 28/01/2012, perfazendo, nesta data, um débito no valor de R\$ 41.870,63 (quarenta e um mil oitocentos e setenta reais e sessenta e três centavos). Para tanto, deverão entrar em contato com a nossa Superintendência de Operações, situada na Rua da Bahia, nº 1.004, 14º andar, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP: 30160-011, de segunda a sexta-feira, no horário de 10:00 às 17:00 horas, com a Sra. Márcia Moraes ou com o Sr. Edmar Alecrim pelos seguintes e-mails: marcia@economisa.com.br e edmar@economisa.com.br respectivamente ou pelo telefone (31) 3519-7700, num prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital.

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÕES
Pregão Eletrônico n. 90049/2026

OBJETO: Aquisição de materiais para atualização do sistema de automação dos fancolls, tais como, controladores programáveis MARCA SCHNEIDER ELECTRICS, multissensor para ambiente, sensor de temperatura, sensor de pressão, pressostato, chave seletora, cabo de instrumentação e cabo para controle, novos e para primeiro uso.

DATA DA ABERTURA: 15/06/2026, às 10h.

Pregão Eletrônico n. 90050/2026

OBJETO: Prestação de serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede de dados da Câmara dos Deputados e a rede mundial de computadores (Internet), mediante implantação de 2 (dois) enlaces de comunicação de dados, podendo ter velocidades de 6000 a 10000 Mbps, compreendendo instalação, configuração, ativação, suporte técnico, gerenciamento, e serviço de segurança Anti-DDoS, pelo período de 12 (doze) meses.

DATA DA ABERTURA: 15/06/2026, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.comprasnet.gov.br.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

TJDFT PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

4ª Vara de Família de Brasília

SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, - Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906 Telefones: (61) 3103-1826 e (61) 3103-1831; E-mail: 4vfamilia.bsb@tjdft.jus.br; Horário de atendimento: 12h às 19h.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

SEGREDO DE JUSTIÇA

NÚMERO DO PROCESSO: 0725648-13.2026.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA(58)
REQUERENTE: RUBEMAMARAL JUNIOR
REQUERIDO: IVANI SANTANA GUIMARAES AMARAL

O Dr. **ANDRÉ FERREIRA DE BRITO**, Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0725648- 13.2026.8.07.0016**, ajuizada por REQUERENTE: RUBEMAMARAL JUNIOR, foi **DECRETADA**, mediante sentença transitada em julgado, a **INTERDIÇÃO PLENA** de **IVANI SANTANA GUIMARAES AMARAL** (CPF: 734.588.301-97), por ser portador(a) de Doença de Alzheimer e ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): **RUBEM AMARAL JUNIOR** (CPF: 090.484.801-91), para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJe-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 20 de maio de 2026, 19:40:56.

MARTA SILVA BALIEIRO
Diretora de Secretaria

Este documento foi gerado pelo usuário 658.***-00 em 26/05/2026 14:38:09
Número do processo: 0725648-13.2026.8.07.0016
Número do documento: 26052118101000000250788228 | Tipo de documento: Edital
<https://pje.trf4.jus.br/443/pge/Processo/Consulta/documento?fileView=sem%7c%2065211810100000000250788228>
Assinado eletronicamente por: MARTA SILVA BALIEIRO - 21/05/2026 16:16:14
Parti: Diretor de Secretaria Num: 27674870 - Pág: 1

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE